

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Leonardo Borges Rodrigues Chagas

**TERMINOLOGIA LGBTQIAP+ EM LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO: uma análise
discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG**

Belo Horizonte

2022

Leonardo Borges Rodrigues Chagas

**TERMINOLOGIA LGBTQIAP+ EM LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO: uma análise
discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

Orientadora: Prof. Dra. Lorena Tavares de Paula.

Belo Horizonte

2022

C433t

Chagas, Leonardo Borges Rodrigues.

Terminologia LGBTQIAP+ em linguagens de indexação [recurso eletrônico] : uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG / Leonardo Borges Rodrigues Chagas. - 2022.

1 recurso online (142 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Lorena Tavares de Paula.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 99-111.

Apêndices: f. 112-142.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Linguagem documentária – Teses. 3. Pessoas LGBTQ+ – Terminologia – Teses. 4. Catálogo de autoridade (Recuperação da informação) – Teses. 5. Análise do discurso – Teses. I. Paula, Lorena Tavares de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.43

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira – CRB6: 2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 08:30 horas do dia 15 de dezembro de 2022, por videoconferência - Microsoft Teams, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de LEONARDO BORGES RODRIGUES CHAGAS, número de registro 2021667256. A presidência da sessão coube a Profa. Lorena Tavares de Paula - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Izabel França de Lima (Universidade Federal da Paraíba), Profa. Maria Aparecida Moura (ECI/UFMG), Professora Maria Guiomar da Cunha Frota (ECI/UFMG) e Profa. Lorena Tavares de Paula (ECI/UFMG) - orientadora. Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*Terminologia LGBTQIA+ em linguagens de indexação: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar aprovada a dissertação de mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior, em 15/12/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Maria Guiomar da Cunha Frota, Professora do Magistério Superior, em 15/12/2022, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Izabel França de Lima, Usuária Externa, em 15/12/2022, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Maria Aparecida Moura, Professora do Magistério Superior, em 19/12/2022, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1961839 e o código CRC 059D54C8.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e por ser a luz que me guia em todas as oportunidades e desafios que a vida me traz.

Aos meus pais, Lourdes Bernadete Borges Rodrigues e Israel Rodrigues Chagas, por serem tudo na minha vida, pelos cuidados, sacrifícios, carinhos e afetos de sempre.

À minha orientadora Professora Lorena Tavares de Paula, pela orientação cuidadosa, pelos ensinamentos, confiança e firmeza com que me conduziu durante todo esse processo.

À banca examinadora, composta pelas Professoras Maria Aparecida Moura, Maria Guiomar da Cunha Frota e Izabel França de Lima, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições, tanto no exame de qualificação do projeto quanto na defesa da dissertação.

Aos meus irmãos, irmã, sobrinhas e sobrinhos, pela alegria, parceria e por estarem sempre na torcida por mim.

Aos meus amigos e amigas de toda vida, em especial ao Everton, Bruno, Cristiano, Daiane e Jadilson, pela força e incentivo que sempre me deram.

À equipe do Repositório Institucional e do Sistema de Bibliotecas da UFMG, pela colaboração, parceria e apoio.

Também agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pelas oportunidades de formação que me abriram portas fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

A todas, todos e todes que me acolheram nesse percurso acadêmico, obrigado de coração!

“O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 91).

RESUMO

A temática LGBTQIAP+ (acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero) se configura como objeto de pesquisa em grandes áreas do conhecimento e pesquisadores têm relatado o crescimento de produções científicas e acadêmicas com essa abordagem. Tendo em vista o crescimento dessas publicações e partindo do entendimento de que existe uma terminologia contemporânea a ser observada, surgem as seguintes indagações: a linguagem de indexação utilizada pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG reflete os avanços terminológicos, sociais e de direitos da população LGBTQIAP+? Há contribuições possíveis para ampliação desse vocabulário? Se sim, quais? A partir desses questionamentos, definiu-se como objetivo geral: analisar discursiva e criticamente a representatividade da terminologia LGBTQIAP+ que está estruturada no instrumento de indexação utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG. E como objetivos específicos: identificar os Registros de Autoridade de Assunto utilizados para indexar essa temática; repertoriar a terminologia contemporânea LGBTQIAP+ e analisar discursiva crítica e contrastivamente os *corpora* selecionados. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se fundamenta por uma perspectiva crítica de representação temática da informação. Do ponto de vista metodológico, adota o modelo de Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough (2016). A metodologia incluiu: pesquisa documental no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG; levantamento da terminologia contemporânea e análise discursiva crítica e contrastiva dos dados. Para operacionalizar a análise foi utilizado o modelo tridimensional de Fairclough (2016) que concebe a análise de discurso em três dimensões: análise textual, análise da prática discursiva e análise da prática social. Os resultados evidenciaram que a temática LGBTQIAP+ está sub-representada no Catálogo de Autoridade de Assunto da instituição, além disso, esse instrumento favorece discursos hegemônicos de subalternidade das pessoas LGBTQIAP+ ao continuar utilizando termos advindos do discurso médico-psiquiátrico que no passado classificava pessoas LGBTQIAP+ como doença, desvio, anormalidade, distúrbio e perversão. Esses conceitos não encontram correspondência no discurso acadêmico e científico da contemporaneidade. Entretanto, embora o Catálogo materialize ideias e visões de mundo que possam implicar em representações tendenciosas e inapropriadas, não se pode negar o caráter flexível desse instrumento ao incorporar novos termos do discurso agentivo e contemporâneo, o que sinaliza que a prática discursiva dessa ferramenta está aberta às transformações, sendo um espaço de poder e de luta.

Palavras-chave: linguagens documentárias; sistemas de organização do conhecimento; discurso; LGBTQIAP+.

LGBTQIAP+ TERMINOLOGY IN INDEXING LANGUAGES: a critical discourse analysis of UFMG subject authority records

ABSTRACT

The LGBTQIAP+ (an acronym for Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transexual, Transgender, *Queer*, Intersex, Asexual, pansexual and other sexual and gender identities) theme is configured as an object of research in major areas of knowledge and researchers have reported the growth of scientific and academic productions with this approach. Considering the growth of these publications and based on the understanding that there is a contemporary terminology to be observed, the following questions arise: does the indexing language used by the UFMG Library System reflect the terminological, social, and rights advances of the LGBTQIAP+ population? Are there any possible contributions to the expansion of this vocabulary? If yes, which ones? Based on these questions, the general objective was defined as follows: to discursively and critically analyze the representativeness of the LGBTQIAP+ terminology that is structured in the indexing instrument used by the UFMG Library System. And as specific objectives: to identify the Subject Authority Records used to index this themes; to repertorize contemporary LGBTQIAP+ terminology; and to discursively analyze critically and contrastively the selected corpora. From a theoretical point of view, the research is based on a critical perspective of the thematic representation of information. From a methodological point of view, it adopts Norman Fairclough's (2016) Critical Discourse Analysis model. The methodology includes documentary research in the UFMG Subject Authority Catalog; a survey of contemporary terminology; and critical and constrative discourse analysis of the data. To operationalize the analysis, Fairclough's (2016) three-dimensional model was used, which conceives discourse analysis in three dimensions: textual analysis, discourse practice analysis, and social practice analysis. The results showed that the LGBTQIAP+ theme is underrepresented in the institution's Subject Authority Catalog, moreover, this instrument favors hegemonic discourses of subalternity of LGBTQIAP+ people by continuing to use terms coming from the medical-psychiatric discourse that in the past classified LGBTQIAP+ people as disease, deviation, abnormality, disorder and perversion. These concepts do not find correspondence in the academic and scientific discourse of contemporaneity. However, although the Catalog materializes ideas and worldviews that may imply in biased and inappropriate representations, one cannot deny the flexible character of this instrument by incorporating new terms from the agentive and contemporary discourse, which signals that the discursive practice of this tool is open to transformations, being a space of power and struggle.

Keywords: documentary languages; knowledge organization systems; discourse; LGBTQIAP+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectivas de garantia em vertentes objetiva/subjetiva	26
Figura 2 – Garantia cultural como conceito guarda-chuva	27
Figura 3 – Concepção Tridimensional do Discurso	63
Figura 4 – Exemplo de Registro de Autoridade de Assunto formato MARC21	71
Figura 5 – Lesbianismo [Lesbianidade]	78
Figura 6 – Transexualismo [Transexualidade]	78
Figura 7 – Travestismo [Travestilidade]	79
Figura 8 – Bissexualismo [Bissexualidade]	79
Figura 9 – Homossexualidade	81
Figura 10 – Transexualidade	82
Figura 11 – Hermafroditismo [Intersexualidade]	84
Figura 12 – Perversão sexual	84
Figura 13 – Distúrbios sexuais	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Siglas e suas definições	41
Quadro 2 – Distinção entre Gênero, Orientação sexual e Sexo biológico	43
Quadro 3 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional	64
Quadro 4 – Análise tridimensional para linguagem documentária	67
Quadro 5 – Pesquisadores que dialogam com a temática LGBTQIAP+	73
Quadro 6 – Síntese das categorias analíticas utilizadas.....	75
Quadro 7 – Autoridades de assunto por documentos indexados.....	86
Quadro 8 – Correspondência da terminologia LGBTQIAP+ no Catálogo da UFMG..	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ACD	Análise Crítica do Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
ECD	Estudos Críticos do Discurso
LC	Linguística Crítica
LD	Linguagens Documentárias
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
SB-UFMG	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SRI	Sistemas de Recuperação de Informação
TCD	Teoria Crítica do Discurso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSD	Teoria Social do Discurso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Estrutura da Dissertação	16
2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	17
2.1 Sistemas de Organização do Conhecimento: Linguagens Documentárias	18
2.2 Princípios e Garantias para Linguagens Documentárias	20
3 DIVERSIDADE SEXUAL E AS QUESTÕES LGBTQIAP+	31
3.1 Sigla LGBTQIAP+: termos e conceitos correspondentes	41
4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E MÉTODO PARA GARANTIA SEMÂNTICA	49
4.1 Análise de Discurso Crítica: teoria e método	49
4.2 Conceitos centrais em Análise de Discurso Crítica	54
4.2.1 Discurso	55
4.2.2 Texto	56
4.2.3 Prática Discursiva	58
4.2.4 Prática Social	59
4.2.5 Poder como Hegemonia	60
4.2.6 Ideologia	61
4.3 Modelo Tridimensional	63
4.4 ADC enquanto instrumento analítico para garantia semântica	66
5 PERCURSO METODOLÓGICO	69
5.1 Caracterização da pesquisa	69
5.2 O <i>Corpus</i>	70
5.3 Dados suplementares: Terminologia LGBTQIAP+ contemporânea	72
5.4 Categorias e Procedimentos de análise (Análise discursiva crítica e contrastiva do <i>corpus</i> da pesquisa)	74
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	76
6.1 Texto - Registros de Autoridade de Assunto	77
6.2 Prática discursiva - Catálogo de Autoridade de Assunto	89
6.3 Prática Social - bases hegemônicas e ideológicas	93
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A	112
APÊNDICE B	134

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as questões relativas à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero (LGBTQIAP+)¹ vêm ganhando maior visibilidade no cenário político e cultural brasileiro. A sigla LGBTQIAP+ e outras siglas características são vocábulos construídos politicamente no contexto de surgimento e desdobramento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Por meio das siglas se reúnem aquelas pessoas historicamente marginalizadas, estigmatizadas e alijadas de seus direitos em virtude da orientação sexual e/ou identidade e expressão de gênero.

No ambiente acadêmico brasileiro, a temática LGBTQIAP+ tem sido pesquisada e publicada desde a década de 1950. O primeiro trabalho acadêmico moderno sobre a temática data de 1958 e foi escrito pelo sociólogo José Fábio Barbosa da Silva (GREEN, 2012).

Em análise realizada por Simões Neto *et al.* (2011), observa-se que há produção sobre temas relativos à diversidade sexual em todas as áreas do conhecimento. Os autores constataram que 93% dessa produção científica concentram-se em quatro áreas, a saber: Ciências Humanas (45%), Ciências Sociais Aplicadas (19%), Ciências da Saúde (16%) e Linguística, Letras e Artes (13%). Nessa mesma linha, Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013) relataram uma rápida incorporação dessas abordagens nas pautas dos centros de pesquisas e universidades brasileiras.

No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Viana (2017) analisou a produtividade científica com a temática LGBT em diferentes Programas de Pós-Graduação e constatou um crescimento considerável de dissertações e teses com essas abordagens. Dos 76 Programas de Pós-Graduação arrolados por Viana (2017, p. 97), “destaca-se que 11 desses PPG concentram as teses e dissertações sobre a temática LGBT, que estão inseridos em cinco áreas, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Interdisciplinar e Linguística, Letras e Artes”.

¹ Utiliza-se a sigla LGBTQIAP+ por considerar que o vocábulo contempla a diversidade sexual e de gênero, e por ser a sigla mais utilizada na atualidade. Contudo, siglas como MHB, MGL, GLT, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI+, LGBTQIA+, dentre outras, poderão ser utilizadas a depender dos autores e/ou dos diferentes períodos da literatura utilizada.

A análise foi realizada separando-se em dois períodos temporais tanto para as teses quanto para as dissertações. Em relação às dissertações, houve um aumento de 146% do total absoluto produzido de 2000 a 2009 para o período de 2010 a 2016. Já, em relação às teses, esse aumento foi de 225% do total absoluto produzido de 2000 a 2009 para o produzido de 2010 a 2016 (VIANA, 2017, p. 96).

Pode-se dizer que a temática LGBTQIAP+ vem se configurando como um campo consolidado de pesquisa e produção de conhecimento. Essas publicações favorecem a construção de uma terminologia que será denominada neste trabalho de terminologia LGBTQIAP+. Em outras palavras, terminologias representativas de um conjunto de itens lexicais relacionados às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero.

Na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a representação temática de grupos minorizados passou a ser problematizada por pesquisadores nacionais e internacionais (SILVA; LARA, 2004; PINHO, 2006, 2010; PINHO; GUIMARÃES, 2011; TRIVELATO; MOURA, 2017; LIMA; SANTOS, 2018; MOURA, 2018, 2020). Em artigo sobre Organização Social do Conhecimento e Performatividade de Gênero, Moura (2018) observa que há questionamentos sobre os limites dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que “tenderiam a organizar o conhecimento baseado em operadores ontológicos totalitários [...] tornando rarefeita a presença de temáticas, representações e subjetividades” (MOURA, 2018, p. 119).

A autora discorre sobre as inquietações no campo da organização do conhecimento quanto a possíveis assimetrias de poder que envolvem a representação temática de documentos por meio dos instrumentos de representação.

A constatação de que os dispositivos de representação da informação podem viabilizar a circulação e a proeminência de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios trouxe inquietações ao campo da organização do conhecimento. Estas inquietações relacionam-se especialmente com as lógicas estruturantes e as possíveis assimetrias dispostas como discurso organizador ofertado no SOC (MOURA, 2018, p.120-121).

Nessa perspectiva, entende-se a linguagem enquanto mecanismo de manutenção de poder, no qual a escolha de um determinado termo e não de outro para representar grupos minorizados pode ter motivações ideológicas envolvidas e

favorecer discursos hegemônicos de subalternidade das pessoas LGBTQIAP+ com diferentes implicações na vida social.

É importante observar que — no contexto das terminologias LGBTQIAP+ — existem termos considerados inadequados que reforçam preconceitos e discriminações e termos considerados representativos que refletem a diversidade sexual e de gênero. Exemplos de termos considerados inadequados são os itens lexicais “Travestismo”, “Lesbianismo”, “Homossexualismo”, “Bissexualismo”, entre outros termos com potencial avaliativo negativo que devido ao sufixo “ismo”, bem como ao contexto de surgimento e utilização, denota doença, anormalidade e distúrbio. Os termos adequados são “Travestilidade”, “Lesbianidade”, “Homossexualidade”, “Bissexualidade”, entre outros que carregam o sufixo “dade”, pois acionam um potencial avaliativo positivo, indicando modo de ser e se referindo às vivências, práticas, desejos, orientação sexual e/ou identidade e expressão de gênero.

Contudo, pesquisas em catálogos de bibliotecas universitárias, como o Catálogo *on-line* da UFMG, encontram com recorrência termos LGBTQIAP+ que carregam o sufixo “ismo” em sua composição, o que demonstra certa inadequação desses instrumentos para organizar e representar conteúdos que abordam essa temática.

No contexto da indexação, a questão terminológica apresenta-se como objeto de preocupação de alguns pesquisadores da área de BCI, que observaram que temáticas LGBTQIAP+ não estão devidamente estruturadas nas linguagens de indexação. Além disso, há uma dispersão dos conhecimentos produzidos por não se ter um controle terminológico satisfatório para a representação desses conteúdos documentais (PINHO, 2010; PINHO; GUIMARÃES, 2011; BISSOLI *et al.*, 2018).

Historicamente, o conservadorismo, bem como o fundamentalismo religioso, têm alimentado discursos discriminatórios que estigmatizam, criminalizam e/ou patologizam as existências de pessoas LGBTQIAP+. Embora se observe avanços e direitos significativos para essa parcela da população, nos últimos anos é notório o aumento da discriminação e da violação de direitos, sobretudo alimentada por desinformações e discursos de ódio contra as existências LGBTQIAP+. Por este motivo, problematizar uma linguagem no contexto da representação temática é um desafio necessário para se pensar representações positivas nesse contexto de inquietações discursivas.

Ademais, o uso de linguagens de indexação pressupõe o acompanhamento da evolução terminológica dos campos temáticos que se dispõe a representar.

Considerando o crescimento das produções científicas LGBTQIAP+ e partindo do entendimento de que existe uma terminologia contemporânea a ser observada, surgem as seguintes indagações: a linguagem de indexação utilizada pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG reflete os avanços terminológicos, sociais e de direitos da população LGBTQIAP+? Há contribuições possíveis para ampliação desse vocabulário? Se sim, quais?

A partir desses questionamentos, definiu-se como objetivo geral de pesquisa, analisar discursiva e criticamente a representatividade da terminologia LGBTQIAP+ que está estruturada no instrumento de indexação utilizado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG. Esse objetivo se desdobrou em três objetivos específicos: (i) Identificar os termos (Registros de Autoridade de Assunto) do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG que são utilizados para indexar a temática LGBTQIAP+; (ii) Identificar e repertoriar a terminologia LGBTQIAP+ contemporânea considerando a 3ª edição do “Manual de Comunicação LGBTI+” (2021); (iii) Analisar discursiva crítica e contrastivamente os Registros de Autoridade de Assunto selecionados, de modo a confrontar com a terminologia mais atualizada sobre a temática LGBTQIAP+.

Desse modo, identificaram-se os termos utilizados pelos bibliotecários no contexto de indexação realizada no Sistema de Bibliotecas da UFMG, bem como a terminologia contemporânea que tem sido empregada na literatura especializada, considerando os seus aspectos éticos, socioculturais e semânticos. Dito isso, procedeu-se a uma análise discursiva crítica e contrastiva entre os *corpora* selecionados.

Neste sentido, a pesquisa buscou desvelar relações assimétricas de poder envolvidas na representação da temática LGBTQIAP+ e definir referências que possam orientar os profissionais bibliotecários da UFMG e de instituições brasileiras correlatas quanto à indexação de documentos que abordam essa temática, proporcionando, assim, melhor recuperação e visibilidade dos conteúdos produzidos.

1.1 Estrutura da Dissertação

O conteúdo textual desta dissertação está dividido em seis seções conforme as descrições apresentadas abaixo:

A primeira seção refere-se à introdução do tema; à problematização; aos objetivos propostos e à justificativa para a execução desta proposta de pesquisa.

A segunda, terceira e quarta seções compreendem a dimensão teórica do trabalho. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico sobre a representação temática de documentos, considerando as Linguagens Documentárias (Sistemas de Organização do Conhecimento – SOC) enquanto gêneros discursivos. Na terceira seção, a temática LGBTQIAP+ é problematizada à luz do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e de seus desdobramentos. A quarta seção discorre sobre o referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) com ênfase no modelo tridimensional do linguista britânico Norman Fairclough (2016).

A quinta, sexta e sétima seções compreendem a dimensão prática da pesquisa. A quinta seção trata dos procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização teórico-empírica do trabalho. A sexta seção refere-se à análise tridimensional dos dados, discussão e interpretação dos resultados. A sétima e última seção retoma o tema da pesquisa e os objetivos propostos para apresentar uma síntese dos resultados e as considerações finais, bem como as recomendações para trabalhos futuros.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

De acordo com a literatura da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), os termos “organização do conhecimento” e “organização da informação”, bem como “representação do conhecimento” e “representação da informação” apresentam similaridades e distinções. Encontram-se autores que empregam estes termos de forma complementar e autores que destacam suas diferenças (LIMA, 2020). Contudo, neste trabalho esses termos poderão ser utilizados considerando suas proximidades terminológicas.

Em um sentido estrito, a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento compreende um campo de estudos da BCI que diz respeito aos processos, atividades e instrumentos de descrição, organização, representação e recuperação da informação e do conhecimento (HJORLAND, 2016; LIMA, 2020).

Representação é um termo polissêmico, pois há vários significados para o termo representação, “tanto oriundos de diferentes linhas filosóficas como de diferentes áreas do conhecimento [...] O sentido intencional da catalografia refere-se à representação como ‘algo no lugar de’” (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 126).

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), a representação se dá por meio dos seguintes processos: catalogação, classificação e indexação. Esses processos se dividem entre representação descritiva (descrição física que identifica materialmente os documentos) e representação temática (descrição de conteúdo que identifica as características temáticas dos documentos) (KOBASHI, 1996; MEDEIROS; CAFÉ, 2008; LIMA, 2020). No contexto da documentação,

o termo “representação” é um conceito pré-teórico, associado, de um lado, à descrição de aspectos que identifiquem materialmente os documentos (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos, ou seja, à indexação e à elaboração de resumos (processos) e aos próprios índices e resumos (produtos) (KOBASHI, 1996, p. 11).

Considerando o exposto, a representação temática da informação refere-se à descrição de conteúdo dos documentos que é realizada com o auxílio de Linguagens Documentárias (LD), tais como: Listas de Cabeçalhos de Assunto, Tesouro e Sistemas de Classificação Bibliográfica. Essas linguagens são

denominadas pela literatura da área de BCI como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) conforme será abordado na subseção abaixo.

2.1 Sistemas de Organização do Conhecimento: Linguagens Documentárias

Por linguagens documentárias (LD) entendem-se os instrumentos específicos de controle de vocabulário utilizados para representar os conteúdos dos documentos nos Sistemas de Recuperação de Informação (SRI) de forma a facilitar a recuperação desses conteúdos pelos usuários do sistema. São construções artificiais criadas no contexto das práticas de organização, representação e recuperação de conteúdos informacionais.

Há várias denominações para LD (linguagens de indexação, linguagens artificiais, vocabulário controlado, linguagem de informação, sistema de classificação, código comutador, etc.) e todas se referem a instrumentos de representação temática da informação, cujo objetivo é traduzir conceitos representativos de documentos inseridos em um determinado sistema de informação para fins de armazenamento e recuperação (BARITÉ, 2015; KOBASHI, 1996; FUJITA *et al.*, 2019).

Conforme sinalizado acima, Linguagem de indexação é uma das diferentes denominações para Linguagens Documentárias (LD). Barité (2015, p. 95) define a linguagem de indexação como “linguagem natural ou vocabulário controlado utilizado para a representação temática dos assuntos contidos nos documentos e a recuperação dos documentos indexados.” E vocabulário controlado como “conjunto estruturado de termos que pretende representar o conteúdo temático de documentos ou qualquer recurso de informação com identidade própria, por meio de indexação” (BARITÉ, 2015, p. 162).

Pode-se dizer que são instrumentos eficientes de comunicação entre o usuário e o sistema, pois “atende, simultaneamente, aos objetivos e necessidades de seus usuários, da instituição que produz e organiza o conhecimento, das atividades, etc.” (VOGEL, 2009, p. 89).

Essas linguagens, também denominadas Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), serão aqui consideradas como gêneros discursivos², pois

² Gêneros discursivos são modos relativamente estáveis de agir e interagir semioticamente na vida social, tais como notícias, entrevistas, textos literários, textos científicos dentre outros modos de agir e interagir discursivamente (FAIRCLOUGH, 2016).

operam formas mais ou menos estáveis de interação na prática de indexação/classificação de documentos.

As LD possuem três funções principais, a saber: função de organização do campo conceitual da representação documentária, função de instrumento para agrupamento e distribuição dos documentos e função de controle das dispersões léxicas, sintáticas e simbólicas no processo de análise documentária. O controle de vocabulário é um dos principais objetivos dessas linguagens, pois visa à padronização dos termos, eliminação de ambiguidades, controle de sinonímia e normalização das variações de gênero e número (FUJITA *et al.*, 2019; FUJITA; PIOVEZAN; SANTOS, 2017; DODEBEI, 2002).

FUJITA *et al.* (2019), destaca as funções de conteúdo, uso e a função de mediação. As autoras observam que para haver uniformização dos discursos, tanto do autor quanto do usuário, é necessária a intermediação por meio dessas linguagens de modo a compatibilizar as ocorrências linguísticas. Neste sentido, o uso de uma linguagem de indexação adequada e atualizada é essencial para a representação, armazenamento e recuperação da informação nos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI).

Esses instrumentos são sistemas simbólicos de signos normalizados instituídos para traduzir os conteúdos informacionais dos documentos (controle terminológico), o que facilita a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação (TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004; VARGAS; LANN, 2011).

As principais LDs utilizadas pelas bibliotecas são as Listas de Cabeçalhos de Assunto: tradicionalmente utilizados em bibliotecas de acervos mais gerais; os Tesouros: geralmente utilizados em bibliotecas mais especializadas e os Sistemas de Classificação Bibliográfica: CDD, CDU, etc. que são utilizados para organização física do acervo.

No contexto do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB-UFMG), o principal instrumento utilizado para representar os conteúdos informacionais dos documentos é a Lista de Cabeçalho de Assunto que está estruturada no Catálogo de Autoridade de Assunto via Sistema *Pergamum* (Software de gerenciamento utilizado pelo SB-UFMG). O Catálogo de Autoridade de Assunto será abordado na parte da metodologia que trata dos termos utilizados pelo Sistema

de Bibliotecas para indexar temáticas LGBTQIAP+ no Catálogo On-line da Instituição.

Na próxima subseção serão apresentados alguns princípios de garantias que dão respaldo na elaboração, utilização e manutenção de SOC.

2.2 Princípios e Garantias para Linguagens Documentárias

No contexto da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, existe um rol de princípios que fundamentam as construções de Linguagens Documentárias. Trata-se das garantias que invocam uma ideia de justificação, certificação e autorização para a construção, validação e avaliação desses instrumentos de representação (BEGHTOL, 1986; BARITÉ *et al.*, 2010; BARITÉ, 2011; GUEDES, 2016).

Os princípios de garantias são as formas de autorização utilizadas na construção dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Para Beghtol (1986), garantia é a autoridade que um classificacionista invoca para justificar e verificar decisões concernentes aos SOC.

Há vários princípios de garantias teorizados no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), sendo o primeiro deles o princípio da garantia literária de Hulme (1911) que propôs o enfoque na literatura especializada para extração, validação e/ou exclusão de assuntos dos documentos para fins de representação e recuperação da informação.

Um cabeçalho de classe é garantido apenas quando foi demonstrado que ele existe na literatura, e o teste da validade de um cabeçalho é o grau de precisão com a qual ele descreve a área de assuntos comuns para a classe. Essa garantia literária é um valor quantitativo que pode ser atribuído tão logo a bibliografia de um assunto tenha sido definitivamente compilada (HULME, 1911, p. 46 citado por DIAS, 2015, p.12).

Garantia literária é a ideia que justifica a colocação da literatura especializada da área de domínio como a principal fonte de validação de termos para a construção de instrumentos de representação do conhecimento. Conforme Dias (2015, p. 12) “a garantia da literatura é uma condição necessária para a construção de sistemas de classificação, tesauros, e outros vocabulários controlados”.

[...] a concepção original de garantia literária se sustenta na ideia nuclear de que a literatura de um domínio deve ser a fonte para extração e validação da terminologia a ser incorporada em um sistema de classificação, ou em qualquer outro sistema de organização do conhecimento. Vista sob esse prisma, a documentação atua como catalisadora do processo pelo qual se passa do estado-da-arte de uma disciplina ou espaço temático até a sua reconfiguração sob a forma de uma estrutura conceptual destinada à classificação e à indexação de documentos e recursos de informação de qualquer natureza, com vista a sua recuperação em face de demandas concretas de usuários com distintos níveis de instrução e com variados interesses e necessidades de informação (BARITÉ *et al.*, 2010, p. 124).

Por domínio, entende-se um conceito aberto para caracterizar um corpo de conhecimento dinâmico e em constante evolução. Domínio pode ser definido socialmente e teoricamente como o conhecimento de um grupo de pessoas que compartilham compromissos ontológicos e epistemológicos (HJORLAND, 2017). Nesse sentido, convém enfatizar a teoria da Análise de Domínio, que é uma abordagem de estudos dentro da área de Organização e Representação da Informação que se orienta por uma perspectiva social. Os estudos em análise de domínio surgem na década de 1990 com Hjørland e Albrechtsen e se desenvolveram no campo refletindo as preocupações de se considerar o contexto social, histórico e linguístico do domínio (comunidade discursiva) ao qual se pretende representar, o que implica compreender como o conhecimento científico se constrói e se socializa (HJORLAND; ALBRECHTESSEN, 1995; GUIM; FUJITA, 2015; HJORLAND, 2017; ARAÚJO, 2018). A análise de domínio

é uma abordagem teórica de Ciência da Informação (CI), que afirma, que a melhor forma de compreender as informações na ciência da informação é estudar as áreas de conhecimento como “comunidades de discurso”, que são partes da divisão da sociedade do trabalho. Organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, linguagem e formas de comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexões dos objetos do trabalho dessas comunidades e do seu papel na sociedade. A psicologia, o conhecimento, a necessidade de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva (HJORLAND; ALBRECHTESSEN, 1995).

Voltando-se ao conceito de garantia literária, Barité *et al.* (2010) observa que Hulme foi o pioneiro na distinção entre uma teoria do conhecimento, para fins de sistematização e transmissão, e uma concepção pragmática do conhecimento, para fins de recuperação da informação, observando que classificações bibliográficas deveriam se constituir com abordagens diferentes. Os autores especificam que o propósito de Hulme não era negar o valor ou a transcendência das classificações

científicas e muito menos o seu estatuto enquanto referência para as classificações bibliográficas,

mas sim em propor um novo enfoque, centrado antes na documentação propriamente dita que na ciência, na tecnologia ou nas disciplinas humanas e sociais. A noção introduzida por Hulme, na medida em que se refere à busca e extração de terminologia a partir da análise da documentação, assume não apenas um status empírico como, também, de representação do conhecimento. Sob um ponto de vista biblioteconômico, a garantia literária encontra-se estreitamente vinculada aos aspectos semânticos das formas de representação próprias à classificação e à indexação (descritores, cabeçalhos de assunto, notações classificatórias) (BARITÉ *et al.*, 2010, p. 126).

O princípio da garantia literária teve um “tratamento esporádico – e muitas vezes superficial – na literatura especializada da área”, entretanto, conforme assinala os autores, ganhou importância “como respaldo terminológico a sistemas de organização do conhecimento e, inclusive, a estruturas de conceitos mais recentes, hierarquizadas com o apoio da tecnologia, tais como as ontologias e os diretórios de ferramentas de busca da Internet” (BARITÉ *et al.*, 2010, p. 124).

O conceito de garantia literária se desenvolveu ao longo do tempo reafirmando o seu potencial metodológico para os campos da BCI e tem sido utilizado principalmente como forma de justificativa para seleção e validação de termos de indexação.

Entretanto, observa-se na literatura da área de BCI, que a garantia literária sozinha não foi suficiente para garantir a qualidade dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), principalmente considerando que a prática de classificar/indexar não é neutra e pode colaborar para construções de representações tendenciosas e inapropriadas. A produção dos SOC a partir da garantia literária sem levar em conta outros critérios, impõe uma visão particular de mundo como sendo de caráter universal. Corroborando com essa ideia, Arboit (2016) observa que

As atividades de representação e a organização do conhecimento são vistas como atos não imunes às visões de mundo e ideologias vigentes, pois elas se baseiam em juízos de valor espacial e temporalmente localizados que necessariamente implicam em tomadas de partido. As escolhas de um ou mais signos para representar um documento ou um conceito é sempre feita por meio de apreciação, do contrário, estes seriam atos mecânicos, automáticos passíveis de serem realizados por máquinas. O mesmo ocorre na construção de instrumentos, métodos e sistemas de ORC; todos são elaborados a partir de índices de valor atribuídos de modo

consciente por quem os constrói como bem mostram Berman (1993), Olson (2001) e Olson & Schlegl (2001). Essas atividades e produtos prescindem tanto de aspectos relacionados à racionalidade como aqueles relacionados à ética e à apreciação estética em certos casos, como a representação de obras de arte e/ou conteúdos literários, uma vez que são resultados de uma interpretação específica da realidade (ARBOIT, 2016, p. 121).

Ademais, é necessário que se promova uma ampliação dos discursos para além do discurso da ciência quando se trata da construção de SOC, pois considerar apenas o uso do discurso científico na representação temática, pode excluir contextos e realidades dos universos representados (GOMES, 2019).

Diferentes pesquisadores (Beghtol, Berman, Olson, Bliss, Lancaster, Barité, Mai, Moura, Guimarães, Guedes, Pinho, entre outros) têm empreendido reflexões sobre outras formas de garantias e fundamentos – norteados por uma perspectiva crítica, sociocultural e ética – para melhorar o desempenho e a qualidade dos Sistemas de Organização do Conhecimento.

Há muito, pesquisadores de BCI questionam o pressuposto da neutralidade historicamente defendido na área de organização e representação da informação e do conhecimento. Compreende-se que os processos, instrumentos e produtos relacionados à representação temática são práticas e construções atravessadas por diferentes crenças, valores, posicionamentos e relações de poder, tendo em vista que a prática de classificar/indexar pressupõe o poder de nomear (OLSON, 2002). Ou seja, é preciso se atentar aos vieses incorporados nas tramas dos princípios que norteiam os SOC. Nos dizeres de Barité (2011):

Os sistemas de organização do conhecimento fortemente imbuídos dos valores de uma cultura revelam-se excludentes em questões importantes para uma comunidade em relação aos de outras. Uma das críticas comuns aos sistemas de classificação mais utilizados é que os seus esquemas revelam as visões e percepções socioculturais dos seus criadores (Barité, 1996; Caro e San Segundo, 1999). As ciências sociais e mesmo a literatura (Pacey, 1989; Martín et al., 1999) tornam-se terrenos instáveis para os classificacionistas. As classes de religião nos sistemas CDU e Dewey são um exemplo claro da forte tendência para as religiões cristãs ainda mantidas nas suas tabelas, o que de certa forma mina o reconhecimento internacional e a aplicação destes instrumentos³ (BARITÉ, 2011, p. 7, tradução nossa).

³ Los sistemas de organización del conocimiento fuertemente impregnados de los valores de una cultura resultan siendo excluyentes en cuestiones importantes para una comunidad respecto a los de otras. Una de las críticas habituales que se realiza a los sistemas de clasificación de uso más extendido, es que sus esquemas dejan traslucir las visiones y las percepciones socioculturales de sus creadores (Barité, 1996; Caro y San Segundo, 1999). Las ciencias sociales y hasta la literatura (Pacey, 1989; Martín et al., 1999) suelen transformarse en terrenos movedizos para los clasificacionistas. Las clases de Religión de los sistemas CDU y Dewey son un claro ejemplo del fuerte sesgo hacia las religiones cristianas que todavía mantienen sustables, lo que de algún modo atenta contra el reconocimiento y la aplicación internacional de esas herramientas (BARITÉ, 2011, p. 7).

De forma análoga, Milani e Guimarães (2014/2017, p. 78) apontam algumas presunções tidas como verdades inquestionáveis na organização do conhecimento que trazem prejuízos para a comunidade de usuários: “universalidade (OLSON, 2002), bibliocentrismo (SMIRAGLIA, 2009; 2015), neutralidade (MAI, 2013; MILANI, 2014; SHOEMAKER, 2015) e imparcialidade das categorias mutuamente exclusivas (FOX, 2015)”.

Vale frisar que tais posturas tiveram efeitos danosos na representação temática de grupos minorizados, tais como LGBTQIAP+, negros, indígenas, mulheres, entre outros grupos que atualmente questionam esses pressupostos.

Brey (1999 citado por PINHO, 2010) apresenta dois tipos de desvios possíveis no âmbito da representação temática da informação: representação deturpada/inapropriada e representação tendenciosa. No caso da representação deturpada/inapropriada, aspectos da representação estão em desacordo com os padrões estabelecidos; e no caso da representação tendenciosa, valores e interesses de uma dada comunidade não são contemplados na representação.

Pensando esses efeitos, Mai (2013) observa que as classificações refletem uma realidade, que é tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Neste sentido, o autor enfatiza as decisões éticas como respostas adequadas para os problemas das classificações.

Um desafio para os profissionais da informação – especialmente para os bibliotecários que trabalham em grandes bibliotecas com coleções e bases de usuários consideráveis e diversas – é fornecer ferramentas de acesso que minimizem os danos causados pelas classificações. Clare Beghtol certa vez observou que “presume-se que as pessoas envolvidas no trabalho da informação preferem práticas éticas a não éticas e morais a não morais” (Beghtol 2005, 903), sugerindo que os profissionais da informação desejam ‘fazer a coisa certa’. Tomando a observação de Beghtol juntamente com a de John Rawls (1999, 3), lembrando que “A justiça é a primeira virtude das instituições sociais” como verdades básicas sobre bibliotecas e bibliotecários, este artigo explora o dilema ético das classificações das bibliotecas na sociedade contemporânea e esboça uma base conceptual para a gestão ética responsável das classificações das bibliotecas na sociedade diversificada e multicultural de hoje⁴ (MAI, 2013, p. 242, tradução nossa).

⁴ One challenge for information professionals—especially for librarians working in large libraries with sizeable and diverse collections and user bases—is to provide access tools that minimize the harm done by classifications. Clare Beghtol once observed that “It is assumed that people engaged in information work prefer ethical to nonethical practices and moral to nonmoral” (Beghtol 2005, 903), implying that information professionals wants to ‘do-the-right-thing.’ Taking Beghtol’s observation together with John Rawls’s (1999, 3) reminder that “Justice is the first virtue of social institutions” as basic truths about libraries and librarians, this paper explores the ethical dilemma of library classifications in contemporary society and outlines a conceptual foundation for ethical responsible management of library classifications in the diverse, multi-cultural society of today (MAI, 2013, p. 242).

Zamboni (2018, p. 56) observa a dificuldade que usuários podem ter ao pesquisar assuntos representados sobre a ótica universal, pois representar uma visão particular de mundo como sendo de caráter universal traz vieses de raça, gênero, religião, nacionalidade, dentre outros que causam prejuízos para os usuários.

Pinho (2010), Barité (2011), assim como Milani e Guimarães (2014/2017) apontam o conceito de “*bias/biases*” para tratar desses “vieses”, que são preconceitos e desvios produzidos pelos bibliotecário-classificadores (conscientes ou inconscientemente) nos chamados Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Para Barité (2011), o conceito de bias/viés significa:

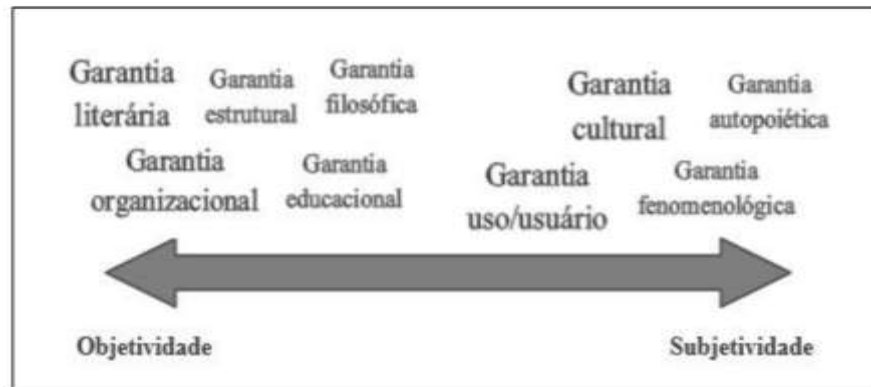
[A] tendência ideológica, religiosa, de gênero ou de qualquer outra classe que aflora na terminologia, na estrutura ou nas relações conceituais estabelecidas em uma linguagem documental. Por exemplo: a tendência cristã na classe 2 Religião da Classificação Decimal de Dewey (Barité, 2009). Por isso, o viés constitui um desvio indesejado, causado pelo fato de privilegiar determinadas concepções culturais ou ideológicas em um contexto aparentemente neutro ou objetivo⁵ (BARITÉ, 2011, p. 7, tradução nossa).

De um modo geral, todas essas críticas defendem uma perspectiva menos tecnicista e mais sociocultural e crítica no campo da Organização e Representação do Conhecimento. Daí enfatiza-se outras variações de garantias para aperfeiçoar o processo de organização e representação da informação e do conhecimento, tais como: garantia cultural, garantia ética, garantia de uso/usuário, garantia semântica, garantia organizacional, garantia filosófica, garantia educacional, garantia autopoietica, dentre outras que possam melhorar a qualidade dos SOC (BARITÉ, 2010, 2011, 2018; GUEDES, 2016; GUEDES; MOURA, 2016; GUEDES, 2018).

Observando essas variações, Guedes e Moura (2016) apresentam o conjunto dessas garantias separando os princípios em seus aspectos objetivos e subjetivos conforme ilustrado na (FIGURA 1). Desse modo, o rol de garantias se apresenta sob duas vertentes, uma baseada em autoridades cognitivas objetivas e a outra respaldada em autoridades cognitivas subjetivas.

⁵ [La] tendencia ideológica, religiosa, de género o de cualquier otra clase que aflora en la terminología, en la estructura o en las relaciones conceptuales establecidas en un lenguaje documental. Por ejemplo: el sesgo cristiano en la clase 2 Religión de la Clasificación Decimal de Dewey (Barité, 2009). Por lo tanto, el sesgo constituye una desviación no deseada, que se provoca por el hecho de privilegiar determinadas concepciones culturales o ideológicas en un contexto aparentemente neutral u objetivo (BARITÉ, 2011, p. 7).

Figura 1 – Perspectivas de garantia em vertentes objetiva/subjetiva



Fonte: GUEDES; MOURA, 2016, p. 13.

Importante frisar que algumas dessas garantias se misturam, se atravessam e/ou se complementam conceitualmente. No contexto desta pesquisa, além da garantia literária abordada até aqui, enfatiza-se a garantia cultural, ética e semântica para se pensar os SOC enquanto gêneros discursivos atravessados por questões sociais, culturais, éticas e semânticas.

Garantia cultural - Por garantia cultural na construção e validação de SOC, entende-se a observância das marcas culturais, crenças, valores e concepções de mundo de uma determinada comunidade. Joel Lee cunha o conceito de garantia cultural em 1976 com base na garantia literária de Hulme (BARITÉ, 2011, 2018; GUEDES; MOURA, 2016; ZAMBONI, 2018; GOMES, 2019). Considerando o exposto, enfatiza-se a afirmação de Barité (2018):

A garantia cultural orienta a garantia literária para formas locais de organização do conhecimento. Vários autores (Grolier 1976; González Casanova 1996; Beghtol 2002) percebem que os sistemas de classificação são historicamente e culturalmente condicionados e refletem as condições sociais, políticas e religiosas de seus respectivos tempos, embora essa valorização nem sempre seja vista como uma vantagem, mas sim como um obstáculo à universalidade de seus esquemas. [...] Este princípio também deve contribuir para evitar formas de linguagem discriminatória, sexista ou pejorativa na seleção e formalização dos termos de indexação, adotando uma postura ética e uma política de construção da cidadania; os profissionais da informação não podem ignorar isso (Guimarães e Pinho 2007). Nesse sentido, a garantia cultural conduz a garantia literária a formas de terminologia socialmente aceitáveis ou politicamente corretas, evitando assim um tratamento desigual das pessoas devido à sua religião, raça ou condição pessoal⁶ (BARITÉ, 2018, p. 17, tradução nossa).

⁶ Cultural warrant guides literary warrant towards local forms of knowledge organization. Several authors (Grolier 1976; González Casanova 1996; Beghtol 2002) see that classification systems are historically and culturally conditioned and reflect the social, political and religious conditions of their respective times, although this appreciation is not always seen as an advantage but rather as an obstacle to the universality of their schemes. [...] This principle should also contribute to avoid forms of discriminatory, sexist or pejorative language in the selection and formalization of indexing terms, adopting an ethical attitude and a policy of citizenship construction;

A garantia cultural é assegurada quando outras garantias são reconhecidas e principalmente quando se reconhece a dependência do contexto cultural. Nesse sentido, Guedes e Moura (2016) partem de Beghtol para apresentar a garantia cultural como um conceito guarda-chuva (FIGURA 2), tendo em vista que os demais princípios de garantias seriam demonstrações práticas dos valores socioculturais a serem observados na construção dos SOC.

Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura. [...] A garantia cultural, como abordagem de representação do conhecimento, parte do contexto situacional em que se fará uso de conhecimentos especificados, além de conjecturar usos potenciais daquele domínio (GUEDES; MOURA, 2016, p. 13).

Figura 2 – Garantia cultural como conceito guarda-chuva



Fonte: GUEDES; MOURA, 2016, p. 14.

A garantia cultural determina quais conceitos e significados serão úteis para o contexto sociocultural em que o SOC foi projetado, considerando as particularidades e especificidades da cultura e do domínio representado.

Garantia ética - A garantia ética diz respeito aos princípios éticos que devem ser observados no processo de organização e representação da informação, tendo em vista que o mundo social é diverso, plural e atravessado por desigualdades de

information professionals cannot ignore this (Guimarães and Pinho 2007). In this sense, cultural warrant leads literary warrant towards socially acceptable or politically correct forms of terminology, thus avoiding an unequal treatment of people due to their religion, race or personal condition (BARITÉ, 2018, p. 17).

gênero, raça, classe, orientação sexual, idade, religião, dentre outros tipos de assimetrias.

Guimarães e Pinho (2007) informam que a ética na ORC implica uma postura consciente e crítica por parte do profissional, e que ela é necessária para que o usuário tenha conhecimento da diversidade dos assuntos e suas abordagens.

A garantia ética foi uma proposta de Beghtol (2002), em seu artigo intitulado “Uma proposta de garantia ética para sistemas globais de representação e organização do conhecimento”. Seu entendimento sobre um cumprimento ético parte do ponto que os SOCs devem aceitar que no mundo há uma diversidade social infinita e que partindo dessa aceitação é necessária a vigilância quanto ao desrespeito. Isso implica que os SOCs devem tornar-se inclusivos à diversidade. O respeito seria a base de sustentação da garantia ética. Por fim, percebe-se que há uma relação entre a garantia ética, como uma vigilante ao desrespeito, e a garantia cultural com sua vigilância à diversidade (GOMES, 2019, p. 56).

Há vários problemas éticos envolvidos na organização e representação do conhecimento. Milani (2014, p. 22) parte da revisão crítica de Guimarães (2006b) para apresentar os seguintes problemas:

a) relativos ao preconceito ou discriminação no momento da análise ou da representação; b) relativos às categorizações dicotômicas nos sistemas de classificação reforçando a ideia de preponderância ou revelando, de certa maneira, proselitismo; c) relativos à visão de mundo específica: concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (White, Protestant and Anglo-Saxon Man) utilizada na Classificação Decimal de Dewey; d) relativos à precisão terminológica na representação documental; e) relativos à polissemia de alguns termos técnicos; e f) relativos à dimensão do “politicamente correto” na indexação, quando, ao longo do tempo, expressões mudam e adquirem maior precisão (MILANI, 2014, p. 22).

Pinho (2010, p. 7) informa que a inclusão social justifica a abordagem ética em organização e representação do conhecimento, e que o profissional deve tomar a devida cautela, pois “a questão da inclusão na ORC se situa entre dois extremos complicados [...]: por um lado, o preconceito social e, por outro, o proselitismo que muitas vezes as comunidades discursivas se utilizam para mostrar a cara”. Nesse sentido, há que se observar de um lado, a exclusão por meio do preconceito, e do outro, o proselitismo por meio da propaganda.

Por isso, a garantia ética seria a solução para os problemas de “desvios” na representação do conhecimento, pois implica uma postura consciente e crítica por parte do profissional envolvido em suas práticas de organização e representação da informação.

Garantia semântica - A garantia semântica é o princípio de ordem semântica utilizado para garantir relações e significados coerentes nos SOC. Guedes e Moura (2016) enfatizam a perspectiva semântica de Clare Beghtol sobre a classificação e partem dos postulados de Bakhtin e Wittgenstein sobre a linguagem para trabalhar o conceito de garantia semântica enquanto um princípio aplicado para projetar, justificar, gerenciar e validar os significados de uma linguagem documentária. Os autores apresentam a definição de Beghtol que descreva garantia semântica como sendo a:

[...] autoridade que um classificassionista invoca primeiro para justificar e, posteriormente, para verificar as decisões sobre que classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, que unidades de classes/conceitos serão divididas, até qual subdivisão deve-se proceder, até que ponto e onde a síntese está acessível, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis [...]. A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação será útil e significativo para classificadores e, finalmente, para os usuários de documentos (BEGHTOL, 1986, p. 110-111 apud GUEDES; MOURA, 2016, p. 10).

Neste sentido, o significado dentro do contexto de uso é que garante a pertinência de incluir, excluir e validar conceitos dentro de uma determinada linguagem documentária, pois o fundamento semântico é que irá garantir significados coerentes para um determinado domínio e universo de usuários. Em outras palavras, o fundamento semântico garante a confiabilidade dos SOC considerando o seu contexto sociocultural de uso.

Partindo desses entendimentos, vale enfatizar o conceito de “hospitalidade cultural” introduzido por Clare Beghtol que implica uma abertura dos SOC para incorporar novos conceitos, percepções, vozes e concepções culturais diversas. (BARITÉ, 2011; GUEDES, 2018; GOMES, 2019).

A “hospitalidade cultural” pressupõe o reconhecimento da diversidade cultural nas práticas de organização e representação da informação. Nesse sentido, os instrumentos de indexação devem estar aptos à introdução de novos e/ou diferentes conceitos em suas estruturas. Com base em Beghtol (2002), Barité (2011) informa que a hospitalidade cultural

implica a necessidade de os sistemas de organização do conhecimento serem permeáveis a diferentes percepções e concepções culturais. É uma noção que pretende contribuir para um quadro conceptual que privilegie as

particularidades de determinadas culturas, sejam elas de domínio cultural nacional, étnico ou disciplinar, num ambiente que tende a aceder e recuperar informação na forma globalizada. Dessa forma, pode-se iluminar a produção documental de uma cultura que está relegada ou invisível em determinada biblioteca⁷ (BARITÉ, 2011, p. 8, tradução nossa).

É neste sentido, de olhar criticamente para os instrumentos de indexação, que se propõe a pensar a representação temática do domínio LGBTQIAP+ por uma perspectiva social, que considere os aspectos éticos, culturais e semânticos envolvidos nesse universo. A próxima seção examina a temática LGBTQIAP+ em seus aspectos conceituais e terminológicos.

⁷ implica la necesidad de que los sistemas de organización del conocimiento sean permeables a diferentes percepciones y concepciones culturales. Se trata de una noción que pretende aportar a un marco conceptual que privilegie las particularidades de ciertas culturas, tanto si se trata de culturales nacionales, étnicas de un dominio o disciplinarias, en un entorno que tiende al acceso y a la recuperación de la información en forma globalizada. De este modo, puede iluminarse la producción documental de una cultura que se encuentra relegada o invisibilizada en una determinada biblioteca. (Ciertos aspectos metodológicos son avanzados en Beghtol, 2002b) (BARITÉ, 2011, p. 8).

3 DIVERSIDADE SEXUAL E AS QUESTÕES LGBTQIAP+

Historicamente, ao longo de diferentes épocas e culturas — da Idade Média à contemporaneidade — a homossexualidade⁸ foi condenada sob diferentes tipos de discursos (religioso, normativo-jurídico, médico clínico e psiquiátrico) que justificaram estigmas, preconceitos, punições e violências institucionalizadas contra os corpos de pessoas não heterossexuais. Durante séculos, esses discursos, notadamente no contexto judaico cristão ocidental, operaram diferentes formas de perseguição e condenação.

A tradição judaico-cristã ocidental e a concepção teológica herdada do pensamento grego suscitaram diversos discursos de naturalização das práticas sexuais. Esses discursos classificaram e distinguiram as práticas consideradas “normais” (práticas naturais) das práticas consideradas “anormais” (práticas contra a natureza). As práticas tidas como “naturais” desfrutavam de legitimidade, pois seriam do agrado divino; ao passo que as práticas consideradas “contra a natureza” seriam abomináveis aos olhos de Deus, e por isso passíveis de castigo e de reparação (BARBOSA; MEDEIROS, 2018).

O cristianismo triunfante transformará essa exclusão da natureza no elemento precursor e capital da ideologia homofóbica. Mais tarde, se o sodomita é condenado à fogueira, se o homossexual é considerado um doente suscetível de ser encarcerado ou se o perverso acaba seus dias nos campos de extermínio, é por que eles deixam de participar da natureza humana. A desumanização foi, assim, a *conditio sine qua no* da inferiorização, da segregação e da eliminação dos “marginais em matéria de sexo” (BORRILLO, 2010, p. 43-44).

Os pressupostos religiosos advindos dessa tradição judaico-cristã implicaram em uma série de técnicas e de procedimentos de controle que se materializaram nos dispositivos jurídicos. Em vários países da Europa surgiram códigos legislativos, que articulavam saberes religioso e jurídico para sustentar a criminalização das práticas sexuais consideradas degradantes, anormais, inferiores e pecaminosas. Trevisan (2018) informa que

⁸ Importante frisar que os termos “homossexualismo” e “homossexualidade” surgem na Idade Contemporânea. Antes, os termos utilizados para se referir à prática sexual de indivíduos do mesmo sexo era “sodomia e/ou pederastia”, sendo que a “sodomia” se referia a qualquer prática sexual considerada ilícita, transgressora e pecaminosa. Vale ressaltar também, que a prática sexual entre indivíduos do mesmo sexo nem sempre foi encarada dessa forma. Em outras épocas e culturas, tais práticas eram tratadas indistintamente e/ou celebrada culturalmente.

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, não apenas Espanha, Portugal, França e Itália, católicas, mas também Inglaterra, Suíça e Holanda, protestantes, puniam com severidade a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as imaginações mais sádicas, variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marcas com ferro em brasa, execução e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte por fogueira, empalamento e afogamento. Entre as vítimas, podiam-se contar tanto nobres, eclesiásticos, universitários e marinheiros quanto simples camponeses, servos e artesãos (TREVISAN, 2018, p. 132).

Essas legislações de natureza civil e eclesiástica e todas as suas implicações conceituais e terminológicas foram herdadas pelos países que se formaram a partir dos processos de colonização europeia. No Brasil, durante o periódico colonial e imperial, o Tribunal do Santo Ofício perseguiu os sodomitas aplicando prisões, sequestros de bens, açoites públicos e pena de morte como ocorreu com o Índio Tibira Tupinambá, primeiro homossexual condenado à morte no país pela prática do pecado nefando⁹. O índio Tibira foi executado a tiro de canhão por ordem dos frades capuchinhos franceses em São Luís do Maranhão (MOTT, 2006; TREVISAN, 2018; BARBOSA; MEDEIROS, 2018).

O entrelaçamento entre Religião e Direito esteve na base de todo ordenamento jurídico brasileiro até o advento do Código Criminal do Império, Lei de 16 de dezembro de 1830, que descriminalizou a homossexualidade no Brasil. Entretanto, descriminalizar o “pecado-crime” de sodomia não garantiu a inimputabilidade dos sujeitos considerados “desviantes”. Os preconceitos e estigmas continuaram operando no senso comum da população e outros ordenamentos surgiram para punir os ditos “inimigos da sociedade”, cujo comportamento atentasse contra a “moral e aos bons costumes” da época (TREVISAN, 2018; BARBOSA; MEDEIROS, 2018).

Apesar de a figura do sodomita não ser mais considerada criminosa penalmente, como era nos séculos anteriores, durante o Brasil Imperial vão surgir os crimes “por ofensa à moral e aos bons costumes”. Esses crimes acabaram por “substituir” juridicamente os delitos que os códigos penais de influência religiosa condenavam como crime/pecado contra Deus. Ou seja, não era mais sobre a figura do sodomita/pecador na qual o homossexual se

⁹ Aquele cujo nome não pode ser mencionado - e muito menos praticado! - foi considerado pela moral judaico-cristã como mais grave do que os mais hediondos crimes anti-sociais, como por exemplo, o matricídio, a violência sexual contra crianças, o canibalismo, o genocídio e até o deicídio - todos pecados-crimes mencionáveis, enquanto só o abominável pecado de sodomia foi rotulado e tratado como nefandum (JOHN BOSWEL citado por MOTT, 1994, s.p)

encerrava, mas sim sobre a figura de um inimigo da sociedade, sua moral e seus bons costumes (SANTOS, 2013, p. 12).

A partir do Século XIX, a concepção penal do sujeito não-heterossexual vai dando lugar a uma categoria científica de conceber esses sujeitos no campo da medicina. Nesse período, a preocupação das práticas sexuais consideradas “desviantes” adquire um caráter eminentemente científico, o que implicava em estratégias discursivas supostamente neutras. É a partir desse momento que os discursos médicos se articulam para dar sustentabilidade às concepções morais sobre os comportamentos sexuais considerados desviantes. Sobre esse entendimento, Martins *et al.* (2014) faz a seguinte observação:

A busca de uma determinação causal — biológica, médica — ou de uma explicação universal — psicológica ou psicanalítica — sempre partiram de uma circunscrição inadequada, invertida do objeto de estudo. O poder, a moral e os bons costumes é que apontavam a experiência como anormal. E a partir daí buscavam-se explicações. A ciência era convocada, por tabela, a estudar e explicar o que as sociedades e seus preconceitos interrogavam sobre o que assustava ou incomodava (MARTINS *et al.*, 2014, p. 170).

Nesse contexto, diversos enunciados se articularam para conceber uma concepção “científica” da homossexualidade, distinguindo o padrão normativo dos padrões desviantes, aos quais deveriam ser estudados, catalogados, classificados e medicalizados. Nesse contexto de produções de “verdades” sobre o sexo, a homossexualidade é instaurada nas classificações das psicopatologias. Conforme sinaliza Trevisan (2018),

Agora considerado doente, o pederasta não era mais culpado por transgredir a norma, o que significava a sua inimizabilidade, do ponto de vista jurídico. Tal fato teria consequências imprevisíveis, por empurrar a sexualidade para o território da psiquiatria. A exemplo da Europa, também no Brasil começaram a abundar, desde meado do século XIX, abordagens científicas sobre as “perversões sexuais” [...] os estudiosos buscavam conhecimento de todos os aspectos da sexualidade desviante. Mas, para viabilizar suas abordagens, era necessária uma definição rigorosamente científica. Surgiu então a figura clínica do homossexual, termo lançado pela primeira vez em 1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, e desde então amplamente utilizado pela ciência, inclusive no Brasil (TREVISAN, 2018, p. 172-173).

Green e Polito (2006) informam que a medicina apresentou diferentes tipos de explicações para a “causa” da homossexualidade (hereditárias, psicanalíticas,

biotipológicas e endocrinológicas) e tentou diferentes tratamentos de “cura” (medicação, tratamento psicológico e psiquiátrico, confinamento, choques elétricos, psicanálise individual, em grupo e familiar, camisa-de-força, dentre outros). Os autores enfatizam a convergência desse aparato médico com o aparato jurídico-policial para justificar a perseguição e o confinamento de homossexuais.

Uma vez apanhados pela lei, os homossexuais teriam dois destinos distintos, mas idênticos do ponto de vista do seu resultado: o confinamento. Se o conhecimento médico atestasse sua “doença”, poderiam ser encaminhados para tratamento clínico específico; se não, poderiam ser tratados como criminosos comuns. E se houvesse uma doença, os médicos também planejavam os “remédios” e as “profilaxias” possíveis ao caso (GREEN; POLITO, 2006, p. 21).

No Brasil, esse aparato médico-jurídico-policial se voltou na maioria das vezes contra os homossexuais masculinos de classe baixa, pois os homossexuais masculinos de classe média ou da burguesia tinham o privilégio de escapar desse cerco policial-médico que vigorou por quase todo o século XX (GREEN; POLITO, 2006).

Esses diferentes dispositivos – religiosos, jurídicos, médicos – especificaram os corpos pelo prisma do pecado-crime-doença e produziram sujeitos subalternizados, o que implicou em diferentes formas de preconceitos, discriminações e violências, reiterando continuamente um lugar de inferioridade para aquelas pessoas fora dos padrões.

Esses discursos implicaram na formação de um sistema normativo de gênero e sexualidade, no qual a heterossexualidade monogâmica e reprodutiva foi concebida enquanto regra – o modelo de normalidade e moralidade a ser seguido por todos. Já a homossexualidade e outras performances não heterossexuais eram concebidas no domínio da anormalidade, da imoralidade e do patológico.

Neste sentido, termos como “Homossexualismo”, “Transvestismo”, “Travestismo”, “Trans-sexualismo”, “Transexualismo”, dentre outros léxicos característicos fizeram parte de vocabulários nosográfico¹⁰ utilizados para caracterizar aqueles corpos em desacordo com os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade, e conseqüentemente corpos passíveis de intervenções. Torres e Prado (2014) informa que

¹⁰ Relacionado com a nosografia, estudo ou documento que contém a descrição e explicação de doenças. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nosografico/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

De diferentes modos, todas essas formas de vida podem se constituir como alvos da homofobia, ou seja, de comportamentos e concepções elaborados na produção da cultura e dos saberes ocidentais que aparecem na discriminação afetiva, intelectual e política por lógicas heterossexistas (Borrillo, 2010), entre outras. Essas lógicas produzem relações em que hierarquias baseadas no sexo-gênero constituem LGBT, entre outras formas de vida, também como outsiders, ou seja, produzem nas interdependências sociais sujeitos considerados humanamente inferiores e alvos de ódio e violências (Elias; Scotson, 2000) [...] (TORRES; PRADO, 2014, p. 202).

Universalmente, a patologização desses sujeitos considerados desviantes se materializou na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em 1948, a sexta revisão da CID (CID-6) classifica o homossexualismo como “desvio sexual” na categoria 320 “personalidade patológica”. Importante frisar, que o termo “Homossexualismo” inicialmente englobava outros conceitos, tais como “Travestismo” e “Transexualismo”. Em sua 8ª revisão de 1965, a CID-8 transfere o homossexualismo para a categoria 302 “Desvio e Transtornos Sexuais”, subcategoria 302.0 “Homossexualismo”; e insere a subcategoria 302.3 para “Transvestismo”. Na 9ª revisão de 1975, a CID-9 insere o termo “Trans-sexualismo” na subcategoria 302.5 e mantém as subcategorias 302.0 para “Homossexualismo” e 302.3 para “Transvestismo” (CARNEIRO, 2015; TREVISAN, 2018; BARBOSA; MEDEIROS, 2018; CANO-PRAIS; COSTA-VAL; SOUZA, 2021).

A partir da inclusão desta nota na 9ª Revisão da CID, o saber médico que concebia a homossexualidade como doença, até então encastelado em sua “verdade”, passa a sofrer diversos ataques dentro do próprio campo da medicina, como também da psicologia. Da mesma forma, ativistas homossexuais passaram a reivindicar a revogação desse código 302.0 por entender que essa patologização reforçava a série de atribuições negativas direcionadas àqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo e era responsável por conferir a eles um *status quo* de subcidadão, categoria inferior dentro da estruturação social. *Outrossim*, foi a partir desta concepção que as primeiras organizações homossexuais brasileiras puseram em prática uma campanha pela despatologização da homossexualidade no Brasil e no mundo no final da década de 1970 e nos anos 1980 (CARNEIRO, 2015, p. 3).

Com o advento da modernidade e principalmente da pós-modernidade, houve uma maior abertura nas sociedades para se questionar, desmistificar e rever posições e aspectos acerca da sexualidade e das diferenças sexuais, principalmente no que diz respeito às homossexualidades. Prado e Machado (2008) informam que

Com a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e às diferenças sexuais, mais especificamente aos comportamentos sexuais não-heterossexualmente orientados. Embora longe de termos respostas satisfatórias aos paradoxos postos pelas hierarquias sociais contemporâneas, consideradas hoje como relações de igualdade e diferença, percebemos transformações nos discursos científicos, legislações nacionais e práticas sociais que definem a identidade social e a cidadania de homossexuais e outras minorias (PRADO; MACHADO, 2008, p. 83).

Nesse novo cenário, o papel dos movimentos sociais em prol dos direitos sexuais e de gênero, bem como o avanço de estudos científicos fomentaram diversos debates e questionamentos na esfera pública e privada em torno das classificações patológicas e principalmente das violações de direitos das pessoas que não atendiam ao padrão heteronormativo de sociedade.

Entre as décadas de 1960 e 1970, surgem os primeiros movimentos sociais de destaque promovendo visibilidade, exigindo respeito, representatividade e direitos iguais para as pessoas não heterossexuais.

Pensar a sexualidade em termos de sua diversidade é um desafio contemporâneo e que tem suas origens mais nítidas, aproximadamente, em meados do século XX, quando começaram a aparecer grupos sociais organizados e estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade. A transformação dos discursos sobre a sexualidade, associados a uma série de transformações sociais, que Giddens (1993) chamou de “revolução sexual”, tornou possível uma ressignificação da sexualidade humana, na medida em que estes discursos contribuíram lentamente para a desessencialização ou desnaturalização da sexualidade. Assim, os elementos fundamentais da sustentação do preconceito social e da legitimação de uma subcidadania para mulheres e não-heterossexuais passaram a sofrer constante questionamento social (PRADO; MACHADO, 2008, p. 39-40).

No Brasil, o Movimento Homossexual Brasileiro (atualmente denominado LGBTQIAP+) começou a se articular no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, durante a ditadura militar. Foi neste contexto de repressão e luta pela abertura política, que o movimento gay se posicionou contra as subalternidades impostas pelos discursos heterossexistas da época.

O Jornal Lampião da Esquina, fundado em 1978 na cidade do Rio de Janeiro, é considerado um marco na história do Movimento Homossexual Brasileiro. Tanto a fundação do jornal, quanto a fundação do grupo SOMOS (Grupo de Afirmação Homossexual) marcaram o início do movimento LGBT no Brasil (FACCHINI, 2003).

As pautas do movimento se davam em defesa da visibilidade, da valorização e do orgulho, pela justiça, pela desconstrução dos estigmas e pela construção de conhecimentos emancipatórios para se pensar as identidades sexuais e de gênero. Ferrari (2004) sintetiza a conjuntura que se deu o surgimento do movimento homossexual brasileiro,

O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderá ser celebrada sem restrições. Havia a consciência de que a luta era árdua e que passava pela desconstrução dos parâmetros da homossexualidade, com seus conseqüentes tabus, e pela construção de identidades mais positivas, embasadas na valorização da auto-estima, da auto-imagem e do autoconceito de seus integrantes (FERRARI, 2004, p. 105).

Posto isto, enfatiza-se o Movimento LGBTQIAP+ brasileiro enquanto um espaço de atuação coletiva em defesa da diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não corresponde aos padrões sociais impostos pela heteronormatividade¹¹. Pode-se dizer que esses padrões reproduzem a lógica da colonialidade¹² e o movimento LGBTQIAP+ se insurge contra essa lógica e suas implicações materiais, epistêmicas e simbólicas.

Ferrari (2004, p.107) sintetiza bem os objetivos do movimento que sempre foi pela “construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo”.

De forma consciente, o movimento gay surgiu a partir de uma preocupação com o entendimento do mundo, com a tentativa de esclarecer e dominar os parâmetros de sua organização e de classificação da homossexualidade, e com a demanda de desconstruir as identidades homossexuais cristalizadas em busca de novas possibilidades de vivências mais positivas. Portanto, se a idéia era pensar a organização do mundo e como esse grupo estava sendo explicado e se explicava a partir disso, isso significava pensar a política das identidades, não somente as identidades homossexuais, mas todas as identidades que dizem respeito e se relacionam com ela, seja as identidades de gênero ou aquelas vinculadas à orientação sexual (FERRARI, 2004, p. 107).

¹¹ Construção ideológica que fundamenta a pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais. Imposição social que traz um “conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle [...] é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 156-157).

¹² A colonialidade se refere à modernidade ocidental e sua lógica global de desumanização em torno da ideia de raça que persistiu após os processos de descolonização. E a decolonialidade se refere à luta contra essa lógica colonial racista e suas implicações materiais, epistêmicas e simbólicas (MALDONADO-TORRES, 2018).

A socióloga Regina Facchini (2003, p. 84) concebe o Movimento LGBT enquanto “conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos [...]” relativos às identidades sexuais e de gênero. Facchini (2011) divide a trajetória do movimento LGBT em três momentos consecutivos, aos quais denomina de “primeira onda” (1978 a 1983), “segunda onda” (1984 a 1992) e “terceira onda” (1992 em diante).

A primeira onda (1978-1983) compreende o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e foi marcada pelo fim da ditadura militar. Nesse primeiro momento, surge o grupo Somos em São Paulo, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o jornal Lâmpião da Esquina no Rio de Janeiro. Nessa fase, havia um forte senso de irmandade e solidariedade, o que fazia com que o grupo fosse visto como uma “comunidade de iguais, ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma “condição” e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada” (FACCHINI, 2011, p. 13).

Nesse primeiro momento, o grupo Somos e posteriormente o Grupo Gay da Bahia (GGB) iniciam a campanha nacional pela despatologização da homossexualidade no Brasil mobilizando diversos atores sociais pela revogação do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) que classificara a homossexualidade como desvio e transtorno sexual (FACCHINI, 2011; CARNEIRO, 2015).

A Segunda onda (1984-1992) é marcada pelos contextos da redemocratização, pela constituinte de 1988 e pela eclosão da epidemia de HIV/AIDS. Nesse momento, grupos se formalizam e se aproximam do Estado na busca por direitos e por respostas contra a epidemia do HIV e contra a discriminação pela orientação sexual.

É nesse período que ocorre o processo de despatologização da homossexualidade com forte atuação do Grupo Gay da Bahia. Após intensas mobilizações envolvendo associações científicas, ativistas, políticos e demais entidades da sociedade civil, o Conselho Federal de Medicina retira a homossexualidade do código 302.0 em 09 de fevereiro de 1985 (FACCHINI, 2011; CARNEIRO, 2015)

No plano internacional, a despatologização da homossexualidade já havia iniciado em 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria retira o termo “homossexualismo” do seu manual de transtornos mentais. Em 1975, a Associação

Americana de Psicologia remove a homossexualidade do rol de transtornos psicológicos (FACCHINI, 2011; BARBERO, 2011; TEIXEIRA FILHO, 2011; SANTOS, 2011; CARNEIRO, 2015).

Em 1989 o termo “homossexualismo” foi removido da lista de patologias na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10 de 1989) e em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde definitivamente declara que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão. Entretanto a travestilidade e a transexualidade foram redefinidas para a categoria F64 “Transtorno da identidade sexual”, sendo classificadas nas subcategorias F64.0 para “Transexualismo” e F64.1 para “Travestismo ambivalente”. E somente a partir da CID-11 aprovada em maio de 2019 (CID-19) essas duas identidades de gênero deixam de ser classificadas como patologias (CARNEIRO, 2015; TREVISAN, 2018; BARBOSA; MEDEIROS, 2018; CANO-PRAIS; COSTA-VAL; SOUZA, 2021).

A Terceira onda (1992 em diante) se caracteriza pela expansão e proliferação de grupos e ONGs em todo território nacional. A partir desse momento, surgem variados formatos dentro do movimento e outras identidades ganham destaque como travestis, transexuais, lésbicas e bissexuais. Surgem redes nacionais de atuação, como Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre outras. Também surgem as paradas do orgulho LGBTQIAP+ fazendo com que as pautas do movimento ganhassem maior destaque na mídia e na sociedade de um modo geral.

É nesse período que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) edita normas para a atuação dos profissionais de Psicologia sobre as questões relacionadas à orientação sexual e determina como os profissionais da Psicologia podem contribuir para a superação de preconceitos e discriminações. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia edita a Resolução 001/99 (CFP 001/99) com a seguinte redação:

[...] CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações; RESOLVE: Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade. Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas. Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de

comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados [...] (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999).

Da terceira onda em diante, as demandas do movimento LGBTQIAP+ se institucionalizam através de políticas públicas e legislações na esfera municipal, estadual e federal.

O movimento LGBTQIAP+ em consonância com o movimento feminista promoveu uma rearticulação dos ordens do discurso a cerca das identidades sexuais e de gênero, o que implicou mudanças significativas na sociedade, principalmente na constituição positiva e emancipatória das identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero.

A variedade das práticas sexuais, bem como as formas de expressão da sexualidade humana são construções sociais e históricas. Neste sentido, a diversidade sexual precisa ser entendida como uma noção em expansão (TORRES, 2013),

Sendo assim, chamamos a atenção para o fato de que outras sexualidades ainda poderão nos levar a questionar tudo o que até agora pensávamos sobre diversidade sexual. [...] Entender a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico permite-nos reconhecer que, muitas vezes, repetimos formas de discriminação até mesmo sem perceber. Alguns autores apontam inclusive a necessidade de conhecer as questões da diferença e da variedade sexual para questionar uma compreensão da heterossexualidade como única possibilidade da sexualidade (Rubin; Butler, 2003) (TORRES, 2013, p. 9- 15).

É neste cenário que se destaca a sigla LGBTQIAP+ adotada neste trabalho para identificar e caracterizar pessoas que escapam aos padrões da cisheteronormatividade.¹³ Padrões estes que estabelecem normas de se viver a sexualidade e o gênero. Nesse sentido, compreendem-se as diversidades LGBTQIAP+ como resultado de construções sociais e políticas historicamente determinadas.

¹³ Para entender o conceito de cisheteronormatividade é preciso compreender os conceitos de cisgeneridade e de cisheteronormatividade. A cisgeneridade diz respeito às pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Já a cisheteronormatividade diz respeito às construções ideológicas que ditam o que é ser homem e o que é ser mulher dentro de uma concepção binária de gênero. Considerando o exposto, o conceito de cisheteronormatividade parte do pressuposto de que todos devem se enquadrar na concepção binária de gênero (masculino ou feminino) e no padrão sexual da heterossexualidade.

3.1 Sigla LGBTQIAP+: termos e conceitos correspondentes

Neste trabalho, optou-se pelo emprego da sigla LGBTQIAP+ por considerar que o vocábulo contempla a diversidade de identidades sexuais e de gênero, e por ser a sigla mais utilizada na atualidade para se referir ao grupo social composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero que não corresponde aos padrões impostos pela cisheteronormatividade.

Conforme apresentado anteriormente, as siglas são vocábulo construído politicamente para reunir grupos sociais historicamente marginalizados, estigmatizados e aliados de seus direitos em virtude da orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero.

Siglas como MHB, MGL, GLT, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI, LGBTI+, LGBTIA+ LGBTQIA+, LGBTQIAP+, dentre outras siglas características, são vocábulos construídos nos contextos de surgimento e desdobramentos do Movimento Homossexual Brasileiro (FERRARI, 2004; FACCHINI, 2009; TORRES, 2013; TORRES; PRADO, 2014; BORTOLETTO, 2019). Por isso enfatiza-se o caráter político das siglas, tendo em vista que se instituem enquanto grupos organizados para reivindicar legitimidade e direitos. No Quadro 1 apresenta-se as variações das siglas e suas definições.

Quadro 1 – Siglas e suas definições

SIGLA	DEFINIÇÃO
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes (utilizou-se no contexto mercadológico)
GLTT	Gays, Lésbicas, Travesti e Transexuais
GLTTT	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Transgênero
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros ou Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e demais identidades sexuais e de gênero
LGBTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais e de gênero
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais e de gênero
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A variabilidade da sigla marca os posicionamentos dos sujeitos em busca dos seus direitos, das suas subjetividades e da cidadania plena. São pessoas diversas, historicamente marginalizadas e subalternizadas que encontraram nos movimentos organizados formas de resistência contra as opressões e busca por direitos. Facchini (2009) faz uma explanação sobre essas variações e enfatiza a necessidade do L encabeçar a sigla como estratégia de visibilidade para as lésbicas.

Assim, até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (movimento homossexual brasileiro); depois de 1993, como MGL (movimento de gays e lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura também como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos [...] Em 2008, nova mudança ocorre a partir da Conferência Nacional GLBT: não sem alguma polêmica, aprova-se o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela necessidade de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009, p. 140).

Embora a letra Q referente ao termo “*queer*” apareça na sigla, no contexto brasileiro o “*queer*” ainda não está posto enquanto uma identidade. Entretanto, já existem pessoas se identificando enquanto “*queer*” e/ou adotando um posicionamento “*queer*”. O termo “*queer*” se refere a uma teoria sobre o gênero conhecida como Teoria *Queer*.

A teoria queer, oficialmente queer theory – em inglês – é uma teoria sobre o gênero e sexualidade que afirma a identidade sexual e/ou a orientação sexual e de gênero como resultados de um construto social e que, portanto, não existe essencialmente o masculino ou feminino biologicamente inscritos na natureza humana, ou seja, as diversas e diferentes masculinidades e feminilidades só são construções produzidas em diferentes esferas sociais: na esfera discursiva, na esfera urbana, na esfera cultural, dentre outras, discursivamente, socialmente e historicamente entrelaçados (PAGNAN, 2020, p. 742).

Louro (2008, p. 8) explica o conceito de *queer* enquanto insulto e abjeção que foi ressignificado pelos movimentos homossexuais e por intelectuais que teorizam sobre o tema. *Queer* significa “estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado””.

Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse

grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2001, p. 546).

Queer significa um jeito de ser e de pensar “que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2008, p. 8).

Vale enfatizar, que os termos e os conceitos do universo LGBTQIAP+ giram em torno de três elementos distintos: gênero, orientação sexual e sexo biológico conforme o Quadro 2 explicativo abaixo.

Quadro 2 – Distinção entre Gênero, Orientação sexual e Sexo biológico

GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	SEXO BIOLÓGICO
Conceito utilizado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, tendo em vista que as maneiras de ser homem ou mulher são construções sociais que independe do sexo biológico.	Refere-se à capacidade, inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero. Existem quatro orientações sexuais preponderantes:	Refere-se ao conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam o masculino (macho) do feminino (fêmea) ou apresenta a combinação dos dois (intersexo). Diz das características biológicas (cromossomos, hormônios, órgãos reprodutivos e genitais).
<p>-EXPRESSÃO DE GÊNERO: Forma como a pessoa manifesta socialmente sua identidade de gênero, por meio do seu nome, da vestimenta, etc.</p> <p>-IDENTIDADE DE GÊNERO: Percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino, de alguma combinação dos dois ou de nenhum; independente de sexo biológico. É a experiência interna e individual que cada pessoa tem de si e do seu corpo, podendo envolver ou não modificações por meios médicos e/ou cirúrgicos.</p>	<p>-HOMOSSEXUALIDADE: atração afetiva/sexual/emocional pelo mesmo sexo/gênero;</p> <p>-HETEROSSEXUALIDADE: atração afetiva/sexual/emocional pelo sexo/gênero oposto;</p> <p>-BISSEXUALIDADE: atração afetiva/sexual/emocional pelos doissexos/gêneros.</p> <p>-ASSEXUALIDADE: ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outras pessoas.</p>	<p>-FEMININO: vagina, ovários, cromossomos xx;</p> <p>-MASCULINO: pênis, testículos, cromossomos xy;</p> <p>-INTERSEXUAL: combinação dos dois.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em ABGLT, 2010; JESUS, 2012; TORRES; PRADO 2014; REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021.

Em conjunto, esses três elementos distintivos refletem a diversidade da sexualidade humana materializada em vivências, expressões e identidades conforme se observa na proliferação das letras que compõem as siglas.

Desde 2008 no Brasil, convencionou-se utilizar a letra “L” no início da sigla para destacar a atuação das mulheres lésbicas, considerando a invisibilidade das demandas femininas dentro do movimento que historicamente priorizava as demandas de homens gays. Durante a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, promovida pelo Governo Federal em 08 de junho de 2008, o movimento denominado naquela época de GLBT optou pelo uso da sigla LGBT. Esta mudança sinaliza para uma valorização das questões de gênero dentro do movimento LGBT brasileiro (TORRES; PRADO, 2014; ABGLT, 2010; REIS, 2018).

As práticas sociodiscursivas do movimento LGBTQIAP+, somada aos avanços teóricos e às correntes políticas progressistas, operaram mudanças sociais e discursivas significativas nas últimas décadas, tais como: constituição positiva dos sujeitos LGBTQIAP+, visibilidade e representatividade nos espaços públicos; despatologização das identidades LGBTQIAP+ (década de 1970 em diante); proibição da discriminação por orientação sexual no meio jornalístico (1986); aprovações de leis estaduais impondo penalidades a pessoas jurídicas que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual (década de 1990); instituição de políticas públicas como o “Brasil sem homofobia” (2004); reconhecimento da união estável pelo Supremo Tribunal Federal (2011); garantia do casamento civil normatizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2013); direito de adoção por casais homoafetivos (2015); garantia da retificação do registro civil das pessoas transgênero pelo Conselho Nacional de Justiça (2018); criminalização da homofobia e da transfobia (homotransfobia) pelo Supremo Tribunal Federal (2019), dentre outras conquistas características.

Cada vez mais podemos identificar na mídia e em debates públicos a discussão sobre a diversidade sexual. Aos poucos, gays, lésbicas, travestis, transexuais entre outros deixam de ser lendas urbanas, anomalias sociais ou sujeitos patologizados, para se tornarem sujeitos políticos, que passam a reivindicar equivalência de direitos implicada muitas vezes pela construção de novos direitos sociais e/ou pela desconstrução de direitos estabelecidos [...] Neste sentido, devemos reconhecer a importância dos movimentos sociais, ONGs, grupos GLBTs, estados, universidades e pessoas que batalharam e lutam cotidianamente para introduzir na memória de nossa

sociedade aquilo que outrora foi um segredo (PRADO; MACHADO, 2008, p. 14, 122).

Importante frisar que muitas dessas conquistas se deram no âmbito do Poder Judiciário que constantemente tem sido provocado a responder pela omissão do Poder Legislativo em garantir a cidadania plena das pessoas LGBTQIAP+. Merece destaque o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26/DF (“ADO nº 26/DF”), em 13/06/2019, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrou a homofobia e transfobia como crime de racismo tipificado na Lei nº 7.716/89. Este enquadramento será aplicado até que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria e promulgue uma Lei específica para criminalização da homotransfobia, o que ainda não aconteceu até o presente momento de escrita desta dissertação.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, compreende-se a homotransfobia (também conhecida como LGBTfobia) como toda e quaisquer condutas “homofóbicas ou transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social” (BRASIL, 2019). Esse entendimento foi um marco importante na história do movimento LGBTQIAP+ brasileiro.

Contudo, vale enfatizar, que mesmo diante desse cenário de maior visibilidade e conquistas de direitos, a população LGBTQIAP+ ainda se encontra em situações de vulnerabilidades sendo vítima de preconceitos, discriminações, violências físicas, simbólicas e psicológicas (PRADO; MACHADO, 2008; MARTINS *et al.*, 2010; TREVISAN, 2018; OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Ainda que a visibilidade e a aparição pública das homossexualidades tenham entrado na agenda social e política, convivemos com o preconceito homofóbico, com um número alarmante de assassinatos de homossexuais, com violações dos direitos sexuais de toda ordem e com a violência institucional que perpassa todas as instituições sociais, econômicas e políticas, sem falar nas educacionais, religiosas e militares (Carrara, Ramos e Caetano, 2003; Carrara *et al.*, 2005; Ramos & Carrara, 2006; Prado, Rodrigues & Machado, 2006) (PRADO; MACHADO, 2008, p. 15).

O Brasil é o país que abriga a maior parada LGBTQIAP+ do mundo, entretanto, convive com altas taxas de violência contra essa população. Martins *et al.* (2010) já sinalizava este paradoxo ao lembrar que o país figura como o campeão

de mortes e violências contra as pessoas LGBTQIAP+. Se por um lado os avanços foram significativos, por outro, grupos conservadores e fundamentalistas religiosos têm fomentado o debate público com discursos de ódio e desinformações contra a população LGBTQIAP+, acirrando preconceitos, discriminações e diversos tipos de violência.

Trevisan (2018) enfatiza a preocupação quase obsessiva de fundamentalistas religiosos em “tratar” a homossexualidade com a chamada “cura gay”. Parlamentares evangélicos têm apresentado Projetos de Lei visando sustar os efeitos da Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia que proíbe a chamada “cura gay”, uma vez que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão. Mesmo assim, centros de reabilitação para homossexuais foram criados em todo o país com técnicas análogas ao exorcismo intituladas “Terapia da Reorientação Sexual”; “Terapia de Conversão” ou “Terapia Reparativa”. Nesse sentido o autor aponta para o efeito agressivo de grupos relutantes às mudanças sociais que têm se apropriado do território da internet para instalar um clima de ódio e manipulação contra a população LGBT.

Com a eclosão das questões de identidade de gênero e elaborações teóricas correlatas, no início do século XXI a agenda LGBT provocou renovado interesse dos conservadores e acirramento do debate. A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2016, foi determinante na intrincada articulação de uma nova direita política, muitas vezes sucedendo governos mais progressistas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Nesse bloco movido por revanchismo, paranoia política e fundamentalismo religioso, incorporaram-se diferentes tendências conservadoras e autoritárias, de cunho ora nacionalista-populista, ora teocrático, ora militarista ou francamente fascista. Abusando do território caótico da internet, o clima de ódio trouxe à cena o conceito de pós-verdade, baseado nas fake News e na arte de manipular multidões (TREVISAN, 2018, p. 439).

Importante lembrar a ausência do Estado brasileiro na apuração de dados oficiais sobre discriminação e violência contra a população LGBTQIAP+. Matos e De Lara (2018) observam que são quase inexistentes os dados oficiais sobre violência motivada por homotranfobia no país. Diante dessa ausência, ainda nos anos 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) se empenhou em apurar registros de violência letal motivada pela homofobia. Os dados levantados pela Organização são extraídos de relatos e notícias divulgadas nos meios de comunicação, seja impresso, televisivo,

radiofônico ou virtual. Sobre este empenho é importante destacar algumas observações em relação às dificuldades e esforços para conseguir apoio estatal.

Existem inúmeras problemáticas acerca dos bancos de dados já construídos ou dos relatórios lançados que apontam (ou não) a existência da violência contra pessoas que fogem do padrão cisheteronormativo. O primeiro ponto a ser observado é que a construção e levantamento é feita na maioria dos casos por movimentos sociais e coletivos, evidenciando a falta de apoio do Estado na elaboração dos relatórios de violência contra essa comunidade. A segunda observação é eventual a falta de rigor metodológico e estatístico no tratamento dos dados e informações apresentadas. Ainda que insuficientes, tivemos tentativas de esforços estatais, o presidente Fernando Henrique (PSDB) cria o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2001), o presidente Lula (PT) cria o Ministério dos Direitos Humanos (2003), o programa Brasil sem Homofobia (2004), Conferência Nacional LGBT (2008), Plano Nacional LGBT (2009). No governo Dilma (PT) foi criado módulo LGBT no Disque 100, o 1º Relatório Oficial sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012); a 2ª e 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTI+ (2011 e 2015) e ocorreu a ampliação do Processo Transexualizador no SUS (2013) (OBSERVATÓRIO, 2021, p. 13).

De acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia (2020), a cada 26 horas uma pessoa LGBT+ é assassinada ou se mata em decorrência do preconceito e da discriminação LGBTfóbica, colocando o Brasil na posição de campeão mundial de crimes contra a população LGBTQIAP+.

Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal segmento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil (WAREHAM, 2020). Apesar dessa redução observada nos dois últimos anos, devemos pontuar que tais mortes cresceram incontrolavelmente nas duas últimas décadas: de 130 homicídios em média em 2000, saltou para 260 em 2010, subindo para 398 nos últimos três anos [...] (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 14).

Segundo o Observatório de Mortes Violentas LGBTI+ (2021), só no ano de 2020, 237 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais tiveram mortes violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%). O relatório observa que pela primeira no histórico do levantamento, as travestis e mulheres trans ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e mulheres trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%), 3 bissexuais (1%) e 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%) (OBSERVATÓRIO, 2021).

Esses dados são sintomáticos de uma sociedade cisheteronormativa, que historicamente relegou aos LGBTQIAP+ um lugar de inferioridade na estrutura social e “naturalizou” diversos tipos de violência contra essas pessoas.

Considerando esse cenário de violência e vulnerabilidade contra a população LGBTQIAP+, justifica-se a relevância de discutir e refletir sobre essa temática no contexto discursivo do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG, tendo em vista que a violência também ocorre no discurso e pelo discurso.

4 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E MÉTODO PARA GARANTIA SEMÂNTICA

Por Análise de Discurso Crítica (ADC) compreende-se uma teoria/método de pesquisa social voltado para o estudo da relação entre linguagem, sociedade e poder. Neste sentido, a ADC operacionaliza elementos linguísticos com elementos das ciências sociais e humanas para a compreensão dos discursos materializados em textos.

Conforme apresentado na subseção 2.2, por Garantia Semântica, entende-se o princípio de ordem semântica utilizado para projetar, justificar e validar decisões na elaboração/utilização de linguagens documentárias, tais como, Listas de Cabeçalhos de Assunto, Tesouros, Sistemas de Classificações Bibliográficas, dentre outros instrumentos característicos que atualmente são denominados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC).

4.1 Análise de Discurso Crítica: teoria e método

A priori nesta seção, apresenta-se o arcabouço teórico e metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) com ênfase na abordagem Dialético-Relacional (DR) do linguista britânico Norman Fairclough. A ADC, também conhecida como ACD (Análise Crítica do Discurso), é uma abordagem teórica metodológica voltada para o estudo da relação entre discurso, sociedade e poder com foco na mudança social.

Considera-se a Análise de Discurso Crítica (ADC) como sendo uma continuação da Linguística Crítica (LC) que foi uma abordagem de Estudos da Linguagem desenvolvida na década de 1970 por um grupo de pesquisadores britânicos da Universidade de East Anglia (Fowler, Kress, Hodge e Trew), interessados na relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia, bem como instrumentalizar leitores com base na ideia de uma leitura desmistificadora de textos. (FAIRCLOUGH, 2016).

Posteriormente, na década de 1980, pesquisadores como Norman Fairclough, Teun van Dijk, Ruth Wodak, Teo van Leeuwen e Gunther Kress ampliaram e desenvolveram essa abordagem que passou a ser denominada como Análise de Discurso Crítica (ADC). Tal expressão foi utilizada pela primeira vez em 1985 por Norman Fairclough em seu artigo seminal publicado no *Jornal of Pragmatics* (MAGALHÃES, 2005; GOMES; VIEIRA, 2020).

A ACD como uma rede de estudiosos emergiu no início dos anos 1990, depois de um pequeno simpósio em Amsterdã, em janeiro de 1991. Por acaso, e com o apoio da University of Amsterdã, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias juntos, e tiveram a maravilhosa oportunidade de discutir teorias e métodos de análise do discurso, especificamente de ACD (WODAK, 2004, p. 227).

Ruth Wodak (2004), em seu artigo sobre a história da ACD, propõe que os termos Linguística Crítica (LC) e Análise Crítica do Discurso (ACD) sejam utilizados de forma intercambiável e apresenta concepções básicas que se destacaram nos estágios iniciais do campo.

Muitas das concepções básicas da LC/ACD [...] incluem concepções como:

- A linguagem é um fenômeno social.
- Não apenas indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem.
- Os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação.
- Os leitores/ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos.
- Há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições, e assim por diante (KRESS, 1989) (WODAK, 2004, p. 224-229-230).

Apesar dessas considerações, Fairclough (2016) aponta algumas limitações da Linguística Crítica (LC) que merecem ser observadas: tendência em enfatizar mais o texto como produto relegando em segundo plano os processos de produção e interpretação de textos e ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução de relações e de estruturas sociais, o que negligencia tanto o discurso em que se realizam as lutas sociais, quanto à mudança no discurso enquanto dimensão da mudança social e cultural mais ampla.

LC e ADC são campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, de poder e de controle manifestas na linguagem. Contudo, apenas a ADC o faz de modo engajado, pois considera a relação dialética entre textos e sociedade: o sujeito da linguagem transforma e é transformado pelas práticas discursivas, ora se conformando às ordens do discurso, ora contestando-as, ora ressignificando-as e transformando-as. Para a LC, as representações linguísticas apenas refletem as estruturas sociais, mas o contrário não ocorre. Logo, considera-se que a ADC adicionou a preocupação com o exercício de poder nas relações sociais aos estudos linguísticos. Em termos de metodologia para a análise de textos e para a crítica social, a ADC lançou mão dos conceitos da linguística funcional, aos quais a LC não recorre (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 55).

De acordo com a literatura, existem seis vertentes/abordagens de ADC: Dialético-Relacional (DR) de Norman Fairclough; Histórico-Discursiva (HD) de Ruth

Wodak e Reisigl; Sociocognitiva (SC) de Van Dijk; Linguística de *Corpus* (LiC) de Mautner; Análise de Dispositivo (AD) de Jager e Maier e Representação dos Atores Sociais de Theo van Leeuwen (WODAK; MEYER, 2009; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Apesar dessa heterogeneidade de propostas, todas partem de um problema social com o objetivo de se fazer análise discursiva crítica e reflexiva voltada à emancipação e justiça social.

Embora a expressão Análise Crítica do Discurso (ACD) também seja utilizada por diferentes pesquisadores, nesta pesquisa preferiu-se optar por Análise de Discurso Crítica (ADC) conforme empregado e defendido por Izabel Magalhães, pesquisadora referência no tema e responsável por introduzir e popularizar a ADC no Brasil.

O campo de estudo da ADC é reconhecido internacionalmente através de diversas obras de autores (Fairclough, Wodak, van Dijk, van Leeuwen, Kress, etc.) que deram origem ao campo e se consolidaram nos Estudos Críticos do Discurso (ECD).

No Brasil, a professora Izabel Magalhães da UnB é a pesquisadora pioneira nos estudos da ADC, que desde a década de 1980 vêm estudando e desenvolvendo o tema. Inúmeros autores (as) também têm contribuído com o desenvolvimento dos estudos no país, tais como Célia Maria Magalhães, Viviane de Melo Rezende, Viviane Ramalho, Lucineudo Machado Irineu, José Ribamar Lopes Batista Junior, Maria Carmen Aires Gomes, Viviane Cristina Vieira, André Ricardo Martins, dentre muitos.

Os estudos críticos do discurso no Brasil já estão hoje consolidados em escolas próprias, em vários grupos de pesquisa organizados em torno: 1) de temáticas específicas: estudos de gênero, questões raciais, classificação social, debates educacionais etc.; 2) de domínios discursivos e contextos de trabalho de campo – estudos de mídia, o campo político, a sala de aula, as artes etc., e 3) de abordagens teórico-metodológicas para estudos críticos em linguagem – análise de discurso crítica, etnografia discursiva, gramática do design visual, linguística sistêmico-funcional, abordagem sócio cognitiva...e as muitas e variadas combinações desses três conjuntos (RESENDE, 2019, p. 2).

A ADC parte do pressuposto de que da mesma forma que a linguagem pode ser utilizada para estabelecer e sustentar relações de dominação, também pode ser utilizada para subverter e superar essas relações. Nesse sentido, pesquisas em ADC investigam o funcionamento da linguagem que é considerada um elemento da

vida social dialeticamente conectada a outros elementos sociais; procuram desmistificar os discursos decifrando as ideologias e os seus objetivos são analisar como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada através do uso da linguagem (WODAK, 2004; VIEIRA; RESENDE, 2016).

Neste sentido, a ADC oferece contribuições para a investigação de questões ligadas ao racismo, machismo, homofobia, exclusão social e demais formas de discriminações que operam através do uso da linguagem.

A Teoria Social do Discurso (TSD) de Fairclough (1992) é considerada epistemologia de base para a ADC. Barros (2018) apresenta as principais influências teóricas que dão base à abordagem de Fairclough: Marxismo ocidental e a Escola de Frankfurt; Linguística Sistêmico Funcional de Halliday; Contribuições ao discurso de Michel Foucault; Filosofia da linguagem de Bakhtin e Realismo crítico de Bhaskar. Com base nessas influências, Fairclough apresenta uma abordagem que busca integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para se fazer análise de discurso com vista à mudança social e cultural.

Neste sentido, a abordagem de Fairclough propõe dois modelos de análise: o modelo tridimensional e o modelo transformacional, ambos amplamente utilizados para se fazer análise de discurso textualmente orientada (ADTO).

Nesta pesquisa, optou-se pelo modelo tridimensional de análise, em que o discurso figura em três dimensões: discurso enquanto texto, discurso enquanto prática discursiva e discurso enquanto prática social. Para Fairclough (2016), esta concepção é indispensável na análise descritiva e interpretativa do discurso, pois toda produção linguística (texto) envolve práticas discursivas e práticas sociais.

É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. [...] A parte do procedimento que trata da análise pode ser denominada 'descrição', e as partes que tratam da análise da prática discursiva e da análise da prática social da qual o discurso faz parte podem ser denominadas 'interpretação' (FAIRCLOUGH, 2016, p. 104-105).

A Teoria Social do Discurso (TSD) de Fairclough partilha do mesmo olhar crítico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa sobre a linguagem enquanto prática social. Entretanto, "a teoria de Fairclough é inovadora quando propõe

examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social” (MAGALHÃES, 2016, p. 11). Neste sentido, Fairclough enfatiza a natureza dialética social do discurso, pois se por um lado a estrutura social constitui o discurso, por outro, o discurso constitui a estrutura social.

Em “Discurso e Mudança Social”, Fairclough (2001) enfatiza três tendências da ordem de discurso contemporânea: democratização, comodificação e tecnologização. No caso da democratização do discurso, há uma tendência na retirada de desigualdades e assimetrias de direitos, de obrigações e do prestígio discursivo e linguístico (exemplo: uso da informalidade por parte do Estado e da mídia para mascarar relações assimétricas de poder). A comoditização é o processo de incorporação e uso da lógica mercadológica em outros domínios (exemplo: setor da educação visto como mercadoria a ser vendida a seus clientes e consumidores). Por fim, a tecnologização do discurso se refere ao uso de recursos e instrumentos que podem ser usados para perseguir uma variedade ampla de estratégias em muitos e diversos contextos (exemplo: uso burocrático ou administrativo de tecnologias discursivas para fins específicos).

A questão crítica em ADC pressupõe um engajamento social e político por parte do pesquisador, que entende que a ADC não é neutra e sim posicionada criticamente – “É crítica no sentido de que visa mostrar maneiras não-óbvias pelas quais a linguagem envolve-se em relações sociais de poder e dominação, e em ideologia” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 229).

Basicamente, a noção de ‘crítica’ significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a auto-reflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa. Para todos os que estão envolvidos com a ACD, a aplicação dos resultados é extremamente importante, seja em seminários práticos para professores, médicos ou funcionários públicos, ou na produção de pareceres técnicos, ou no desenvolvimento de livros didáticos (WODAK, 2004, p. 234).

Van Dijk (2010) enfatiza a questão “crítica” dizendo que nos Estudos Críticos do Discurso (ECD) há um aspecto normativo envolvido, há uma atitude, uma perspectiva e uma maneira especial de se fazer pesquisas sociais. Os estudiosos não são “neutros”, eles assumem uma posição de modo explícito e os seus estudos se comprometem com um engajamento em favor dos grupos dominados na sociedade. Gomes e Vieira (2020) reforçam essa questão enfatizando os estudos

desenvolvidos a partir da Escola de Frankfurt que de um modo geral procurou entender as formas de opressão e dominação na sociedade para propor formas de superá-las. São “críticos” porque os estudos

seguem uma linha epistemológica de se pensar a sociedade pelo viés de premissas e fundamentos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt e seus seguidores como Jürgen Habermas, em diálogo com os estudos sobre poder, hegemonia e engajamento social e político, principalmente com os estudos de Laclau e Mouffe. Por meio da análise textualmente orientada, busca-se explicar criticamente sobre a forma pela qual “a realidade” social é oprimida e dominada não só pelas questões econômicas, mas também históricas, políticas e culturais, que impedem o desenvolvimento dos potenciais emancipatórios (GOMES; VIEIRA, 2020, p. 2).

Norman Fairclough é considerado o principal expoente da ADC de linha britânica e têm construído sua abordagem numa perspectiva inter e transdisciplinar reunindo a análise linguística e a teoria social para desenvolver uma abordagem teórica e metodológica de se pensar o discurso na mudança social. Nesse sentido, o teórico britânico relaciona e operacionaliza teorias de outras áreas para produzir teorias próprias que dão conta de pensar uma análise entre o social e o linguístico.

4.2 Conceitos centrais em Análise de Discurso Crítica

Tendo em vista que a ADC articula análise linguística e problemas sociais, termos como “discurso”, “texto”, “prática discursiva”, “prática social” “poder como hegemonia” e “ideologia” são fundamentais, pois representam conceitos basilares em Análise de Discurso Crítica. Esses e outros conceitos, muitos trazidos de outras áreas com diferentes acepções, são trabalhados e operacionalizados na perspectiva da ADC.

Fairclough (2016) retoma autores como Foucault, Althusser, Gramsci, Thompson, entre outros pensadores para discutir o conceito de discurso em relação aos conceitos de poder, ideologia e hegemonia; e situa o conceito de discurso em uma concepção de poder enquanto hegemonia; e uma concepção da evolução das relações de poder enquanto lutas hegemônicas.

4.2.1 Discurso

Fairclough (2016) parte das contribuições de Foucault e de outros autores para conceber o conceito de discurso enquanto linguagem em uso; como uma forma de prática social; como um modo de ação em que as pessoas podem agir e interagir no mundo e principalmente sobre outras pessoas; e como forma de identificação, representação, significação e ressignificação do mundo.

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. Os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem [...] é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95).

O discurso é socialmente constitutivo e constituído socialmente. Isso significa que o discurso constitui as estruturas sociais e é constituído por elas. Nesse sentido, o discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições de sujeitos (função identitária - modo como as identidades são estabelecidas no discurso); construção das relações sociais entre as pessoas (função relacional - modo como as relações são representadas e negociadas) e construção de sistemas de conhecimento e crença (função ideacional - modo como os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações) (FAIRCLOUGH, 2016).

Importante enfatizar os dois significados de discurso em ADC: um mais abstrato significando a linguagem como momento irreduzível da vida social e o outro mais concreto significando um modo particular de representação e significação do

mundo (FAIRCLOUGH, 2016; BATISTA JUNIOR, 2018; RAMALHO; RESENDE, 2011).

Na perspectiva de Fairclough, o conceito de discurso é tridimensional, o que significa que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente como um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 22).

O discurso favorece tanto a reprodução do mundo como ele é, quanto a sua transformação. Nesse sentido, Fairclough focaliza a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural e discute os conceitos de interdiscurso (Michel Pêcheux), formação discursiva e ordem do discurso (Michel Foucault).

Para Fairclough, a formação discursiva envolve “sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não de outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais”. Já a ordem do discurso pode ser entendida como a totalidade das práticas discursivas de uma instituição e suas relações; uma combinação particular de diferentes tipos de discursos que são articulados de modo distintivo (FAIRCLOUGH, 2016).

A mudança discursiva ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem do discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas. Ela pode estender seus efeitos sobre os sujeitos e suas identidades, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença. Num mundo de grandes transformações como o nosso, essa é, sem sombra de dúvida uma questão central (MAGALHÃES, 2016, p. 12).

Compreender o discurso enquanto o uso social da linguagem implica perceber o discurso enquanto modos de ação, significação e representação que são historicamente situados. Implica compreender que o discurso é constituído socialmente, assim como é constitutivo de relações sociais, identidades, sistemas de conhecimento e crença, e demais dimensões da estrutura social.

4.2.2 Texto

O discurso se materializa em textos que são os elementos concretos da linguagem. Neste sentido, os textos são unidades semânticas e são compreendidos enquanto “materialidade discursiva dos eventos, decorrentes das práticas sociais, o

que inclui a fala, a escrita, a imagem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 22).

Fairclough (2016) informa que texto é qualquer instância concreta de linguagem em uso. Nesta perspectiva, são práticas discursivas conformadas nos mais variados gêneros discursivos, tais como notícias, entrevistas, textos literários, textos científicos, linguagens documentárias, dentre outros modos de agir e interagir discursivamente. Em outras palavras, gêneros discursivos (textos) são modos relativamente estáveis de agir e interagir semioticamente na vida social.

Magalhães, Martins e Resende (2017) enfatizam que textos são “todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto os escritos como os falados ou visuais [...] são eles tanto produtos de um processo quanto um processo em si [...]” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42).

Um texto traz em si traços da ação individual e social que lhe deu origem e de que fez parte; da interação possibilitada também por ele; das relações sociais, mas ou menos assimétricas, entre as pessoas envolvidas na interação; de suas crenças, valores, histórias; do contexto sócio-histórico específico num mundo material particular, com mais ou menos recursos. Essa percepção de texto como parte discursiva empírica de práticas sociais baseia-se numa visão funcionalista da linguagem, que a entende como um recurso de que pessoas lançam mão em sua vida diária para interagir e se relacionar, para representar aspectos do mundo assim como para “ser”, para identificar a si e aos outros (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 179-180).

Vale destacar que os textos (materialização dos discursos) produzem efeitos sobre as pessoas conforme pontuado por Fairclough (2003),

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, citado por MAGALHÃES, 2004, p.113).

Fairclough (2016) enfatiza a intrínseca relação entre texto e sociedade, pois os textos possibilitam, incorporam e trazem as marcas das diversas práticas sociais das quais ele faz parte. Wodak (2004) observa que os textos geralmente são espaços de luta que guardam os traços de diferentes discursos e ideologias.

Neste sentido, o texto constitui-se de um momento semiótico produzido em contextos socioculturais específicos, e pensar o discurso enquanto texto é pensar a materialidade desse momento.

4.2.3 Prática Discursiva

A prática discursiva é uma forma particular da prática social. É a instância mediadora entre o texto e a prática social, que trata dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos considerando as dimensões sociocognitiva e os contextos socioculturais em que esses processos estão inseridos.

Fairclough (2016, p. 96) parte das contribuições de Foucault sobre discurso e formação discursiva para caracterizar prática discursiva enquanto uma instância mediadora que “é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la”. Dito de outra forma, a prática discursiva contribui tanto para reproduzir quanto para transformar a sociedade.

Práticas discursivas são as formas de se posicionar e produzir sentidos nas mais variadas práticas da vida social.

Sendo assim, o autor aponta que a dimensão da prática discursiva está centrada no conceito de intertextualidade, que é a característica heterogênea dos textos de serem cheios de fragmentos de outros textos aos quais ele responde de modo explícito (intertextualidade manifesta) ou implícito (intertextualidade constitutiva/interdiscursividade). Em outras palavras pode-se caracterizar a intertextualidade/interdiscursividade como a combinação de práticas discursivas que se interrelacionam.

Pensar o discurso enquanto uma instância mediadora entre o texto e a prática social, é pensar o discurso enquanto prática inserida em contextos sociais específicos com regras de funcionamento e características particulares que determinam o seu uso. Contudo, apesar desse modo relativamente padronizado, Fairclough (2016) enfatiza o caráter flexível, pois as práticas estão abertas às transformações.

4.2.4 Prática Social

Conforme enfatizado anteriormente, a prática social é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto.

De acordo com o conceito de prática, trazido do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), o discurso é um momento de práticas sociais dentre outros momentos (relações sociais, poder, práticas materiais, etc.) que se internalizam sem se reduzirem uns aos outros. Assim, práticas sociais são maneiras relativamente estáveis de agir e interagir na vida social. São modos recorrentes, situados no tempo e no espaço, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Fairclough (2012) informa, que toda prática inclui os seguintes elementos: Atividade produtiva; Meios de produção; Relações sociais; Identidades sociais; Valores culturais; Consciência e Semiose. São elementos diferentes que se relacionam dialeticamente. Para a compreensão da prática, destacam-se três aspectos conceituais e fundamentais:

1. práticas são formas de produção de vida social, o que implica dizer que elas são inerentes a todo e qualquer campo, seja ele econômico, social, político ou cultural;
2. cada prática encontra-se articulada a uma rede de outras práticas, de modo que as relações externas a dada prática determinam sua constituição interna;
3. toda prática tem uma dimensão reflexiva, na medida em que a pessoas geram representações de suas ações na medida em que agem (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 84).

Fairclough (2016, p. 95) focaliza as relações de poder e dominação (hegemonia/ideologia) para caracterizar o conceito de prática social por uma perspectiva dialética, o que “[...] implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.” Nesse sentido, o autor reconhece o caráter transformativo do discurso, pois embora seja moldado socialmente, o discurso contribui para mudanças discursivas e sociais.

Prática social é um conceito de difícil aceção, tendo em vista as perspectivas de diversos autores e linhas de pensamento que compõem a abordagem de Fairclough. Para o autor, a prática social pode ser de natureza econômica, política, cultural ou ideológica; e o discurso pode estar implicado em todas elas.

Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. [...]. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98).

Pensar o discurso enquanto prática social implica pensar a relação dialética discurso-sociedade com o foco voltado para a transformação discursiva e social, pois se por um lado a realidade social constitui o discurso, por outro lado, o discurso constitui a realidade social, sendo constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

4.2.5 Poder como Hegemonia

Fairclough (2016) parte do conceito de biopoder de Foucault para delimitar o conceito de poder observando que o poder deriva de uma estrutura de relações sociais e é produzido e reproduzido no discurso.

Neste sentido, o poder é concebido como hegemonia e dominação seja nos domínios político, econômico, cultural e ideológico, pois envolve o controle de um grupo sobre outros, seja através do uso da força, ou de formas mais sutis através do convencimento, dissimulação ou manipulação.

Fairclough (2016) se baseia em Gramsci para caracterizar “hegemonia” como dominação instável e temporária exercida pelo poder de um grupo sobre os demais. Esse domínio é baseado mais no consenso que no uso da força. A dominação sempre está em equilíbrio instável, sendo foco de luta sobre pontos de maior instabilidade. Nos dizeres do autor:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de

dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, famílias), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127-128).

O conceito de luta hegemônica está em harmonia com a dialética do discurso, pois hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Ademais, a hegemonia de um grupo depende da sua capacidade de gerar práticas discursivas de sustentação da dominação (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Wodak (2004) observa que a linguagem não é poderosa em si mesma, pois adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela e que ela pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo.

4.2.6 Ideologia

Para Fairclough (2016), as ideologias são significações e/ou construções da realidade formadas nas várias dimensões das práticas discursivas que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação de dominação. Em outras palavras, “são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98).

As ideologias operam de forma a sustentar, manter e reproduzir as relações de dominação e são reproduzidas no discurso de diversas formas e em vários níveis. O autor parte de Althusser e Thompson para caracterizar ideologia, entretanto aponta o caráter de luta, contradição e transformação nas relações de dominação.

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de

dominação. Quando encontrada práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

Dessa forma, Ideologia para a ADC é um conceito inerentemente negativo, pois está a serviço do poder e da dominação. Em outras palavras, ideologia é um elemento de sustentação da dominação. Vale enfatizar que nem todo discurso é ideológico, entretanto os discursos (práticas discursivas) têm investimentos ideológicos na medida em que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2016).

Ademais, Fairclough (2016, p. 126) observa que as ideologias ocorrem com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, etc. e que à medida que as pessoas “são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Neste sentido, discorda da concepção althusseriana de conceber a ideologia como forma de cimento social, pois enfatiza o caráter instável, tanto da ideologia quanto da hegemonia. Os sujeitos que se percebem em relações assimétricas de poder, são capazes de agir individualmente e coletivamente para desestabilizar essas relações.

Com base em Thompson (2002), Vieira e Resende (2016) apresenta cinco modos gerais de operação da ideologia que estão ligados a estratégias típicas de construção simbólica, os quais chama de: (i) Legitimação (quando relações de dominação são apresentadas como legítimas através da racionalização, universalização ou narrativização); (ii) Dissimulação (quando relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas através do deslocamento, eufemização ou tropo/uso figurado da linguagem); (iii) Unificação (quando ocorre construção simbólica de identidade coletiva através da padronização ou simbolização da unidade); (iv) Fragmentação (quando indivíduos e grupos que podem representar ameaça ao grupo dominante são segmentados pela diferenciação ou expurgo do outro); (v) Reificação (quando se retrata uma situação transitória como permanente e natural através da naturalização, eternalização ou nominalização/passivação). Esses modos de operação da ideologia são construções de sentidos (formas simbólicas) que as classes dominantes utilizam para manter sua estrutura de dominação.

A partir desses diferentes conceitos (discurso, poder, ideologia, etc.), Fairclough (2016) fundamenta a sua concepção de linguagem enquanto prática

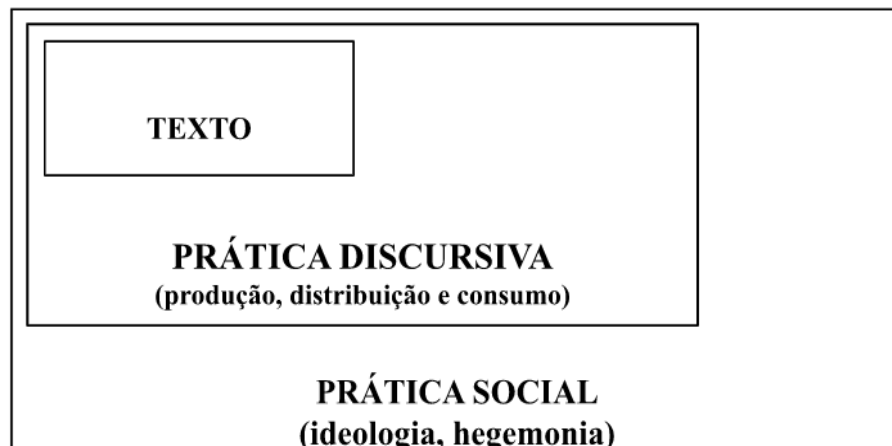
social que pode estar a serviço do poder e da dominação. Daí a perspectiva crítica em se fazer uma análise crítica, textualmente orientada, direcionada para as questões de dominação, injustiças, desigualdades e vulnerabilidades com o foco voltado na mudança discursiva e na mudança social.

4.3 Modelo Tridimensional

A Teoria Social do Discurso de Fairclough (1992/2016) apresenta uma concepção tridimensional Figura 3, em que o discurso é concebido em três dimensões: discurso enquanto texto, discurso enquanto prática discursiva e discurso enquanto prática social. Esta concepção é indispensável na análise descritiva e interpretativa do discurso, pois toda produção linguística (texto) envolve práticas discursivas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2016).

A proposta é investigar as ligações entre o discurso, ideologia e poder. Neste sentido, enfatiza a ideia dos textos dentro dos contextos discursivos e sociais em que circulam. Portanto, a análise deve considerar as práticas discursivas e sociais em que o texto está inserido.

Figura 3 – Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Adaptado de FAIRCLOUGH, 2016, p. 105.

Nesse modelo, a análise textual compreende a descrição e se organiza em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A análise da prática discursiva e da prática social compreende a interpretação. Na prática discursiva verifica-se o contexto de produção, distribuição e consumo textual, bem como força, coerência e intertextualidade dos enunciados. A prática social diz respeito aos conceitos de ideologia e de hegemonia.

Conforme Fairclough (2016), não existe procedimento e nem categorias fixas de análise e muito menos hierarquias nas análises. A separação dessas três dimensões serve apenas para organizar as categorias para cada uma das dimensões de análise conforme o (QUADRO 3):

Quadro 3 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

TEXTO	<p>-Vocabulário: Serve para acessar o significado representacional em textos. Trata das palavras individuais, dos significados e sentidos das palavras, especialmente quando tais sentidos entram em disputas.</p> <p>-Gramática;</p> <p>-Coesão;</p> <p>-Estrutura textual.</p>
PRÁTICA DISCURSIVA	<p>-Produção</p> <p>-Distribuição</p> <p>-Consumo</p> <p>-Contexto</p> <p>-Força</p> <p>-Coerência</p> <p>-Intertextualidade: Serve para identificar fragmentos de outros textos que evocam sentidos e significados de outros elementos; relação entre o texto e outros textos, discursos, práticas, ideologias, sentidos, imagens, etc. que podem estar relacionados (discutidos, assumidos, rejeitados) de várias maneiras diferentes</p> <p>-Interdiscursividade: Serve para identificar elementos implícitos: vestígios, metáforas, pressuposições, tipos de discurso, etc. Diferentes discursos podem ser identificados por itens lexicais e relações entre itens lexicais.</p>
PRÁTICA SOCIAL	<p>-Ideologia (Sentidos, Pressuposições, Metáforas). Serve para identificar sentidos a serviço do poder. A ideologia atravessa todo o modelo analítico, materializando-se por meio das práticas discursivas e interpelando sujeitos constituídos e constitutivos pelo discurso.</p> <p>-Hegemonia (Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas). Possibilita identificar liderança e/ou dominação de escopos sociais como econômico, político, cultural e ideológico.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em RESENDE; RAMALHO, 2006; FAIRCLOUGH, 2016; BESSA; SATO, 2018.

Além das categorias descritas acima, há uma infinidade de outras categorias a ser aplicada em ADC. A escolha de determinadas categorias não pode ser feita a priori, pois o número/tipo de categorias a ser utilizada depende do texto, da natureza e dos objetivos da pesquisa (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Uma categoria interessante a ser considerada no diálogo com a ADC de Fairclough é a “Representação de atores sociais” do linguista Theo van Leeuwen. Van Leeuwen (1997) em sua “Teoria da Representação dos Atores Sociais” (TRAS) esboça um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais as pessoas (atores sociais) podem ser representadas no discurso e fornece um conjunto de

subcategorias relevantes para investigar como indivíduos e grupos são representados nos textos.

Van Leeuwen (1997) foca primordialmente nas categorias sociológicas ao invés de categorias linguísticas. O autor informa que o significado é inerente à cultura e não pode ser associado a uma semiótica específica. Neste sentido, propõe categorias que devem ser vistas como pan-semióticas, pois

uma dada cultura (ou um dado contexto de uma cultura) não só tem a sua própria e específica ordem de formas de representar o mundo social, mas também as suas próprias formas de representar as diferentes semióticas nesta ordem, de determinar, com maior ou menor rigor, aquilo que pode ser realizado verbal e visualmente, aquilo que só pode realizar verbalmente, aquilo que só pode realizar visualmente, etc. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 181).

A categoria “representação dos atores sociais” permite identificar os diversos modos pelos quais atores sociais são representados no texto. O processo de representação “inclusão/exclusão” (considerando suas especificidades) indica as intenções e posicionamentos ideológicos de quem produz o discurso.

No caso da representação por exclusão, van Leeuwen (1997) informa que as representações sociais podem excluir pessoas conforme seus interesses e propósitos específicos. Entretanto, o autor esclarece que algumas exclusões poderão ser inocentes. Em ambos os casos, vale enfatizar que algumas exclusões são tão radicais que sequer deixam marcas na representação.

A exclusão de atores sociais ocorre por supressão ou encobrimento (ato de colocar em segundo plano). A supressão é uma forma de exclusão que ocorre sem deixar vestígios no texto. Já o encobrimento (ato de colocar em segundo plano), a exclusão é parcial, pois os atores podem não estar mencionados, mas é possível inferir em algum lugar do texto quem eles são (VAN LEEUWEN, 1997).

No caso da representação por inclusão, indivíduos e grupos estão linguisticamente materializados no texto. O sistema de inclusão é mais complexo, pois existem inúmeros processos pelos quais os atores sociais podem ser representados no texto, um deles é por meio da categorização em que os atores sociais são representados em termos de identidades e funções que compartilham com os outros. Em termos de identidade, a identificação ocorre quando os atores sociais são referidos “em termos daquilo que, mais ou menos permanente, ou

inevitavelmente, são” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202). O autor distingue três tipos de identificação: classificação, identificação relacional e identificação física.

Para o contexto deste trabalho, interessa a categoria classificação, que é a representação de atores sociais em termos daquilo que eles são, seja em relação à raça, sexo, gênero, orientação sexual, idade, religião, classe social, origem, dentre outras categorias de classificação (VAN LEEUWEN, 1997). O autor enfatiza que essas categorias podem variar histórica e culturalmente, pois uma identidade representada como sendo temporária em um dado período de tempo, em outro momento pode ser representada como sendo mais ou menos fixa.

Para van Leeuwen (1997), esses diferentes mecanismos de representação são recursos linguísticos que funcionam enquanto práticas de inclusão e exclusão na vida social, pois têm efeitos na vida das pessoas.

No contexto desta pesquisa, os significados das palavras e as variações terminológicas relacionadas às pessoas LGBTQIAP+ refletem os processos de inclusão e exclusão na vida social. De um lado encontra-se um conjunto de itens lexicais historicamente utilizados para caracterizar essas pessoas na tríade “pecado-crime-doença” com diferentes implicações na vida social, tais como marginalização, negação de direitos, etc.; e do outro lado, encontra-se um conjunto de termos que subverteram essa lógica, caracterizando a dignidade e legitimidade das pessoas LGBTQIAP+, também com diferentes implicações na vida social, tais como visibilidade, representatividade e conquista de direitos.

4.4 ADC enquanto instrumento analítico para garantia semântica

Considerando os pressupostos teórico-metodológicos da ADC e considerando o princípio da garantia semântica, observa-se que a análise social textualmente orientada pode ser uma contribuição interessante no processo de revisão e avaliação de LD, principalmente no que se refere a terminologias utilizadas para representar grupos sociais historicamente discriminados.

Nesse sentido, a LD poderia ser analisada em três dimensões (texto, prática discursiva e prática social) conforme o modelo e categorias analíticas descritas no (QUADRO 4):

Quadro 4 – Análise tridimensional para linguagem documentária

Linguagem Documentária (LD)		
Texto	Prática discursiva	Prática social
Vocabulário (significado das palavras)	Contexto de produção, distribuição e consumo	Ideologia (sentidos, pressuposições, metáfora)
Representação de atores sociais	Coerência Intertextualidade	Hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

As macro categorias (texto, prática discursiva e prática social) e as subcategorias selecionadas são suficientes para acessar os significados e os discursos relacionados na estrutura do gênero discursivo “Linguagens Documentárias” (LD) conforme as explicações que se seguem.

TEXTO (LD): A LD pode ser analisada observando as categorias “vocabulário” e/ou “representação de atores sociais” no que se refere à unidade mínima de análise que é o texto. Neste sentido, analisam-se os termos de indexação e os seus respectivos significados, pois as palavras implicam processos de significação e representação do mundo.

Fairclough (2016) observa que os sentidos das palavras são focos de disputas, pois os significados podem ter investimentos políticos e ideológicos, uma vez que diferentes discursos lexicalizam e/ou relexicalizam o mundo de diferentes maneiras.

Essas duas categorias “significado das palavras” e “representação de atores sociais” são utilizadas para acessar o significado representacional de textos. Neste sentido, podem ser utilizadas para compreender de que forma os atores sociais são representados em LD; se são incluídos ou excluídos da representação e de que forma são incluídos e/ou excluídos nessas linguagens, considerando os significados envolvidos.

PRÁTICA DISCURSIVA (LD): A análise da LD como prática discursiva focaliza o contexto de produção, distribuição e consumo, bem como força, coerência e intertextualidade dos textos. A LD poderia ser analisada observando o contexto particular em que se deu a manifestação dessa prática discursiva. Neste caso, analisa-se o contexto de manifestação da linguagem, pois textos são produzidos, disseminados e consumidos de formas particulares e em contextos sociais específicos.

Tendo em vista que textos respondem ou antecipam outros textos, retoma-se as construções de significados focalizando as relações intertextuais manifestas/diretas (intertextualidade) e implícitas/indiretas (interdiscursividade), pois os textos são intertextuais, respondem a textos anteriores e antecipam textos posteriores.

As análises da intertextualidade e da interdiscursividade são fundamentais para se observar quais são as ideias e visões de mundo trazidas para o evento discursivo, e de que forma os diferentes discursos estão articulados. Ademais, envolve pressuposições que interpelam os sujeitos com proposições tomadas como verdades por parte do produtor do texto.

PRÁTICA SOCIAL (LD): A análise da LD enquanto prática social envolve as categorias de ideologia e hegemonia. A LD poderia ser analisada observando as relações de poder e dominação que estão envolvidas na prática social da indexação/representação temática, considerando o contexto sociocultural em que a prática está envolvida.

Neste sentido, focaliza-se o processo de classificação/indexação observando os aspectos hegemônicos (orientados nos domínios econômicos, políticos, culturais e ideológicos), e principalmente os significados que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação.

Fairclough (2016) postula que discurso/poder/ideologia se relacionam para sustentar práticas sociais. Neste sentido, o discurso tem investimentos ideológicos na medida em que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação. A ideia é desvelar relações assimétricas de poder e dominação para desestabilizá-las e desconstruí-las de forma a transformá-las por meio da mudança discursiva e social.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Entende-se a metodologia enquanto um conjunto de procedimentos intelectuais que são utilizados para o enquadramento da pesquisa e métodos enquanto os meios específicos utilizados para colher e/ou analisar os dados (SOMEKH; LEWIN, 2017).

Para pensar a temática LGBTQIAP+ no contexto do tratamento temático da informação, mais precisamente no processo de indexação materializado no Catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG), utilizou-se o arcabouço teórico e metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) do linguista britânico Norman Fairclough.

Nesse sentido, metodologicamente foi realizada uma análise de discurso crítica e contrastiva para verificar de que forma a temática LGBTQIAP+ tem sido representada nos discursos do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG.

5.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, interpretativa e com o foco voltado para a crítica social, pois abordou a temática LGBTQIAP+ no contexto do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG considerando os seus aspectos culturais, éticos e semânticos.

Quanto à finalidade, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, pois proporcionou familiaridade com o tema da investigação e possibilitou a construção do referencial teórico e metodológico de base para a investigação.

E quanto aos procedimentos, a pesquisa é do tipo documental por trabalhar com Registros de Autoridade de Assunto, que são materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi dividida em três etapas conforme a síntese descrita a seguir: A primeira etapa consistiu em uma pesquisa documental no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG. Na segunda etapa foi realizado um levantamento da terminologia contemporânea LGBTQIAP+. A terceira etapa procedeu-se a uma análise discursiva crítica e contrastiva entre os corpora selecionados na primeira e na segunda etapa.

5.2 O Corpus

A temática LGBTQIAP+ estruturada no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG constitui o principal objeto a ser analisado. Para os efeitos dessa pesquisa, o Catálogo de Autoridade de Assunto foi compreendido enquanto gênero discursivo, pois se insere em um contexto sociocomunicativo atendendo a uma determinada função na prática de indexação/classificação e recuperação de conteúdos documentais.

Este gênero discursivo está disponível no Sistema *Pergamum* que é o software de gerenciamento de dados adotado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG). Enquanto gênero discursivo, o Catálogo de Assunto opera formas mais ou menos estáveis de interação nas práticas de indexação e recuperação de informação, pois constitui o principal instrumento de indexação utilizado pelos bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG) para subsidiar o processo de indexação de documentos, e assim facilitar o processo de recuperação desses documentos pelos usuários do sistema.

O SB-UFMG é composto por 25 bibliotecas setoriais atuando nas diversas áreas do conhecimento. Por meio do sistema, as bibliotecas das diferentes unidades acadêmicas da UFMG desenvolvem e disponibilizam os seus acervos (SB-UFMG, 2022).

A seleção desse gênero discursivo se deu por ser o principal instrumento de controle de vocabulário utilizado tanto no contexto do tratamento temático dos recursos informacionais que irão compor os acervos da instituição, como no contexto da recuperação por assunto desses documentos.

A amostra desse material se constitui de Registros de Autoridade de Assunto que se referem à temática de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero.

Por Registros de Autoridade de Assunto entendem-se formas padronizadas de termos utilizados como ponto de acesso por assunto para os documentos que são indexados no Sistema *Pergamum* e disponibilizados via Catálogo on-line da instituição. Por Catálogo on-line compreende-se o Catálogo de Acesso Público Online que permite a consulta pública ao acervo da instituição. Por meio do Catálogo on-line, O SB-UFMG disponibiliza mais de um milhão de itens nas diversas áreas do

conhecimento, tais como: livros, periódicos, teses, dissertações, documentos, partituras, mapas, DVDs, obras raras especiais, dentre outros recursos informacionais (SB-UFMG, 2022).

Para ilustrar a estrutura de um registro de autoridade de assunto do Catálogo de Autoridade de Assunto, segue exemplo extraído do Catálogo on-line da UFMG, que basicamente é constituído por um termo autorizado de assunto (campo 150), termos equivalentes (campo 450) e termos relacionados (campo 550).

Figura 4 – Exemplo de Registro de Autoridade de Assunto formato MARC21

150		\$a Biblioteconomia.	Forma autorizada do termo
450		\$a Bibliotecas \$a Librarianship. \$a Libraries \$a Libraries \$a Library economy. \$a Library science.	Termos equivalentes (termos não autorizados pelo sistema, mas que representam a mesma ideia ou conceito do termo autorizado). Remissivas "ver".
550		\$a Bibliografia. \$a Bibliotecas \$a Biblioteconomia comparada. \$a Biblioteconomia internacional. \$a Catalogação. \$a Classificações bibliograficas. \$a Coleção \$a Documentação. \$a Numero-de-chamada (Biblioteconomia) \$a Reclassificação (Bibliotecas) \$a Sistemas de empréstimos (Bibliotecas) \$a Sistemas de recuperação da informação.	Termos relacionados (termos autorizados que designam conceitos associados). Remissiva "ver também"

Fonte: CATÁLOGO ON-LINE UFMG, 2022.

Para o contexto dessa pesquisa, os registros de assunto (relacionados à temática LGBTQIAP+) estruturados no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG constituem o texto que é a unidade mínima de análise em ADC. Os registros selecionados constituem o corpus de análise.

Foram extraídos termos tópicos autorizados que se referem aos cabeçalhos principais (Campo 150) e termos descritores (Campo 196). Os termos tópicos com subdivisões não foram incluídos no corpus selecionado.

A coleta de dados foi realizada através de acesso interno ao Sistema *Pergamum Web*, que é o software de gerenciamento de dados adotado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG. A coleta dos registros se desenvolveu no período de maio de 2021 a novembro de 2022. Desse modo, foram selecionados 56 Registros de Autoridade de Assunto conforme descritos no **APÊNDICE A**.

5.3 Dados suplementares: Terminologia LGBTQIAP+ contemporânea

A terminologia LGBTQIAP+ contemporânea constitui os dados suplementares que serão utilizados para complementar e contrastar com o *corpus* da pesquisa.

Para a seleção da amostragem dessa terminologia, utilizou-se como parâmetro a 3ª edição do “Manual de Comunicação LGBTI+” (2021)¹⁴, documento elaborado e publicado pela rede GayLatino e Aliança Nacional LGBTI em colaboração com diversos especialistas, profissionais da comunicação, militantes, associados de organizações civis, dentre outros pesquisadores e interessados no tema.

O Manual faz parte de uma série de publicações que integram a Enciclopédia LGBTI+¹⁵ e apresenta termos descritivos e prescritivos com o objetivo de combater preconceitos e estigmas que operam através do uso da linguagem.

A escolha do Manual se deu pelo fato de ser uma obra colaborativa em constante atualização e por refletir os princípios de garantias (literária, cultural, ética e semântica), pois trabalha a questão terminológica de uma comunidade discursiva LGBTQIAP+, considerando a literatura especializada e os aspectos éticos, culturais e semânticos que estão envolvidos na utilização dos léxicos.

Ademais, outros recursos (manuais, cartilhas e publicações científicas) também foram utilizados para complementar o levantamento dos termos, tais como: “Dicionário crítico de gênero” (COLLING; TEDESCHI, 2019); “O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: conceitos e legislação” (BRASIL, 2017); “Manual de comunicação LGBTI+” (REIS, 2018); “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” (JESUS, 2012); “Manual de comunicação LGBT” (ABGLT, 2010); “O Direito à Homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais” (ZAMBRANO *et al.*, 2006); dentre outras fontes.

O Manual e as publicações científicas que abordam temáticas LGBTQIAP+ são indicativos de uma terminologia contemporânea utilizada por uma comunidade discursiva composta por filósofos, psicólogos, historiadores, educadores, juristas, sociólogos, antropólogos, advogados, militantes, dentre outros estudiosos

¹⁴ Obra colaborativa que contou com a contribuição de pesquisadores, especialistas no tema, organizações como o SOMOSGAY (Paraguai), a Colômbia Diversa, a GLAAD (Estados Unidos) e a ABGLT no Brasil. Também foi resultado de uma consulta pública com várias contribuições (REIS, 2021).

¹⁵ A Enciclopédia LGBTI+ é uma realização da Rede GayLatino e da Aliança Nacional LGBTI+, que por meio da informação e do conhecimento visam promover o respeito e diminuir preconceitos, estigmas, discriminações e violências contra a população LGBTQIAP+.

envolvidos com a temática LGBTQIAP+. São pesquisadores(as) nacionais e internacionais que se dedicam aos estudos de gênero e sexualidade conforme as titulações e os campos de atuação descritos no (QUADRO 5).

Quadro 5 – Pesquisadores que dialogam com a temática LGBTQIAP+

ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de	Professora Titular aposentada e pesquisadora colaboradora da Universidade de Brasília [...] Doutorado em Psicologia (Université de Paris X - Nanterre) e Pós-Doutorado em editoração científica em Psicologia [...]. http://lattes.cnpq.br/9867515286058916
BENTO, Berenice Alves de Melo	Pesquisadora visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora Associada do Departamento de Sociologia/UnB e pesquisadora 1D do CNPq.[...] doutorado em Sociologia pela UnB [...]. http://lattes.cnpq.br/9597756345795906
BORRILLO, Daniel	Professor de Direito na Universidade de Paris Ouest-Nanterre-La Défense [...] http://lattes.cnpq.br/3950679133929945
DIAS, Maria Berenice	Advogada especializada em Direito Homoafetivo, Direito das Famílias e Sucessões, Ex-Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul [...] Presidenta da Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB [...]. encurtador.com.br/hwzQR
DINIZ, Debora	Professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética. É pesquisadora visitante do Center for Latin American and Caribbean Studies da Brown University, nos Estados Unidos [...]. http://lattes.cnpq.br/3865117791041119
FACCHINI, Regina	Pesquisadora doutora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (2010-atual) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social [...]. http://lattes.cnpq.br/6504716405484255
FERRARI, Anderson	Professor permanente do PPGE/UFJF (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Juiz de Fora [...]. http://lattes.cnpq.br/1349390714783997
JESUS, Jaqueline Gomes de	Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural [...] Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [...]. http://lattes.cnpq.br/0121194567584126
JUNQUEIRA, Rogério Diniz	Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) [...]. http://lattes.cnpq.br/9642237954016174
KINSEY, Alfred Charles Kinsey	Biólogo americano, professor de entomologia e zoologia e sexólogo que em 1947 fundou o Instituto de Pesquisa do Sexo na Universidade de Indiana agora conhecido como o Instituto Kinsey para Pesquisa do Sexo, Gênero e Reprodução. [...]. https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Kinsey
LANZ, Letícia	Geraldo Eustáquio de Souza - Publicamente conhecida como Letícia Lanz (leticialanz.blogspot.com.br), Geraldo Eustáquio de Souza, 66 anos, é Mestra em Sociologia pela UFPR, Psicanalista (SPOB-Sociedade Sul Brasileira de Psicanálise) e Especialista em Gênero e Sexualidade pela UERJ [...]. http://lattes.cnpq.br/0479847819899090
LIONÇO, Tatiana	Doutora em Psicologia e Professora do Departamento de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação da

	Universidade de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB [...]. http://lattes.cnpq.br/0488409845977623
LOURO, Guacira Lopes	Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) [...] Suas pesquisas atuais voltam-se para estudos queer, cinema e pedagogias da sexualidade [...]. http://lattes.cnpq.br/1021533829770484
MISKOLCI, Richard	Professor Titular de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, onde coordena a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Também é Pesquisador do CNPq e coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde [...]. http://lattes.cnpq.br/1623888309974862
PRADO, Marco Aurélio Máximo	Professor associado IV da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ (NUH/UFMG) [...]. http://lattes.cnpq.br/6622025960142025
POMEROY, Wardell Baxter	Ph.D. em psicologia em 1954 pela Universidade de Columbia . Enquanto trabalhava como psicólogo em um hospital estadual de Indiana, ele conheceu Kinsey e veio trabalhar em seu projeto seminal de pesquisa sobre sexo [...]. https://en.wikipedia.org/wiki/Wardell_Pomeroy
REIS, Antonio Luiz Martins Harrad	Pós-Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015 - 2016), na linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias [...] Doutorado em Educação pela Universidad de la Empresa (Montevideú, 2012) [...]. http://lattes.cnpq.br/6056553002895088
SANTOS, Moara de Medeiros Rocha	Doutorado em Psicologia (área de concentração Desenvolvimento Humano no Contexto Sócio-cultural) pela Universidade de Brasília - UnB (2006) [...]. http://lattes.cnpq.br/6751517832233609

Fonte: Compilado pelos autores, 2022.

Corroborando o entendimento de Hjørland (1995) e Araújo (2018), a temática LGBTQIAP+ enquanto um domínio de conhecimento constitui uma comunidade discursiva, pois implica coletivos e/ou grupos sociais compartilhando linguagens, formas de pensar, de se expressar e de conhecer a realidade do universo LGBTQIAP+.

A coleta dos termos se desenvolveu no período de maio de 2021 a novembro de 2022. Desse modo, foram selecionados 72 termos com suas respectivas definições conforme apresentado no **APÊNDICE B**.

5.4 Categorias e Procedimentos de análise (Análise discursiva crítica e contrastiva do *corpus* da pesquisa)

Para analisar o *corpus* extraído do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG foi utilizado o modelo tridimensional de Fairclough (2016) que preconiza três

procedimentos de análise: análise textual, análise da prática discursiva e análise da prática social.

Neste sentido, o corpus foi analisado observando a descrição linguística do texto (análise textual) e a interpretação das relações entre prática discursiva e práticas sociais (análise sociológica).

Conforme Fairclough (2016), não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso, pois a análise e a escolha de categorias poderá ser realizada de diferentes maneiras, de acordo com as características e especificidades do projeto, do texto, bem como do posicionamento crítico do pesquisador. Considerando o exposto, segue a síntese do modelo tridimensional de análise adaptado aos objetivos desta pesquisa conforme exposto no (QUADRO 6).

Quadro 6 – Síntese das categorias analíticas utilizadas

Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG		
Texto	Prática discursiva	Prática social
Análise dos registros de autoridade de assunto focalizando o significado das palavras. -Significado das palavras: Analisar os registros/termos focalizando os significados das palavras e as marcas textuais envolvidas na estrutura do Catálogo.	Análise da prática discursiva focalizando o contexto de Produção, Distribuição e Consumo do Catálogo, bem como os princípios de garantias observados nesse processo. -Produção, Distribuição e Consumo; -Garantias literária, cultural, ética e semântica: Analisar se o Catálogo reflete os princípios de garantias preconizados na literatura de BCI.	Análise do conjunto de ideologias e hegemonias que sustentam a prática discursiva materializada no Catálogo. Verificar quais são os efeitos ideológicos e hegemônicos. -Ideologias: identificar o modo de operação da ideologia (sentidos, pressuposições, metáfora); -Hegemonias: identificar as orientações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) que sustentam a prática discursiva do Catálogo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Importante frisar que na prática essas três dimensões estão superpostas e a escolha de como fazer e de quais categorias utilizar dependerá dos propósitos e das ênfases nas análises. Entretanto, a sequência é útil para ordenar os resultados da pesquisa.

Considerando a fundamentação teórica apresentada nas seções anteriores e partindo do modelo tridimensional adaptado e sintetizado no QUADRO 6, procedeu-se à análise de discurso crítica e contrastiva dos registros conforme será apresentado na próxima seção.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a análise e interpretação dos dados, convém retomar a definição de discurso em Fairclough, que compreende o discurso enquanto a linguagem em uso; um modo de ação em que as pessoas podem agir e interagir juntas no mundo; um modo de identificação de si ou de outrem; um modo de representação e significação do mundo. Significa compreender o discurso enquanto prática social atravessada por relações de poder, que são historicamente situadas. Tal compreensão entende que o discurso é constituído socialmente, assim como é constitutivo de relações sociais, identidades, sistemas de conhecimento e crença, e demais dimensões da estrutura social.

Posto isso, os dados foram analisados e interpretados à luz do modelo tridimensional de Fairclough (2016), que concebe a análise de discurso em três dimensões: análise textual, análise da prática discursiva e análise da prática social.

O discurso se materializa em textos que são os elementos concretos da linguagem. Assim, na análise textual, identificaram-se os elementos textuais com foco voltado para as escolhas lexicais utilizadas para representar a temática LGBTQIAP+ no Catálogo da instituição.

Na análise da prática discursiva, que é a instância mediadora entre o texto e a prática social, verificou-se o lugar de onde falam as representações das pessoas LGBTQIAP+, focalizando os processos de produção, distribuição e consumo dos termos, bem como a intertextualidade/interdiscursividade dos enunciados.

Por fim, na dimensão da prática social, verificaram-se os aspectos referentes à ideologia (sentidos e pressuposições) e hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas), que subjazem os discursos presentes no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG.

Compreende-se que práticas sociais são maneiras relativamente estáveis de agir e interagir na vida social. São maneiras recorrentes, situadas no tempo e no espaço, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agir e interagir no mundo. Por isso, nessa dimensão de análise verificaram-se as bases ideológicas e hegemônicas que sustentam a representação temática LGBTQIAP+ materializada no Catálogo de Autoridade de Assunto da instituição.

6.1 Texto – Registros de Autoridade de Assunto

Nesta dimensão, a análise textual se organizou em torno da categoria “vocabulário/significado das palavras” para compreender de que modo a temática LGBTQIAP+ tem sido representada nos registros. Neste sentido, analisam-se os termos de indexação — Registros de Autoridade de Assunto — e os seus respectivos significados, pois as palavras implicam processos de significação e representação do mundo.

Conforme apresentado na seção anterior, por Registro de Autoridade de Assunto entende-se a forma padronizada de um termo/cabeçalho escolhido para ser o ponto de acesso por assunto neste Catálogo. Essa padronização de termos/cabeçalhos é que garante o controle de vocabulário no sistema, pois tem o objetivo de registrar a forma normalizada de cada ponto de acesso, o que garante a precisão tanto no momento de indexação de um documento no sistema, quanto na recuperação por assunto desse documento. Além disso, possibilita o agrupamento de todos os documentos que foram indexados com o mesmo ponto de acesso no sistema.

Conforme o *corpus* apresentado no **APÊNDICE A**, foram identificados e analisados 56 Registros de Autoridade de Assunto que correspondem a 56 termos/cabeçalhos autorizados pelo sistema para representar documentos com a temática LGBTQIAP+.

Na análise inicial, observou-se que uma parcela dos registros ainda emprega termos advindos da literatura médica que, no passado, caracterizava pessoas LGBTQIAP+ como sujeitos patologizados. Itens lexicais como “Travestismo”, “Lesbianismo”, “Transexualismo” e “Bissexualismo” ainda figuram como formas autorizadas para indexar a temática LGBTQIAP+. Veja os registros de autoridade de assunto apresentado na (FIGURA 5, 6, 7 e 8):

Figura 5 – Lesbianismo [Lesbianidade]

Autoridade: 1084993	
Campo: 150 - Sa Lesbianismo.	
40	Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB \$d BR-BhUFM
150	Sa Lesbianismo.
450	Sa Lesbianismo. \$ 5 DLC
450	Sa Amor lésbico. \$ 5 DLC
550	Sa Mulheres.
550	Sa Sexo.
550	Sa Lésbicas.
550	Sa Comportamento sexual.
550	Sa Homossexualismo.
930	Sa 120001144301 \$b 16/05/2012

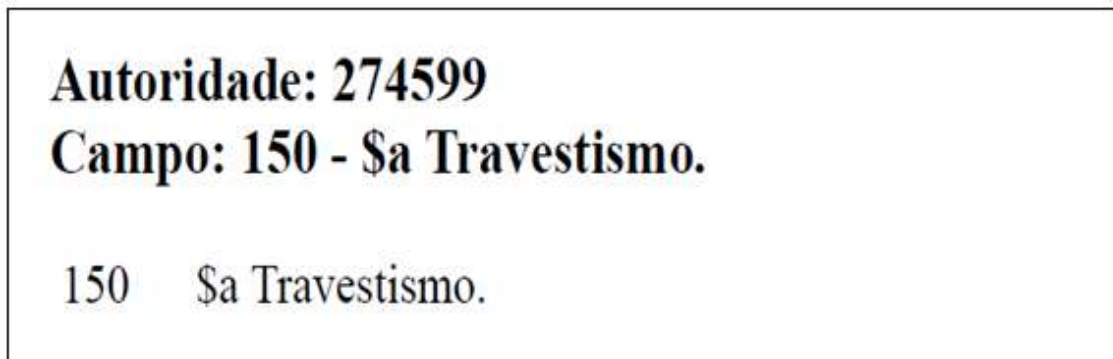
Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Figura 6 – Transexualismo [Transexualidade]

Autoridade: 1063707	
Campo: 150 - Sa Transexualismo.	
40	Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB
150	Sa Transexualismo.
450	Sa Change of sex. \$5 DLC
450	Sa Transexuality
450	Sa Sex-role inversion. \$5 DLC
450	Sa Inversão sexual.
450	Sa Sex change. \$5 DLC
450	Sa Transexualism. \$5 DLC
450	Sa Sex, Change of. \$5 DLC
450	Sa Sexo \$x Mudança.
450	Sa Mudança de sexo.
550	Sa Transexuais.
550	Sa Aparelho genital.
550	Sa Papel sexual.
667	Sa Para o Brasil usar a forma direta.
667	Sa Pode ser subdividido geograficamente.
750	0 Sa Transsexualism. \$5 DLC
930	Sa 120006315413 \$b 30/06/2019

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Figura 7 – Travestismo [Travestilidade]



Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Figura 8 – Bissexualismo [Bissexualidade]



Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

A utilização de termos que carregam o sufixo “ismo” para designar sujeitos LGBTQIAP+ contraria os princípios da garantia literária, cultural, ética e semântica, pois, além de existir uma literatura especializada e contemporânea que emprega o sufixo “dade” nos termos, também há uma disputa semântica que merece ser problematizada e refletida na estrutura do Catálogo.

A questão do sufixo “ismo” e/ou “dade” na composição de termos que designam identidades LGBTQIAP+ revela uma disputa de significados entre duas perspectivas que se confrontam discursivamente: de um lado, os discursos médico-psiquiátricos do passado (já superados no discurso científico), que carregam um estigma de patologização dos sujeitos LGBTQIAP+; e de outro, os discursos

científicos e emancipatórios que reconhecem a diversidade sexual e de gênero como formas legítimas de expressão da sexualidade e do gênero.

Há décadas, a utilização de léxicos como “Homossexualismo”, “Travestismo” e “Transexualismo” tem sido questionada pelo movimento organizado e por pesquisadores que reconhecem os efeitos ideológicos na utilização dos termos. Amaral (2014), assim como Moura (2018) observam que não é somente o sufixo “ismo” operando na utilização da palavra, mas toda uma historicidade que relegou os sujeitos não-heterossexuais à margem da sociedade com diferentes implicações na vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais identidades sexuais e de gênero que não correspondiam aos pressupostos da heteronormatividade.

Neste sentido, há uma reivindicação política e conceitual para que o sufixo “ismo” seja abandonado nas designações das identidades LGBTQIAP+, uma vez que a utilização de palavras com essas terminações, além de reiterar os discursos da psicopatologia, também implica diferentes formas de preconceitos, discriminações e violências, reiterando continuamente um lugar de inferioridade para aquelas pessoas fora dos padrões constituídos socialmente.

Em relação ao termo “homossexualismo”, há pouco esse termo também figurava como forma autorizada no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG. Entretanto, o termo foi modificado em 2021, quando o termo “homossexualidade” passou a ser a forma autorizada no campo 150 e “homossexualismo” passou a funcionar como termo equivalente, com a inclusão de uma remissiva “ver” no campo 450 do registro.

Figura 9 – Homossexualidade

Autoridade: 997140	
Campo: 150 - \$a Homossexualidade	
40	\$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB
150	\$a Homossexualidade
450	\$a Homossexualismo.
550	\$a Obras da Igreja junto aos homossexuais.
550	\$a Bissexualidade.
550	\$a Sexo.
550	\$a Sodomia.
550	\$a Homossexualidade masculina.
550	\$a Orientação sexual.
550	\$a Lesbianismo.
550	\$a Homossexuais.
667	\$a Para o Brasil usar a forma direta.
667	\$a Pode ser subdividido geograficamente.
750	0 \$a Homosexuality. \$5 DLC
930	\$a 120001662026 \$b 14/12/2021

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Embora a troca seja um indicativo de transformação na prática discursiva do SB-UFMG, há que se observar a falta de notas explicativas para a contextualização dessa mudança no registro, uma vez que se trata de termos com significados contrastantes, que carecem de contextualização histórica para compreensão de seus usos.

O uso da remissiva “ver” serve para relacionar termos equivalentes, que são termos não autorizados pelo sistema, mas que representam a mesma ideia ou conceito do termo escolhido para ser o termo autorizado no Catálogo. Em outras palavras, são termos não preferidos que funcionam como remissivas para o termo preferido. A função de um termo não preferido é guiar o catalogador e o usuário para a forma autorizada do termo.

No caso específico do registro analisado, significa que se um usuário pesquisar no Catálogo on-line da instituição pelo termo não autorizado “homossexualismo” ele será remetido para a forma autorizada e encontrará documentos que foram indexados pelo termo autorizado “homossexualidade”.

Do ponto de vista prático, a utilização desse léxico para funcionar como uma remissiva “ver” atende aos objetivos do sistema de informação, pois favorece a busca e a recuperação da informação no Catálogo. Entretanto, do ponto de vista

semântico, “homossexualismo” e “homossexualidade” não são termos equivalentes, pois refletem significados conceituais diferentes que foram construídos em processos sociais e culturais distintos.

Por isso, se faz necessário incluir notas explicativas para conceituar os termos e contextualizar a mudança, pois, dessa forma, assegura-se o caráter documental dos registros e a preservação da historicidade do Catálogo.

Os termos “Transexualismo” e “transexualidade”, assim como “bissexualismo” e “bissexualidade” coexistem enquanto formas autorizadas no sistema. Essa incoerência pode ter diferentes implicações, tanto no momento da indexação de conteúdos no sistema, quanto no momento de apresentar resultados de buscas para os usuários do sistema que terão diferentes resultados a depender do termo que utilizar no momento da busca no Catálogo on-line da instituição.

Ademais, no caso do registro “transexualidade”, Figura 10, vale a mesma observação feita para o termo “homossexualidade” em relação ao uso da remissiva “ver”, pois os termos “Transexualismo” e “transexualidade” não são termos equivalentes do ponto de vista semântico e, por este motivo, também se justifica a utilização de notas explicativas para a contextualização do registro.

Figura 10 – Transexualidade

Autoridade: 1241317	
Campo: 150 - Sa Transexualidade	
35	Sa 100033114250338212
40	Sa Br \$c Br \$f Br \$d BR-BhUFM
150	Sa Transexualidade
450	Sa Transexualismo
450	Sa Transexualidade
450	Sa Transexualismo
450	Sa Transexualidade
670	Sa LCSH
680	Sa Usado para obras que tratam da condição em que a identidade de gênero de um indivíduo não corresponde às suas características físicas, uma condição frequentemente resolvida ao passar por uma mudança de sexo anatômico.
750	0 Sa Transexualismo
930	Sa 120006315413 \$b 27/06/2019

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Em se tratando de termos relacionados, alguns registros utilizam as remissivas “ver também”, que corresponde ao campo 550 do formato MARC. O uso

desse recurso serve para relacionar termos que designam conceitos associados, coordenados, subordinados, superordenados, dentre outros tipos de relações. A remissiva “ver também” remete o usuário do catálogo de uma forma autorizada de um termo para outra forma também autorizada que estão inter-relacionadas no catálogo.

No caso do registro “homossexualidade”, há uma remissiva “ver também” para o termo “sodomia”, que reflete uma incoerência no registro. Embora o termo “sodomia” figure no campo 550, não existe forma autorizada para esse termo no Catálogo de autoridade de assunto da instituição. O campo 550 se refere a um termo relacionado que também é uma forma autorizada registrada no Catálogo.

Além disso, o termo “sodomia” também carece de uma nota explicativa para a sua contextualização conceitual, tendo em vista que o termo era utilizado no discurso religioso-jurídico para se referir a qualquer prática sexual considerada ilícita, transgressora e pecaminosa. No contexto judaico cristão ocidental, o pecado-crime de sodomia era passível de diferentes tipos de punições, inclusive com a morte.

Ainda sobre termos relacionados com o uso da remissa “ver também”, o Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG relaciona diretamente alguns registros de assunto LGBTQIAP+ com os conceitos de “perversão sexual”, “distúrbios sexuais” e “anomalias”.

Os registros “hermafroditismo” e “travestismo” ou utilizam o campo 550 para se relacionar com esses conceitos, ou são citados através do campo 550 nos registros de autoridade de assunto que tratam desses conceitos conforme se observa nas (FIGURAS 11, 12 e 13).

Figura 11 – Hermafroditismo [Intersexualidade]

Autoridade: 1075790	
Campo: 150 - \$a Hermafroditismo.	
40	\$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB \$d BR-BhUFM
150	\$a Hermafroditismo.
450	\$a Hermaphroditism. \$5 DLC
450	\$a Intersexuality. \$5 DLC
550	\$a Diferenciação dos sexos \$x Anomalias.
550	\$a Sexo (Biologia)
550	\$a Disturbios sexuais.
930	\$a 120013095539 \$b 29/02/2012

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Figura 12 – Perversão sexual

Autoridade: 993865	
Campo: 150 - \$a Perversão sexual.	
40	\$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB
150	\$a Perversão sexual.
450	\$a Desvio sexual.
450	\$a Sexual deviation. \$5 DLC
450	\$a Perversion, Sexual. \$5 DLC
450	\$a Sexual perversion. \$5 DLC
450	\$a Deviation, Sexual. \$5 DLC
450	\$a Sex perversion. \$5 DLC
550	\$a Travestismo.
550	\$a Disturbios psicosexuais.
550	\$a Disturbios sexuais.
667	\$a Pode ser subdividido geograficamente.
667	\$a Para o Brasil usar a forma direta.
930	\$a 120013095539 \$b 26/03/2010
930	\$a 120013095539 \$b 26/03/2010

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Figura 13 – Distúrbios sexuais

Autoridade: 1054650	
Campo: 150 - Sa Distúrbios sexuais.	
40	Sa BIRjFGVB \$b por Sc BIRjFGVB
150	Sa Distúrbios sexuais.
450	Sa Sex disorders. \$5 DLC
450	Sa Sexual disorders. \$5 DLC
450	Sa Sexual diseases. \$5 DLC
450	Sa Doenças sexuais.
450	Sa Anomalias sexuais.
550	Sa Impotencia sexual.
550	Sa Hermafroditismo.
550	Sa Síndrome adrenogenital.
550	Sa Distúrbios psicosexuais.
550	Sa Klinefelter, Síndrome de.
550	Sa Cromossomos sexuais \$x Anomalias.
550	Sa Sexo (Biologia)
550	Sa Frigidez (Psicologia)
550	Sa Perversão sexual.
550	Sa Diferenciação dos sexos \$x Anomalias.
930	Sa 120000322685 \$b 13/07/2011
930	Sa 120000322685 \$b 13/07/2011

Fonte: SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

Esse tipo de relacionamento traz implicações negativas tanto do ponto de vista da representação, quanto do ponto de vista da recuperação dos documentos indexados. Quando se pesquisa o termo “travestismo” no Catálogo de Autoridade de Assunto, o resultado da busca apresenta o termo “perversão sexual” como o primeiro termo de uma lista composta por quatro registros autorizados: “Perversão sexual”, “Travestismo”, “Travestismo - Campinas (SP)” e “Travestismo - Rio de Janeiro (RJ)”. O mesmo ocorre quando se pesquisa o termo “hermafroditismo”, o resultado apresenta o termo “distúrbios sexuais” como o primeiro de uma lista de três registros: “Distúrbios sexuais”, “Hermafroditismo” e “Sexo (Biologia)”.

De todos os registros utilizados para representar pessoas LGBTQIAP+, esses relacionamentos foram os aspectos mais explícitos de representações tendenciosas

e inapropriadas encontradas no texto do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG.

Outra constatação que merece destaque foi a quantidade de termos tópicos e documentos relacionados a registros de autoridade de assunto para o termo “homossexualidade” em comparação com outros registros, utilizados para indexar temáticas LGBTQIAP+.

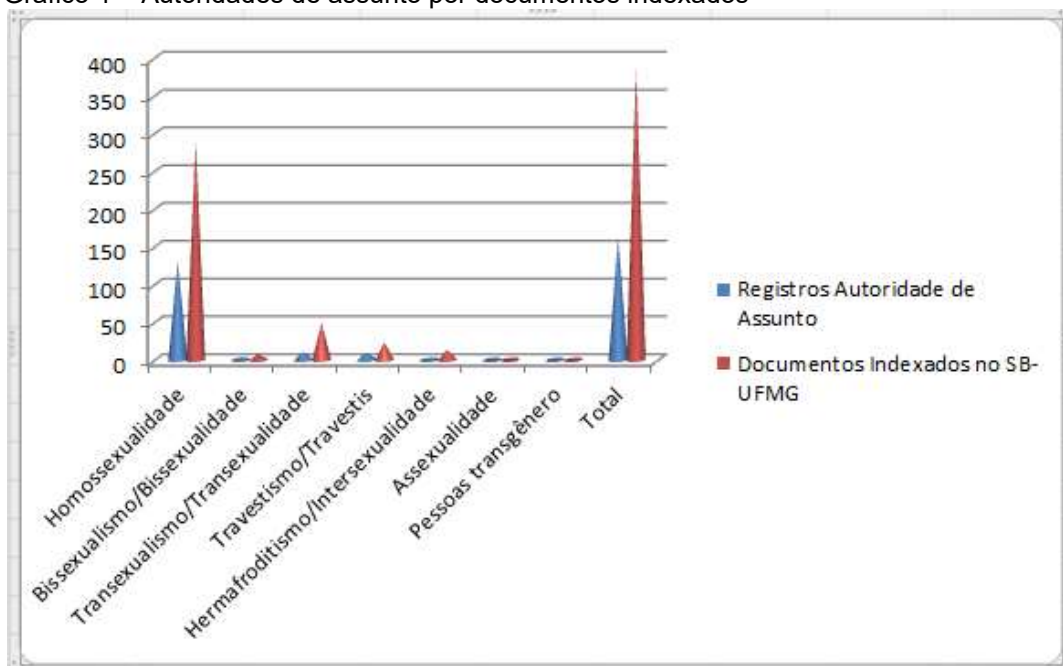
Quadro 7 – Autoridades de assunto por documentos indexados

REGISTROS AUTORIDADE	QUANTIDADE	DOCUMENTOS
Homossexualidade/Gays/Lésbicas	131	290
Bissexualismo/Bissexualidade	4	8
Transexualismo/Transexualidade/Transexuais	11	49
Travestismo/Travestis	10	23
Hermafroditismo/Intersexualidade	3	14
Assexualidade	1	1
Pessoas transgênero	2	1
TOTAL	162	386

Fonte: Dados coletados no SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

A categoria “homossexualidade” se impõe enquanto termo dominante na estrutura do Catálogo de Autoridade de Assunto e também se destaca como o termo tópico mais utilizado para indexar a temática LGBTQIAP+ conforme apresentado no (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Autoridades de assunto por documentos indexados



Fonte: Dados coletados no SISTEMA PERGAMUM WEB UFMG, 2022.

A análise dos dados sugere que a indexação da temática LGBTQIAP+ não distingue as categorias identitárias de forma muito definida e conseqüentemente obras que tratam de outras identidades podem ter sido indexadas com os termos “homossexualidade”, “homossexuais” e “gays”. Importante frisar, que as categorias “Homossexualismo” e “gays” já foram utilizadas para englobar outras categorias, tais como “travestismo” e “transexualismo”, e ainda hoje é possível encontrar discursos de senso comum se referindo a essas categorias como se fossem sinônimos.

Em relação à análise contrastiva dos dados, considerando os 72 termos identificados na terminologia contemporânea, apenas 21 termos tiveram incidência nos Registros de Autoridade de Assunto, o que implica dizer que a terminologia mais atualizada não está devidamente estruturada no Catálogo da Instituição.

Quadro 8 – Correspondência da terminologia LGBTQIAP+ no Catálogo da UFMG

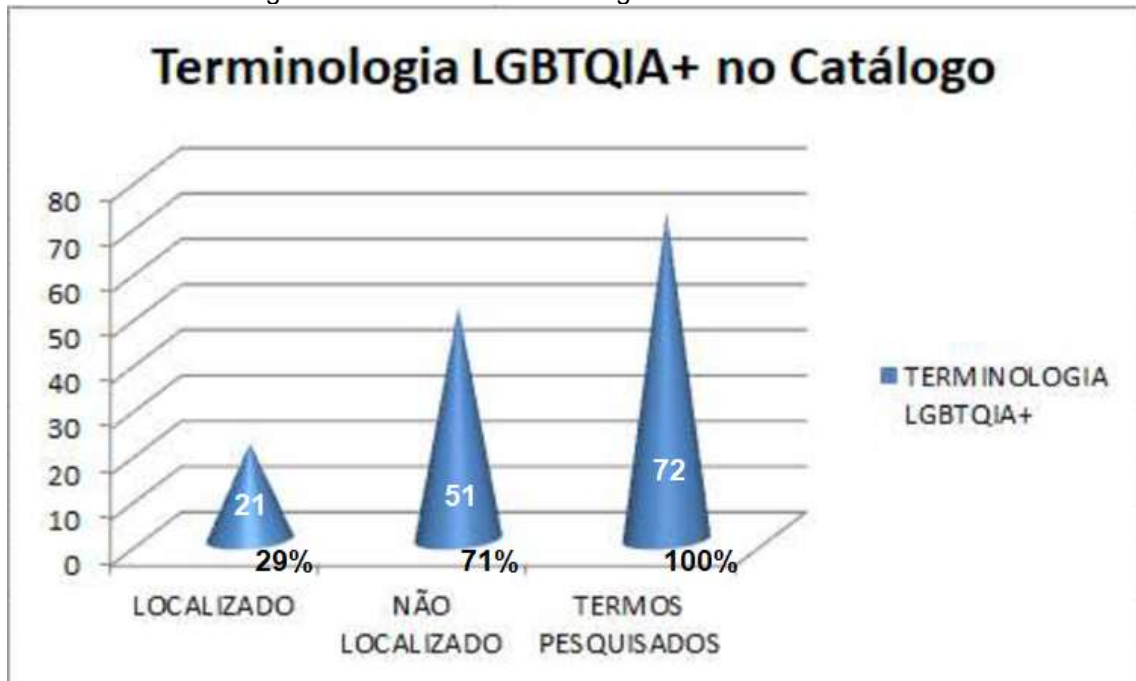
TERMINOLOGIA ATUALIZADA	REGISTROS DE AUTORIDADE DE ASSUNTO
Ageneridade	-
Agênero	-
Alossexualidade	-
Androginia	Androginia
Andrógino	-
Assexual	-
Assexualidade	Assexualidade
Assexualidade estrita	-
Assexualidade fluída	-
Binarismo de Gênero	-
Bissexual	-
Bissexualidade	Bissexualidade
Casal homoafetivo	-
Casamento homoafetivo	-
Cisgeneridade	-
Cisgênero	-
Cross-dresser	-
Demissexualidade	-
Diversidade de gênero	-
Diversidade sexual	Diversidade sexual
Diversidade sexual e de gênero	-
Drag	-
Drag king	-
Drag queen	Drag queen
Expressão de gênero	-
Família Homoafetiva	-
Família Homoparental	-
Família Homotransafetiva	-
Família Homotransparental	-
Gays	Gays
Gênero fluído	-
Grayssexualidade	-
Homoafetividade	-
Homoafetivo	-
Homoerotismo	Homoerotismo
Homofobia	Homofobia
Homoparental	-

Homoparentalidade	Homoparentalidade
Homossexuais	Homossexuais
Homossexualidade	Homossexualidade
Homotransfobia	-
Homotransparental	-
Homotransparentalidade	-
Identidade de gênero	Identidade(s) de gênero
Intersexual	-
Intersexualidade	Intersexualidade
Lesbianidade	-
Lésbicas	Lésbicas
LGBT	-
LGBTI	-
LGBTI+	-
LGBTIA+	-
LGBTIfobia	-
LGBTQIA+	-
Orientação sexual	Orientação sexual
Pansexuais	-
Pansexualidade	-
Pessoas LGBTI+	-
Pessoas LGBTQ+	Pessoas LGBTQ+
Pessoas LGBTQIA+	-
Pessoas não binárias	-
Pessoas transgênero	Pessoas transgênero
Queer	-
Readequação de sexo e gênero	-
Teoria queer	Teoria queer
Transexual	Transexuais
Transexualidade	Transexualidade
Transformista	-
Transgeneridade	-
Transgênero	-
Travestilidade	-
Travestis	Travestis

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Conforme o Quadro 8, sintetizado no Gráfico 2 abaixo, considerando a baixa correspondência dos termos e levando em consideração os aspectos éticos e semânticos apresentados sobre os registros analisados, percebe-se que os princípios de garantias — literária, cultural, ética e semântica — não encontraram ressonância satisfatória no vocabulário controlado da instituição.

Gráfico 2 – Terminologia mais atualizada no Catálogo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Dos 72 itens lexicais identificados na terminologia contemporânea, apenas 29% (21 termos) tiveram ocorrência entre os registros estruturados no Catálogo de Autoridade de Assunto da instituição.

Este instrumento, além de não refletir adequadamente a terminologia mais atualizada sobre a temática LGBTQIAP+, ainda emprega termos preconceituosos e ofensivos para compor os seus registros de autoridade de assunto.

Entretanto, verifica-se a utilização de termos mais atualizados como “diversidade sexual”, “homoparentalidade”, “pessoas LGBTQ+”, “intersexualidade”, “pessoas transgênero”, entre outros léxicos, que sinalizam uma abertura para recontextualização desse gênero discursivo.

6.2 Prática discursiva – Catálogo de Autoridade de Assunto

Em relação à segunda dimensão de análise (discurso como prática discursiva), observou-se o contexto de produção, distribuição e consumo textual do Catálogo, bem como os princípios de garantias envolvidos nesse processo.

O Catálogo de Autoridade de Assunto é entendido nesta pesquisa enquanto gênero discursivo, pois implica modos relativamente estáveis de agir e interagir semioticamente na prática de organização e representação da informação. Pode-se dizer que a prática discursiva é o lugar de onde se fala sobre as representações de

conteúdos documentais que serão estruturadas no Catálogo on-line da instituição. Por isso, analisou-se o contexto de manifestação do Catálogo, pois textos são produzidos, disseminados e consumidos de formas particulares e em contextos sociais também particulares.

Em relação ao contexto de produção, o Catálogo não apresenta texto introdutório com informações sobre a produção do instrumento e nem de documento institucional que especifique essas informações. Entretanto, é de conhecimento que o Catálogo de Autoridade é produzido, distribuído e consumido no contexto do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB-UFMG) por meio do Sistema *Pergamum*.

O *PERGAMUM* é um Sistema informatizado de gerenciamento de dados voltado para diversos tipos de unidades de informação, tais como arquivos, bibliotecas e museus. É o software adotado pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG para funcionar de forma integrada, facilitando assim a gestão e otimização das rotinas e processos informacionais realizados nas 25 bibliotecas setoriais que compõem o SB-UFMG.

Esse vocabulário foi sendo estruturado no Sistema *Pergamum* com base na utilização do CD “Lista de Cabeçalho de Assunto” da rede BIBLIODATA, que é uma linguagem pré-coordenada baseada no Cabeçalho de Assunto da Library of Congress (LCSH).

A Rede Bibliodata foi uma rede pioneira na catalogação cooperativa no país desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que contava com a participação de dezenas de instituições brasileiras. Souza e Ortega (2014) informam que essa rede atualmente conta com a participação de 32 instituições brasileiras, tendo como objetivos gerais: “promover a catalogação cooperativa, o compartilhamento de registros bibliográficos e a disseminação dos acervos das bibliotecas brasileiras” (SOUZA; ORTEGA, 2014, p. 18).

Além do CD do BIBLIODATA, o Catálogo também incorpora termos extraídos dos “Descritores em Ciências da Saúde” (DeCS), que é um tesouro utilizado pelas bibliotecas da área da Saúde. O Catálogo de Assunto também incorpora termos advindos de sugestões de especialistas, tendo em vista que o CD do BIBLIODATA encontra-se desatualizado e não há previsão de atualização para esse material.

Em relação ao contexto de distribuição e consumo, o Catálogo de Assunto é disseminado e utilizado pelos profissionais bibliotecários do SB-UFMG e pelos usuários desse sistema. Os bibliotecários utilizam essa linguagem como instrumento

de indexação para a representação temática dos recursos informacionais que irão compor os acervos das bibliotecas. Já os usuários utilizam essa ferramenta quando acessam a página do Catálogo on-line da instituição e realizam buscas por assunto nessa ferramenta de busca. O Catálogo on-line pode ser considerado uma vitrine de todos os recursos informacionais que estão disponíveis nas 25 bibliotecas que compõem o SB-UFMG. Por meio do Catálogo on-line essas bibliotecas dão visibilidade para os seus produtos informacionais.

O Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG também é distribuído e consumido via Repositório Institucional da UFMG que armazena, disponibiliza e dá visibilidade para toda produção intelectual da universidade; via Rede *Pergamum*, que é a rede compartilhada entre todas as instituições que utilizam o sistema Pergamum; e também é distribuído e consumido pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), portal que reúne e dissemina os textos completos de teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-graduação stricto sensu do país.

Retomando o contexto de produção do Catálogo, verificou-se a ausência de uma política institucional de indexação que prevê a atualização dos registros e a manutenção da estrutura semântica do instrumento, o que implica dizer que o Catálogo de Autoridade de Assunto encontra-se relativamente desatualizado não só em relação à temática LGBTQIAP+, mas também em relação a qualquer outra temática. Dito isso, verifica-se que os princípios de garantias literárias, culturais, éticas e semânticas, no que diz respeito à temática LGBTQIAP+, não estão sendo devidamente aplicados na manutenção dessa linguagem de indexação.

Poderia se inferir que o princípio da garantia literária havia sido observado quando o controle de autoridade foi implementado na instituição. Contudo, esse princípio foi negligenciado, pois o princípio da garantia literária pressupõe a observância da temporalidade da literatura especializada dos domínios que se dispõe a representar. Neste caso, o Catálogo de Assunto não acompanhou a evolução terminológica da literatura, tendo em vista que ainda emprega terminologias e significados relacionados a doenças, há muito desconstruídos no discurso científico.

Quando se pensa em práticas discursas no contexto LGBTQIAP+, vale enfatizar os dois principais tipos de discursos que atravessam essa temática: de um lado, os discursos hegemônicos que instituíram e naturalizaram relações de

dominação, e, do outro, os discursos contra hegemônicos que desnaturalizaram essas relações. Nesse sentido, os usos desses discursos não são aleatórios, pois revelam modos particulares de significar e representar a realidade e os sujeitos LGBTQIAP+.

Embora o Catálogo também apresente termos atualizados sobre o domínio LGBTQIAP+, verifica-se que a materialização desse gênero discursivo apresenta incoerências estruturais e semânticas graves ao apresentar termos e relacionar conceitos que ferem a dignidade de pessoas LGBTQIAP+.

Fairclough (2016) aponta que a dimensão da prática discursiva é a prática mediadora entre o texto e a prática social, e que essa prática mediadora está centrada no conceito de intertextualidade, que é a característica heterogênea dos textos de serem cheios de fragmentos de outros textos aos quais ele responde de modo explícito (intertextualidade manifesta) ou implícito (interdiscursividade).

No caso específico, o discurso do Catálogo de Assunto se intertextualiza — de modo explícito e implícito — com o discurso médico-psiquiátrico, que no passado classificava pessoas LGBTQIAP+ como doenças, desvios, anormalidades, distúrbios e perversões. A intertextualidade manifesta se evidencia pelo emprego das remissivas “ver” e “ver também” que relaciona termos LGBTQIAP+ com os conceitos de “doenças sexuais”, “perversão sexual”, “desvios sexuais” “distúrbios sexuais”, dentre outros conceitos característicos. E a interdiscursividade pode ser depreendida pela utilização dos termos que carregam o sufixo “ismo”, pois se trata de um vestígio característico dos discursos médicos e psiquiátricos historicamente situados.

Conforme a seção 3, em finais do século XIX e início do século XX, diversos enunciados se articularam para conceber uma “ciência sexual” que produziu discursos de “verdades” sobre a sexualidade humana, distinguindo o padrão considerado normativo dos padrões considerados desviantes, aos quais deveriam ser estudados, classificados e medicalizados. Foi nesse período que a medicina e a psiquiatria se ocuparam de catalogar e classificar pessoas que não correspondiam aos padrões de gênero e sexualidade impostos pela cisheteronormatividade.

Ao utilizar terminologias médicas, o discurso do Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG se filia aos discursos patológicos que deram sustentabilidade para concepções morais daquele momento. Neste sentido, a prática discursiva do gênero Catálogo de Autoridade de Assunto materializa uma visão de mundo que não dialoga com a perspectiva social da área de Biblioteconomia e Ciência da

Informação (BCI) e muito menos com a literatura científica que é produzida na própria universidade.

A UFMG desenvolve diversas ações, pesquisas e estudos de gênero e sexualidade, e conta com uma produção científica em ascensão sobre a temática LGBTQIAP+. Além disso, figura como uma das melhores universidades do mundo, de acordo com os rankings internacionais que avaliam o desempenho das universidades, como Times Higher Education (THE), que em 2021 listou a UFMG como a quinta melhor universidade da América Latina.

Em relação ao contexto da BCI, os discursos científicos da área há muito já sinalizava para os vieses e desvios na representação temática da informação. Entretanto, verifica-se que os discursos científicos da área não tiveram implicações práticas satisfatórias no contexto das bibliotecas quando se trata de representação temática das questões LGBTQIAP+.

Entretanto, não se pode ignorar o caráter flexível da prática discursiva dessa linguagem de indexação, pois embora materialize ideias e visões de mundo que implicam em representações tendenciosas e inapropriadas, o Catálogo de Assunto também incorpora termos do discurso agentivo e contemporâneo, o que sinaliza que essa prática discursiva esta aberta a transformações.

Sobre essa questão de reprodução e/ou transformação na prática discursiva, vala enfatizar a observação de Fairclough (2016) sobre o caráter constitutivo (convencional ou criativo) da prática discursiva, pois a prática discursiva contribui tanto para reproduzir a sociedade como é, quanto para transformá-la.

No caso específico, a prática discursiva do gênero Catálogo materializa as marcas e os traços dos diferentes discursos e ideologias de seus produtores e mantenedores. Ao articular práticas hegemônicas e contra-hegemônicas de representação, o gênero discursivo Catálogo é um espaço de poder e de luta na representação da temática LGBTQIAP+.

6.3 Prática Social – bases hegemônicas e ideológicas

Em relação à terceira dimensão do discurso — discurso como prática social — investigou-se a natureza da prática social da qual o Catálogo de Autoridade de Assunto (prática discursiva) é uma parte. Nesse sentido, investigaram-se as bases

hegemônicas e ideológicas que dão sustentação para a representação da temática LGBTQIAP+ na prática discursiva do Catálogo.

Para Fairclough (2016), discurso, poder e ideologia operam juntos para sustentar práticas sociais, sendo que é por meio do discurso que ideologias são disseminadas e naturalizadas enquanto consensos, pois, ao serem naturalizadas pelo discurso, as ideologias se transformam em hegemonias.

Esse entendimento pode ser observado na prática social de organização e representação do conhecimento que é exercida pelos profissionais bibliotecários. Esses profissionais detêm o poder de nomear nos dizeres de Hope Olson (2002). Eles são as autoridades responsáveis pela produção, manutenção e uso dessas ferramentas discursivas. Nesse sentido, a prática biblioteconômica controla os discursos vinculados pelos catálogos on-line através do controle de vocabulário desenvolvido nas instituições.

Os processos, atividades e os produtos da organização e representação do conhecimento não são neutros, conforme já sinalizado na literatura da área. São práticas e construções atravessadas por relações de poder, crenças, valores e ideologias que são historicamente situadas. Por isso, a materialização dessas práticas traz as ideologias e visões de mundo daqueles profissionais que as executam.

Partindo desse entendimento, verificou-se que a prática discursiva do Catálogo ainda se orienta ideologicamente pelo discurso hegemônico de gênero e sexualidade que no passado empreenderam diversos enunciados carregados de preconceitos e discriminações contra pessoas LGBTQIAP+.

Por meio da análise dos registros de autoridade de assunto e das relações estabelecidas entre os termos, percebe-se como o Catálogo ainda é responsivo a uma matriz hegemônica cisheteronormativa de representação das identidades LGBTQIAP+, apesar de também responder timidamente aos discursos emancipatórios de gênero e sexualidade.

Sobre a matriz hegemônica cisheteronormativa, entende-se um processo histórico e cultural que relegou um lugar de inferioridade para pessoas LGBTQIAP+ na estrutura social. Esse processo implicou em diferentes tipos de preconceitos e discriminações fazendo do Brasil um país extremamente inseguro e violento para essas pessoas.

De acordo com o Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ (2022), entre 2000 e 2021, 5.362 pessoas LGBTQIAP+ morreram em decorrência do preconceito e da intolerância. Só em 2021 foram registradas 316 mortes de pessoas LGBTQIAP+ vítimas da homotransfobia, sendo 145 (45,89%) Gays; 141 (44,62%) Transexuais, 12 (3,80%) Lésbicas, 8 (2,53%) Homens trans, 3 (0,95%) Bissexuais, 3 (0,95%) outros segmentos e 4 (1,27%) não informado. A pesquisa identificou os diversos tipos de violência, sendo 262 homicídios (82,91%), 23 latrocínio (7,28%) e 26 suicídios (8,23%) e 5 outras mortes (1,58%).

Esses dados refletem a faceta mais obscura da cisheteronormatividade. Por isso, não se pode ignorar o papel do discurso biblioteconômico na manutenção dessa realidade, pois relações de poder e dominação se dão no discurso e pelo discurso. Sobre isso, Fairclough (2016) informa que discurso tem investimentos ideológicos na medida em que contribui para a produção e manutenção de relações de dominação.

Sobre a inclusão de terminologias contemporâneas e a coexistência de formas autorizadas para os termos que carregam os sufixos “ismo” e “dade”, compreende-se que são indícios de uma mudança discursiva em andamento na prática discursiva do Catálogo.

Esse apontamento confirma o caráter instável da hegemonia, pois, de acordo com Fairclough (2016), a hegemonia se caracteriza como dominação instável e temporária exercida pelo poder de um grupo sobre os demais. E esse domínio é baseado mais no consenso que no uso da força, sendo foco de luta sobre pontos de maior instabilidade. Nesse sentido, hegemonias são passíveis de rupturas, pois são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso.

Sendo assim, pode-se dizer que o Catálogo se caracteriza como um espaço de poder e de luta, pois, se por um lado, dissimula práticas discursivas cisheteronormativa na representação temática de LGBTQIAP+, por outro lado, articula práticas discursivas emancipatórias para a representação temática desses sujeitos.

Sobre esse caráter emancipatório, vale recorrer aos postulados de Fairclough (2016) em relação à necessidade de uma consciência crítica das dimensões ideológicas envolvidas no discurso. Muitas vezes as pessoas não estão cientes das dimensões ideológicas que carregam em suas práticas diárias. Por isso, o autor propõe uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica

em relação ao uso do discurso. Dessa forma, as pessoas poderiam tomar consciência das práticas em que estão envolvidas, e assim se atentariam ao papel do discurso nos processos de mudança cultural e social mais amplo.

Diante desse entendimento, percebeu-se a relevância de analisar uma linguagem de indexação enquanto prática social e discursiva, pois o reconhecimento da relação discurso-poder-ideologia nas práticas da organização e representação da informação possibilita que os atores envolvidos nesse processo se engajem em práticas discursivas emancipatórias para a representação temática de grupos sociais historicamente subalternizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a visibilidade da temática LGBTQIAP+ no contexto das linguagens documentárias (LD) foi uma das principais motivações para a elaboração dessa proposta de pesquisa. Nesse sentido, o direcionamento do estudo partiu de um posicionamento crítico do pesquisador em relação à temática LGBTQIAP+ e também ao seu ambiente de trabalho.

Considerando o exposto, objetivou-se analisar discursiva, crítica e contrastivamente a representatividade da terminologia LGBTQIAP+ empregada no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG. O intento se desdobrou em três objetivos específicos, que teve início com a identificação dos principais registros de autoridade de assunto utilizados para indexar conteúdos LGBTQIAP+. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa documental, na qual se extraíram 56 Registros de Autoridade de Assunto que se referem às formas autorizadas para indexar conteúdos documentais no sistema. O segundo objetivo consistiu em identificar e repertoriar a terminologia LGBTQIAP+ contemporânea, considerando a 3ª edição do “Manual de Comunicação LGBTI+” (2021). Neste caso, realizou-se um levantamento da terminologia mais atualizada que resultou na seleção e compilação de 72 termos com as suas respectivas definições. E o terceiro objetivo específico consistiu em analisar discursiva, crítica e contrastivamente os *corpora* selecionados. Para alcançar esse último objetivo, adotou-se o aporte teórico e metodológico da Análise do Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2016). Por meio da ADC de Fairclough foi possível identificar os diversos modos pelos quais a temática LGBTQIAP+ é representada no Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG.

Em resposta à questão inicial de pesquisa, a análise dos dados constatou que o Catálogo não reflete os avanços terminológicos, sociais e de direito da população LGBTQIAP+. Observou-se que essa temática está sub-representada na linguagem de indexação utilizada pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG, pois a materialização desse gênero discursivo — Catálogo de Autoridade de Assunto da UFMG — apresenta incoerências estruturais e semânticas graves ao relacionar termos e conceitos que ferem a dignidade de pessoas LGBTQIAP+.

Além de não refletir satisfatoriamente a terminologia mais atualizada, o Catálogo favorece discursos hegemônicos de subalternidade das pessoas

LGBTQIAP+ ao empregar e relacionar termos preconceituosos e ofensivos, que não encontram ressonância no discurso acadêmico e científico da contemporaneidade.

O Catálogo continua representando os sujeitos com termos advindos da literatura médica, já superada no discurso científico, e também utiliza os recursos das remissivas “ver” e “ver também” para relacionar alguns registros com os conceitos de distúrbios, desvios, anomalias e perversões.

A pesquisa também constatou algumas mudanças nos registros de autoridade de assunto e inclusões de terminologias contemporâneas, o que significa uma mudança discursiva em andamento na prática discursiva do Catálogo. Entretanto, essa mudança se mostrou lenta e hierarquicamente direcionada.

Pesquisas em ADC partem do pressuposto de que, da mesma forma que a linguagem pode ser utilizada para estabelecer e sustentar relações de dominação, também pode ser utilizada para subverter e superar essas relações.

Ao tencionar o Catálogo, a pesquisa desvela relações assimétricas de poder materializadas nos registros que se referem à temática LGBTQIAP+. O desvelamento dessas assimetrias pode ser um catalisador importante de mudanças discursivas nas práticas de organização e representação da informação, pois os sujeitos que se percebem envolvidos em práticas reprodutoras de relações de poder e dominação, são capazes de agir individualmente e coletivamente para desestabilizar e desconstruir essas relações de dominação em suas práticas de indexação.

A temática LGBTQIAP+ se impõe como tema relevante no campo da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, principalmente neste momento de grandes transformações sociais e culturais mais amplas. Por isso, é importante ressaltar que a pesquisa não se esgota aqui, pois se trata de um tema cada vez mais presente e necessário na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Assim, espera-se que a discussão aqui empreendida sirva de contribuição para pesquisas futuras que articulem teoria crítica do discurso com a prática de organização e representação do conhecimento, de modo que essas discussões críticas acerca da representação temática de grupos sociais, historicamente discriminados e marginalizados, sejam efetivamente materializadas nos catálogos on-line de bibliotecas e de outras unidades informacionais.

REFERÊNCIAS

- ABGLT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda, [2010?]. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/ManualComunicacaoLGBT.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200007>. Acesso em: 14 set. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 126 p.
- ARBOIT, Aline Elis. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos?. **Revista P2P e INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 110-129, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/4614> Acesso em: 31 ago. 2022.
- BARBERO, Graciela Haydée. A despatologização da orientação sexual: O papel da Resolução 01/99 e o enfrentamento da homofobia. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 60-68. (Cadernos Temáticos, 11). Disponível em: https://www.crsp.org/uploads/impresso/89/ix-PY27-0PBIELJ3QsiCZn8NRZ_HW_IK.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; MEDEIROS, Robson Antão de. Dos povos nativos ao surgimento dos movimentos sociais: influências dos discursos jurídicos, religiosos e médicos para a construção do conceito de homossexualidade no Brasil. **Revista de direito internacional**, Brasília-DF, v. 15, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/5727>. Acesso em: 17 out. 2022.
- BARITÉ, Mario. **Diccionario de Organización del Conocimiento** : Clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327288002_Diccionario_de_organizacion_del_conocimiento_Clasificacion_Indizacion_Terminologia Acesso em: 18 nov. 2021.
- BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave** (La Plata), Buenos Aires, en línea, v. 1, n. 1, p. 2-11, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122011000200002. Acesso em: 14 set. 2022.

BARITÉ, Mario. "Literary warrant". **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/literary_warrant Acesso em: 06 mar. 2022.

BARITÉ, Mario; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto de. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um Século. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/prtXbCcMkLD48hdnHR4tcfS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BARROS, Solange Maria de. Bases filosóficas da análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. cap. 2. Ebook.

BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. Ebook.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de análise. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. cap. 6. Ebook.

BISSOLI, Bruna da Silva; COVELLO, Lucas Gatto; PISSELI, Bianca Iris; SANTOS, Raphael Augusto dos Santos. Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16909>. Acesso em: 20 set. 2021.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. Monografia (Especialização em Gestão de Produção Cultural). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos. **Projeto de Lei Nº 134/2018. Estatuto da diversidade sexual e de gênero**. Senado Federal. Brasília-DF, 2018. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7651070&disposition=inline>.

Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: conceitos e legislação**. 2. ed., rev. e atual. Brasília: MPF, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26-DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, julgado em 13 de junho de 2019. Dispõe sobre enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo, Lei nº 7.716/89, até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 17

dez. 2021.

BREY, P. The ethics of representation and action in virtual reality. **Ethics and Information Technology**, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1999.

CANO-PRAIS, Hugo Alejandro; COSTA-VAL, Alexandre; SOUZA, Érica Renata de. Incongruências classificatórias: uma análise dos discursos sobre as propostas da CID11 em relação às experiências trans. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 62, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4Bxfjj3wRFByzjyZDxBWRzs/?lang=pt>.

Acesso em: 24 out. 2022.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, 2015. p. 1-15. Disponível em:

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945030_c5fb9c7235bdd2d4e5200bcaba5ef66c.pdf.

Acesso em: 20 out. 2022.

CARNEIRO, Júlia. Travestilidade e trajetórias de vida: invisibilidades que sustentam e produzem violências. In: PRADO, Marco Aurélio Máximo; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. **Travestilidades em diálogos na pista acadêmica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity:**

rethinking Critical discourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg University, 1999. 168 p.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n. 001/99. Disponível em: Acesso: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. 20 out. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 7-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7/13741>. Acesso em: 09 dez. 2021.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, Lagoa Nova, v. 3, n. 04, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300> Acesso em: 13 nov. 2021.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 10-19. (Cadernos Temáticos, 11). Disponível em: https://www.crsp.org/uploads/impresso/89/ix-PY27-0PBIELJ3QsiCZn8NRZ_HW_IK.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis. In: M. WETHERELL, S. TAYLOR & S. J. Yates (eds.) **Discourse as data**: a guide for analysis. London: Sage, 2001, p. 229-266.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, jan/fev/mar/abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Título original em francês: Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; CRUZ, Maria Carolina Andrade e; PATRÍCIO, Bruna Otreira Muniz; RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. **Informação & informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p.190-225, 2019. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31771/pdf> Acesso em: 10 de nov. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; PIOVEZAN, Luciana Beatriz; SANTOS, Natany Souza. A função do registro de autoridade de assunto na construção e uso de linguagens de indexação para catálogos online. In: XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA; III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 2017, Coimbra. Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento: atas do III Congresso ISKO. Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, 2017, v. 1, p. 577-586. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6580737> Acesso em: 23 dez. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsineli. Compatibilidade entre linguagens documentais para construção, atualização e adequação de vocabulário de bibliotecas universitárias. In: CONGRESO ISKO ESPANA Y CONGRESO ISKO ESPANA-PORTUGAL, 12.; 2., 2015, Murcia. Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. Actas del XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España y Portugal. Murcia: Universidad de Murcia, 2015. v. 1. p. 345-356. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/68_Spotti.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria Carmen Aires; VIEIRA, Viviane. Estudos Discursivos Críticos: análise crítica de problemas sociais discursivamente manifestos. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.L; LARA, G.P. **Teorias Discursivas** – novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes Editora, 2020. p. 173-200.

GOMES, Pablo. **Linguagem documentária para organização do conhecimento no domínio da justiça transicional**. 2019, 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VAFA-BDHJAZ> Acesso em: 30 ago. 2022.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. cap. 4. Ebook.

GREEN, James N. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 65-76, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31151>. Acesso em 25 set. 2022.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2006, 192 p.

GUEDES, Roger de Miranda. O princípio da garantia semântica revisitado à luz dos estudos da linguagem. **Liinc Em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4311>. Acesso em: 03 mai. 2022.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AMXGCZ>. Acesso em: 03 mai. 2022.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119649>. Acesso em: 03 mai. 2022.

GUIM, Vera Lucia Ribeiro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. As linguagens de indexação e a análise de domínio. **ISKO Brasil**, v.3, p. 125-134, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135209> Acesso em: 03 mar. 2022.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da isko. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34083> Acesso em: 31 ago. 2022.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33397> Acesso em: 30 ago. 2022.

HJØRLAND, Birger. "Domain Analysis". **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis Acesso em: 06 mar. 2022.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 475-84, 2016. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization Acesso em: 06 mar. 2022.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domainanalysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p.400-425, Jul. 1995.

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record**, v. 13, oct. p. 354-358, nov. p. 389-394, dec. p. 444-449, 1911.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília: Jaqueline Gomes de Jesus, 2012.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40976> Acesso em: 03 ago. 2021.

LIMA, Cleiton Euzébio de. Prefácio. In: REIS, Toni; CAZAL, Simón (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 1). Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf> Acesso em: 18 fev. 2022.

LIMA, Gercina Ângela de. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, número especial, p. 57-97, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283> Acesso em: 03 ago. 2021.

LIMA, Gláucio Barreto de; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro. Presença da temática LGBTI+ nos catálogos de bibliotecas das IFES no Ceará. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 23, n. 3, p. 473-486, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109215> Acesso em: 17 dez. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo**: estranho ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 21, Esp., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/LgkQwhZgkLdsMnvDLHh7znz/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAGALHÃES, Izabel. Prefácio à edição brasileira. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. Ebook.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p.113-131, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293. Acesso em: 20 jun. 2021.

MAI, Jens-Erik. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowl. Org.**, v. 40, n. 4, p. 241-253, 2013. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2013-4-242.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, JOAZE; MALDONADO-TORRES, NELSON; GROSGOUEL, RAMÓN. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 27-53 (Coleção Cultura Negra e Identidades, 2).

MARTINS, Eduardo de São Thiago; LEITE, Rodrigo Lage; PORTO, Tiago da Silva; LEITE NETTO, Oswaldo Ferreira. Psicanálise e homossexualidade: da apropriação à desapropriação médico-moral. **Ide**, São Paulo, v. 36, n. 57, p. 163-177, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062014000100013. Acesso em: 20 out. 2022.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, 2010.

MATOS, Victor Chagas; DE LARA, Erick Baptista Amaral (org.). **Dossiê LGBT+ 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/8528204/4226019/DossieLGBT2018.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio; CAFÉ, Lúgia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/176535>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p.125-137, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309/45980>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MILANI, Suellen Oliveira. **Bias na Representação de Assunto: uma Discussão de oposições binárias nos functional requirements for subject authority data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de

Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11449/110388>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a Biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto. **IRIS - Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, 2014/2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/236189>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcrJvdn/?format=pdf&lang=pt>
 Acesso em: 07 mai. 2022.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. In: SEMINÁRIO-TALLER DE HISTÓRIA DE LAS MENTALIDADES Y LOS IMAGINÁRIOS, 1994, Bogotá. Disponível em: https://www.academia.edu/7661369/ETNO-HIST%C3%93RIA_DA_HOMOSSEXUALIDADE_NA. Acesso em: 17 out. 2022.

MOTT, Luiz. Igreja e homossexualidade no Brasil: cronologia temática, 1547-2006. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EPISTEMOLOGIA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA, 2., 2006, São Leopoldo. Anais [...]. São Leopoldo, 2006.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo –ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará**, Belém, [s.n.], n. 15, p. 99-111, out-dez, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/2139> Acesso em: 07 fev. 2022.

MOURA, Maria Aparecida. Décoloniser les savoirs. Genre et race dans les discours des systèmes d'organisation de connaissance de circulation globale. **Revue Intelligibilité du numérique**, n. 1, 2020. Disponível em:
https://doi.org/10.34745/numerev_1692. Acesso em: 23 set. 2022.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 11 out. 2021.

OBSERVATÓRIO de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em:
<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2020/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO de Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em:
<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OS PRINCÍPIOS de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.

PAGNAN, Redson. De Foucault à Butler: como a teoria queer contamina os discursos. **Revista Rua**, Campinas – SP, v. 26, n. 2 II, p. 741 – 747, nov.2020. Disponível em: <https://labeurb.unicamp.br/rua/rua2/imagens/revistas/16/resenha/16.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio Garcia Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006, 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93693>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103379>. Acesso em: 05 set. 2021.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/175062>. Acesso em: 20 set. 2021.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: A hierarquia da invisibilidade. Editora Cortez, 2008.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTQI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTQI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

REIS, Toni; CAZAL, Simón (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: IBDSEX, 2021. (Enciclopédia LGBTI+; 1). Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RESENDE, Viviane de Melo. Apresentação. Estudos Críticos do Discurso no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 13, n. 1, 2019, p. 01-03, 2019. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v13n01/DS13%281%29DeMeloResende.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. E-book.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. 2. ed., reimp. São Paulo: Contexto, 2017. E-book.

SANTOS, Daniel Kerry dos. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 12, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v4n1/07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Paulo Reis dos. A despatologização da orientação sexual: O papel da Resolução 01/99 e o enfrentamento da homofobia. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 69-71. (Cadernos Temáticos, 11). Disponível em: https://www.crpssp.org/uploads/impresso/89/ix-PY27-0PBIELJ3QsiCZn8NRZ_HW_IK.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo do; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72666> Acesso em: 17 dez. 2021.

SILVA, Claudio Roberto da; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Os termos relativos ao segmento glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias. **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1-2, p. 33-47, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35239>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SILVA, Mariah Rafaela. **Código da ameaça**: trans classe de risco: preta 123, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/118>. Acesso em: 10 set. 2021.

SIMÕES NETO, José Pedro; ZUCCO, Luciana; MACHADO, Maria das Dores; PICCOLO, Fernanda. A produção acadêmica sobre diversidade sexual. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2934>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SOARES, Leonardo Antônio. **O discurso gay na televisão**: uma análise das representações gays nas novelas. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LETR-8T9RJ9> Acesso em: 05 out. 2021.

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Org). **Teoria e método de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOUZA, Diemy Lucimara de; ORTEGA, Cristina Dotta. O trabalho em rede na organização e nos serviços de informação: mapeamento e caracterização. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.4, n.2, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16988>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SOUZA, Luana Neres de. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Platão e Aristófanes: visões acerca da Pederastia em Atenas no período Clássico. Disponível em: Acesso em: 5 set. 2022

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. **Psicologia e Diversidade Sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 41-57. (Cadernos Temáticos, 11). Disponível em: https://www.crpssp.org/uploads/impresso/89/ix-PY27-0PBIELJ3QsiCZn8NRZ_HW_IK.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013. (Série Cadernos da Diversidade). E-book.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdxx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 set. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, maio-ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/kwqV8zpzRMbXJQH7HsTmjys/?lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2021.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na**

organização do conhecimento. Recife: Ed. UFPE, 2017. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

VARGAS, Dóris Fraga; LANN, Regina Helena van der. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 21-34, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22770>. Acesso em: 09 ago. 2021.

VIANA, Azilton Ferreira. **A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG.** 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AV2FZ5>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018. cap. 3. Ebook.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2016.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, p. 80-92, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101815> Acesso em: 23 ago. 2021.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 4, p.223-243, 2004. Disponível em: http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297/313. Acesso em: 20 jun. 2021.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de "garantias".** 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17072018-171543/en.php> Acesso em: 23 fev. 2022.

ZAMBRANO, Elizabeth; LOREA, Roberto; MYLIUS, Leandra; MEINERZ, Nádia; BORGES, Priscila. **O Direito à Homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais.** Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2006. Disponível em: [https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4\[1\].pdf](https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4[1].pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

APÊNDICE A – Registros de Autoridade de Assunto UFMG

QR - Quantidade de registros contendo o termo no campo 150 e 196

OC – Ocorrência de recursos informacionais indexados com o registro de autoridade selecionado

nº	TERMO/CABEÇALHO	REGISTRO DE AUTORIDADE DE ASSUNTO	QR	OC
1	Adoção por homossexuais	<p>Autoridade: 1217890 Campo: 150 - Sa Adoção por homossexuais.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB Sb por 150 Sa Adoção por homossexuais. 450 Sa Lesbian adoption. \$5 DLC 450 Sa Adoção por lésbicas. 450 Sa Same-sex adoption. \$5 DLC 450 Sa Adoção por gays. 550 Sa Adoção. 680 Si Usado para obras que tratam da acolhida legal, em caráter irrevogável, pela qual homossexuais perfilham o filho alheio passando a ter seu pátrio poder. 750 0 Sa Gay adoption. \$5 DLC 930 Sa 120001662026 Sb 18/01/2018</p>	3	3
2	Androginia	<p>Autoridade: 1262592 Campo: 150 - Sa Androginia (Psicologia)</p> <p>35 Sa CA001009891 40 Sa BIRjFGVB Sb por Sc BIRjFGVB 150 Sa Androginia (Psicologia) 450 Sa Androgyny (Psychology) \$5 DLC 450 Sa Androgynous behavior \$5 DLC 550 Sa Papel sexual 550 Sa Sexo Sx Diferenças (Psicologia) 930 Sa 120001662026 Sb 29/11/2021</p>	1	3

3	Assexualidade	<p>Autoridade: 1266466 Campo: 196 - Sa Assexualidade Se DeCS</p> <p>40 Sa BR-BhUFM Sb por Sc BR-BhUFM 196 Sa Assexualidade Se DeCS 930 Sa 120001968304 Sb 12/05/2022</p>	1	1
4	Bissexualidade	<p>Autoridade: 1080873 Campo: 150 - Sa Bissexualidade.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB Sb por Sc BIRjFGVB \$d BR-BhUFM 150 Sa Bissexualidade. 550 Sa Homossexualidade. 550 Sa Orientação sexual. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 750 0 Sa Bissexuality. \$5 DLC 930 Sa 120001736234 Sb 03/08/2015</p>	3	7
5	Bissexualismo	<p>Autoridade: 1046276 Campo: 196 - Sa Bissexualismo Se DeCS</p> <p>40 Sa BR-BhUFM Sb por Sc BR-BhUFM 196 Sa Bissexualismo Se DeCS 930 Sa 120000321306 Sb 26/04/2011</p>	1	1

6	<p align="center">Casamento de homossexuais</p>	<p>Autoridade: 996339 Campo: 150 - Sa Casamento de homossexuais.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Casamento de homossexuais. 450 Sa Lesbian marriage \$5 DLC 450 Sa Homossexuais \$x Casamento. 450 Sa Gay marriage \$5 DLC 450 Sa Homosexual marriage. 550 Sa Casamento 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 930 Sa 112006460190 \$b 14/04/2010</p>	2	3
7	<p align="center">Casamento entre homossexuais</p>	<p>Autoridade: 996339 Campo: 150 - Sa Casamento de homossexuais.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Casamento de homossexuais. 450 Sa Lesbian marriage \$5 DLC 450 Sa Homossexuais \$x Casamento. 450 Sa Gay marriage \$5 DLC 450 Sa Homosexual marriage. 550 Sa Casamento 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 930 Sa 112006460190 \$b 14/04/2010</p>	4	9

8	Companheiros homossexuais	<p>Autoridade: 1076828 Campo: 150 - Sa Companheiros homossexuais.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$d BR-BhUFM 150 Sa Companheiros homossexuais. 450 Sa Homosexual couples. \$5 DLC 450 Sa Domestic partners. \$5 DLC 550 Sa Companheiros. 750 0 Sa Gay couples. \$5 DLC 930 Sa 120006321361 \$b 08/03/2012</p>	2	1
9	Direitos dos homossexuais	<p>Autoridade: 1034492 Campo: 150 - Sa Direitos dos homossexuais. \$6 937207</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$f DH 150 Sa Direitos dos homossexuais. \$6 937207 450 Sa Homossexuais \$x Direitos civis. 450 Sa Lésbicas \$x Direitos civis. 450 Sa Gay men \$x Civil rights. \$5 DLC 450 Sa Rights of lesbians. \$5 DLC 450 Sa Gays \$x Civil rights. \$5 DLC 450 Sa Lesbian rights. \$5 DLC 450 Sa Lesbians \$x Civil rights. \$5 DLC 450 Sa Direitos das lésbicas. 450 Sa Rights of gays. \$5 DLC 450 Sa Gay and lesbians rights. \$5 DLC 550 Sa Direitos civis. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 750 0 Sa Gay rights. \$5 DLC 930 Sa 120001143863 \$b 14/12/2021</p>	6	21

10	Distúrbios sexuais	<p>Autoridade: 1054650 Campo: 150 - Sa Distúrbios sexuais.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Distúrbios sexuais. 450 Sa Sex disorders. \$5 DLC 450 Sa Sexual disorders. \$5 DLC 450 Sa Sexual diseases. \$5 DLC 450 Sa Doenças sexuais. 450 Sa Anomalias sexuais. 550 Sa Impotencia sexual. 550 Sa Hermafroditismo. 550 Sa Síndrome adrenogenital. 550 Sa Distúrbios psicosexuais. 550 Sa Klinefelter, Síndrome de. 550 Sa Cromossomos sexuais \$x Anomalias. 550 Sa Sexo (Biologia) 550 Sa Frigidez (Psicologia) 550 Sa Perversão sexual. 550 Sa Diferenciação dos sexos \$x Anomalias. 930 Sa 120000322685 \$b 13/07/2011 930 Sa 120000322685 \$b 13/07/2011</p>	3	31
11	Diversidade sexual	<p>Autoridade: 1061849 Campo: 150 - Sa Diversidade sexual.</p> <p>40 Sa BR-BhUFM \$b por \$c BR-BhUFM 150 Sa Diversidade sexual. 930 Sa 120000317745 \$b 04/10/2011</p>	1	4

12	Drag queens	<p>Autoridade: 1272051 Campo: 150 - Sa Drag queens</p> <p>10 \$a sj2021061628 35 \$a sj2021061628 40 \$a DLC \$b eng \$c DLC \$d DLC 150 \$a Drag queens 450 \$a Queens, Drag 550 \$w g \$a Apresentadores (Teatro, televisão, etc.) 930 \$a 120006315413 \$b 04/11/2022</p>	1	0
13	Gays	<p>Autoridade: 637802 Campo: 150 - Sa Gays Sx Portraits</p> <p>150 \$a Gays Sx Portraits</p>	4	1
14	Hermafroditismo	<p>Autoridade: 1075790 Campo: 150 - Sa Hermafroditismo.</p> <p>40 \$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB \$d BR-BhUFM 150 \$a Hermafroditismo. 450 \$a Hermaphroditism. \$5 DLC 450 \$a Intersexuality. \$5 DLC 550 \$a Diferenciação dos sexos \$x Anomalias. 550 \$a Sexo (Biologia) 550 \$a Distúrbios sexuais. 930 \$a 120013095539 \$b 29/02/2012</p>	2	13
15	Homoerotismo	<p>Autoridade: 959219 Campo: 150 - Sa Homoerotismo.</p> <p>40 \$a BR-BhUFM \$b por \$c BR-BhUFM 150 \$a Homoerotismo. 930 \$a 120000321647 \$b 27/04/2009</p>	2	5

16	Homofobia	<p>Autoridade: 987692 Campo: 150 - Sa Homofobia.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB Sb por 150 Sa Homofobia. 450 Sa Sexual orientation discrimination. \$5 DLC 450 Sa Anti-homossexual bias. \$5 DLC 450 Sa Preconceito contra gays. 450 Sa Discriminação aos homossexuais. 450 Sa Anti-gay bias. \$5 DLC 450 Sa Preconceito contra homossexuais. 450 Sa Discrimination against gays. \$5 DLC 550 Sa Heterossexismo. 550 Sa Discriminação. 550 Sa Fobias. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 670 Sa LC online. Si Aqui entram trabalhos usados para obras que tratam das atividades discriminatórias e atitudes de aversão dos heterossexuais aos homossexuais. Trabalhos sobre atitudes prejudicial realizadas por heterossexuais a respeito dos homossexuais ou da homossexualidade entram sob Sa Heterossexismo. 680 Si Nota sob Sa Heterossexismo. 750 0 Sa Homophobia. \$5 DLC 930 Sa 112006460190 Sb 01/02/2010</p>		53
17	Homoparentalidade	<p>Autoridade: 1192959 Campo: 150 - Sa Homoparentalidade Sx Teses</p> <p>40 Sa BR-BhUFM Sb por Sc BR-BhUFM 150 Sa Homoparentalidade Sx Teses 930 Sa 120006315413 Sb 01/08/2016</p>	2	2
18	Homossexuais	<p>Autoridade: 236344 Campo: 150 - Sa Homossexuais.</p> <p>150 Sa Homossexuais. 930 Sa 44438 Sb 23/04/2004 930 Sa 44438 Sb 23/04/2004</p>	23	16

19	Homossexuais masculinos	<p>Autoridade: 1225306 Campo: 150 - Sa Homossexuais masculinos.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Homossexuais masculinos. 450 Sa Uranistas. 450 Sa Urnings. \$5 DLC 450 Sa Gays masculinos. 450 Sa Homens homossexuais. 450 Sa Gays, Male. \$5 DLC 450 Sa Homossexuais, Male. \$5 DLC 450 Sa Homens gays. 450 Sa Male gays. \$5 DLC 450 Sa Gay men. \$5 DLC 550 Sa Homossexuais. 550 Sa Homens. 930 Sa 120001662026 \$b 24/07/2018</p>	10	9
20	Homossexuais na cultura popular	<p>Autoridade: 1001639 Campo: 150 - Sa Homossexuais na cultura popular</p> <p>40 Sa BR-BhUFM \$b por \$c BR-BhUFM 150 Sa Homossexuais na cultura popular 930 Sa 120016974584 \$b 17/05/2010</p>	1	1

21	Homossexualidade	<p>Autoridade: 997140 Campo: 150 - Sa Homossexualidade</p> <p>40 Sa BIRjFGVB Sb por Sc BIRjFGVB 150 Sa Homossexualidade 450 Sa Homossexualismo. 550 Sa Obras da Igreja junto aos homossexuais. 550 Sa Bissexualidade. 550 Sa Sexo. 550 Sa Sodomia. 550 Sa Homossexualidade masculina. 550 Sa Orientação sexual. 550 Sa Lesbianismo. 550 Sa Homossexuais. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 750 0 Sa Homosexuality. \$5 DLC 930 Sa 120001662026 Sb 14/12/2021</p>	42	163
22	Homossexualidade e arte	<p>Autoridade: 1262772 Campo: 150 - Sa Homossexualidade e arte</p> <p>35 Sa CA005888014 40 Sa BIRjFGVB Sb por Sc BIRjFGVB 150 Sa Homossexualidade e arte 450 Sa Arte e homossexualismo 450 Sa Homossexualismo e arte 450 Sa Arte e homossexualidade \$5 DLC 450 Sa Homossexualidade e arte \$ 5 DLC 550 Sa arte 930 Sa 120001662026 Sb 14/12/2021</p>	1	1
23	Homossexualidade e literatura	<p>Autoridade: 236349 Campo: 150 - Sa Homossexualidade e literatura.</p> <p>150 Sa Homossexualidade e literatura. 450 Sa Homossexualismo e literatura 550 Sa Homocerotismo. 930 Sa 120001662026 Sb 14/12/2021</p>	3	16

24	Homossexualidade feminina	<p>Autoridade: 735983 Campo: 196 - Sa Homossexualidade feminina Se DeCS</p> <p>196 Sa Homossexualidade feminina Se DeCS 930 Sa -2 Sb 15/08/2005</p>	1	4
25	Homossexualidade masculina	<p>Autoridade: 1056616 Campo: 150 - Sa Homossexualidade masculina</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Homossexualidade masculina 450 Sa Homossexualismo 450 Sa Homossexualismo masculino 450 Sa Urningism. \$5 DLC 450 Sa Homosexuality, Male. \$5 DLC 450 Sa Male homosexuality. \$5 DLC 550 Sa Homossexualidade 550 Sa Homens Sx Comportamento sexual. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 930 Sa 120001662026 Sb 14/12/2021</p>	10	19
26	Homossexualidade na Bíblia	<p>Autoridade: 1262829 Campo: 150 - Sa Homossexualidade na Bíblia</p> <p>35 Sa 2009112311052242med 40 Sa Br \$c Br \$f Br 150 Sa Homossexualidade na Bíblia 450 Sa Homossexualismo na Bíblia 670 Sa LCSH 750 0 Sa Homosexuality in the Bible 930 Sa 120001662026 Sb 21/12/2021</p>	1	2

27	Homossexualidade na literatura	<p>Autoridade: 1075961 Campo: 150 - Sa Homossexualidade na literatura.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB \$d BR-BhUFM 150 Sa Homossexualidade na literatura. 450 Sa Homossexualismo na literatura 550 Sa Sexo na literatura. 750 0 Sa Homosexuality in literature. \$5 DLC 930 Sa 120001662026 \$b 14/12/2021</p>	2	19
28	Homossexualidade na televisão	<p>Autoridade: 1033728 Campo: 150 - Sa Homossexualidade na televisão.</p> <p>40 Sa BR-BhUFM \$b por \$c BR-BhUFM 150 Sa Homossexualidade na televisão. 450 Sa Homossexualismo na televisão 930 Sa 120001662026 \$b 14/12/2021</p>	2	1
29	Homossexualidade no cinema	<p>Autoridade: 1262771 Campo: 150 - Sa Homossexualidade no cinema</p> <p>35 Sa CA005890256 40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Homossexualidade no cinema 450 Sa Homossexualismo no cinema 550 Sa Cinema 750 0 Sa Homosexuality in motion pictures \$5 DLC 930 Sa 120001662026 \$b 14/12/2021</p>	3	3

30	Identidade de gênero	<p>Autoridade: 1251327 Campo: 150 - Sa Identidade de gênero</p> <p>35 Sa 2009061913382446med 40 Sa Br Sc Br Sf Br Sd BR-BhUFM 150 Sa Identidade de gênero 450 Sa Sexual identity (Gender identity) 450 Sa Identidade sexual 450 Sa Sex identity (Gender identity) 550 Sw g Sa Identidade (Psicologia) 550 Sa Pessoas transgênero Sx Identidade Sw h 550 Sw n Sa Teoria Queer 550 Sa Ideologia de gênero Sw n 550 Sw g Sa Sexo (Psicologia) 670 Sa LCSH Sa Usado para obras que tratam do conceito que uma pessoa tem de si mesma de ser masculino, 680 feminino ou ambivalente, baseado em parte, em características físicas, respostas dos pais e pressões psicológica e social. 750 0 Sa Gender identity 930 Sa 120001144301 \$b 16/01/2020</p>	5	9
31	Identidade de gênero na educação	<p>Autoridade: 1251329 Campo: 150 - Sa Identidade de gênero na educação</p> <p>35 Sa 2006062710175764med 40 Sa Br Sc Br Sf Br Sd BR-BhUFM 150 Sa Identidade de gênero na educação 550 1 Sw g Sa Educação 670 1 Sa LCSH 750 0 Sa Gender identity in education 930 Sa 120001144301 \$b 16/01/2020</p>	2	1
32	Identidade de gênero na literatura	<p>Autoridade: 1010421 Campo: 150 - Sa Identidade de gênero na literatura</p> <p>40 Sa BR-BhUFM \$b por Sc BR-BhUFM 150 Sa Identidade de gênero na literatura 930 Sa 120016974584 \$b 19/07/2010</p>	1	3

33	Identidade de gênero na música	<p>Autoridade: 1216226 Campo: 150 - Sa Identidade de gênero na música</p> <p>40 Sa BR-BhUFM Sb por Sc BR-BhUFM 150 Sa Identidade de gênero na música 930 Sa 120001488797 Sb 29/11/2017</p>	1	2
34	Identidade sexual	<p>Autoridade: 462197 Campo: 150 - Sa Identidade sexual.</p> <p>40 Sa BR-BhUFM Sb por Sc BIRjFGVB 150 Sa Identidade sexual. 450 Sa Sex identity (Gender identity). \$5 DLC 450 Sa Gender identity. \$5 DLC 450 Sa Identidade de gênero 450 Sa Sexual identity (Gender identity). \$5 DLC 550 Sa Identidade (Psicologia). 550 Sa Sexo (Psicologia). 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 670 Sa Ass. de: Na trilha do arco-iris : do movimento homossexual ao LGBT / Júlio Assis Simões, Regina Facchini, 2009 675 Sa CD FGV 02/01/2010 930 Sa 120006315413 Sb 24/07/2019</p>	10	60
35	Identidade sexual na educação	<p>Autoridade: 974815 Campo: 150 - Sa Identidade sexual na educação.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB Sb por 150 Sa Identidade sexual na educação. 550 Sa Educação. 670 Sa Liv cat.: Investigating gender, 2001: Sb CIP galley (gender identities) 670 Sa LC online. 750 Sa Gender identity in education. \$5 DLC 930 Sa 120001144553 Sb 17/09/2009</p>	2	5
36	Identidade sexual na literatura	<p>Autoridade: 306303 Campo: 150 - Sa Identidade sexual na literatura.</p> <p>150 Sa Identidade sexual na literatura.</p>	2	11

37	Identidade sexual na música	<p>Autoridade: 1075747 Campo: 150 - Sa Identidade sexual na música.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$d BR-BhUFM \$d BR-BhUFM 150 Sa Identidade sexual na música. 550 Sa Música. 670 Sa LC-online. 670 Sa Liv cat.: Franz Schubert, 1998. 750 0 Sa Gender identity in music.\5DLC 930 Sa 120000323273 \$b 29/02/2012</p>	1	1
38	Intersexualidade	<p>Autoridade: 1238356 Campo: 150 - Sa Intersexualidade Sx Teses</p> <p>40 Sa BR-BhUFM \$b por \$c BR-BhUFM 150 Sa Intersexualidade Sx Teses 930 Sa 120006315413 \$b 20/05/2019</p>	1	1
39	Lesbianismo	<p>Autoridade: 1084993 Campo: 150 - Sa Lesbianismo.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB \$d BR-BhUFM 150 Sa Lesbianismo. 450 Sa Lesbianismo. \$ 5 DLC 450 Sa Amor lésbico. \$ 5 DLC 550 Sa Mulheres. 550 Sa Sexo. 550 Sa Lésbicas. 550 Sa Comportamento sexual. 550 Sa Homossexualismo. 930 Sa 120001144301 \$b 16/05/2012</p>	6	19

40	Lésbicas	<p>Autoridade: 1051148 Campo: 150 - \$a Lésbicas.</p> <p>40 \$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 \$a Lésbicas. 450 \$a Homossexuais, Female. \$5 DLC 450 \$a Women homossexuais. \$5 DLC 450 \$a Lesbians. \$5 DLC 450 \$a Gays, Female. \$5 DLC 450 \$a Female homossexuais. \$5 DLC 450 \$a Mulheres homossexuais. 550 \$a Mulheres. 550 \$a Lesbianismo. 550 \$a Freiras lésbicas. 550 \$a Homossexuais. 667 \$a Para o Brasil usar a forma direta. 667 \$a Pode ser subdividido geograficamente. 930 \$a 120013095539 \$b 26/05/2011 930 \$a 120013095539 \$b 26/05/2011</p>	10	11
41	Lésbicas na literatura	<p>Autoridade: 366497 Campo: 150 - \$a Lésbicas na literatura.</p> <p>150 \$a Lésbicas na literatura.</p>	1	5
42	Obras da igreja junto aos homossexuais	<p>Autoridade: 1262775 Campo: 150 - \$a Obras da igreja junto aos homossexuais</p> <p>35 \$a CA001120146 40 \$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 \$a Obras da igreja junto aos homossexuais 450 \$a Homossexuais, Obras da Igreja junto aos 550 \$a Homossexualidade 667 \$a Pode ser subdividido geograficamente. 667 \$a Para o Brasil usar a forma direta. 750 \$a Igreja trabalha com homossexuais \$ 5 DLC 930 \$a 120001662026 \$b 15/12/2021</p>	2	1

43	Orientação sexual	<p>Autoridade: 283445 Campo: 150 - Sa Orientação sexual.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 Sa Orientação sexual. 450 Sa Orientação, Sexual. \$ 5 DLC 450 Sa Preferência sexual \$5 DLC 450 Sa Orientação sexual. \$ 5 DLC 550 Sa Sexo (Psicologia) 550 Sa Homossexualidade. 550 Sa Heterossexualidade. 550 Sa Bissexualidade. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 667 Sa Para o Brasil usar uma forma direta. 930 Sa 120001736234 \$b 03/08/2015</p>	3	36
44	Orientação sexual na literatura	<p>Autoridade: 415152 Campo: 150 - Sa Orientação sexual na literatura.</p> <p>150 Sa Orientação sexual na literatura.</p>	1	1
45	Papel sexual	<p>Autoridade: 254600 Campo: 150 - Sa Papel sexual.</p> <p>150 0 Sa Papel sexual. 450 9 0 Sa Sex role. \$b (LC) 550 0 Sa Sexo \$b (Psicologia) 550 0 Sa Papel social. 550 0 Sa Androginia (Psicologia) 550 0 Sa Transexualismo. 550 0 Sa Sexo (Psicologia) 550 0 Sa Sexismo. 550 0 Sa Sexo \$x Diferenças (Psicologia) 550 0 Sa Divisão do trabalho por sexo. 550 0 Sa Androginia \$b (Psicologia) 550 0 Sa Sexo \$x Diferenças \$b (Psicologia)</p>	23	130

46	<p style="text-align: center;">Personificações femininas</p>	<p>Autoridade: 1269141 Campo: 150 - Sa Personificações femininas.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por 150 Sa Personificações femininas. 450 Sa Transformistas. 450 Sa Crossdressers. \$5 DLC 450 Sa Impersonators, Female. \$5 DLC 450 Sa Queens, Drag. \$5 DLC 450 Sa Impersonators of women. \$5 DLC 450 Sa Drag queens. \$5 DLC 450 Sa Cross-dressers. \$5 DLC 550 Sa Atores. 667 Sa Pode ser subdividido geograficamente. 667 Sa Para o Brasil usar a forma direta. 670 Sa The drag queen anthology: the absolutely fabulous but flawless customary world of female impersonators, c2004. 670 Sa LC online 670 Sa Wikipedia Si Usado para obras sobre homens personificados em mulheres, geralmente para fins de entretenimento ou efeito cômico. Obras sobre mulheres personificadas em homens, geralmente para fins de entretenimento ou efeito cômico entram em Sa Personificações masculinas. Si Obras que tratam de pessoas, especialmente do sexo masculino que assumem o modo de vestir e as maneiras do sexo oposto por gratificação psicológica entram em Sa Travestis. 681 Si Notas sob Sa Personificações masculinas; Travestis. 750 0 Sa Female impersonators. \$5 DLC 930 Sa 120001662026 \$b 10/08/2022</p>	4	2
----	---	--	---	---

47	Perversão sexual	<p>Autoridade: 993865 Campo: 150 - \$a Perversão sexual.</p> <p>40 \$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 \$a Perversão sexual. 450 \$a Desvio sexual. 450 \$a Sexual deviation. \$5 DLC 450 \$a Perversion, Sexual. \$5 DLC 450 \$a Sexual perversion. \$5 DLC 450 \$a Deviation, Sexual. \$5 DLC 450 \$a Sex perversion. \$5 DLC 550 \$a Travestismo. 550 \$a Disturbios psicosexuais. 550 \$a Disturbios sexuais. 667 \$a Pode ser subdividido geograficamente. 667 \$a Para o Brasil usar a forma direta. 930 \$a 120013095539 \$b 26/03/2010 930 \$a 120013095539 \$b 26/03/2010</p>	4	36
----	-------------------------	---	---	----

48	Pessoas LGBTQ+	<p>Autoridade: 1272250 Campo: 150 - Sa Pessoas LGBTQ+</p> <p>35 \$a 11865512 40 \$a DLC \$b eng \$c DLC 150 \$a Pessoas LGBTQ+ 450 \$a pessoas LGBTQ. \$ 5 DLC 450 \$a pessoas GLBT 450 \$a pessoas LBG. \$ 5 DLC 450 \$a Pessoas LGBT 450 \$a Pessoas LGBTQ 450 \$a Pessoas Queer 450 \$a pessoas GLBTQ. \$ 5 DLC 450 \$a Não-heterossexuais. \$ 5 DLC 450 \$a Pessoas LGBTQIA 450 \$a pessoas LGBTQIA. \$ 5 DLC 450 \$a Pessoas LGBT 450 \$a pessoas LGBT. \$ 5 DLC 450 \$a LGBTQ mais pessoas. \$ 5 DLC 450 \$a Não heterossexuais. 450 \$a Pessoas não heterossexuais. 450 \$a Pessoas estranhas 450 \$a Pessoas Lesbigan. \$ 5 DLC 450 \$a Pessoas não heterossexuais. \$ 5 DLC 550 \$a Pessoas 550 \$a Minorias sexuais 750 0 \$a pessoas LGBTQ+. \$ 5 DLC 930 \$a 120002536470 \$b 08/11/2022</p>	2	0
49	Pessoas transgênero	<p>Autoridade: 1243433 Campo: 150 - Sa Pessoas transgênero Sx Identidade</p> <p>40 \$a BR \$b por \$c BR \$d BR-BhUFM 150 \$a Pessoas transgênero Sx Identidade 450 \$a Transgender identity 450 \$a Transgêneros - Identidade 450 \$a Identidade transgênero 550 \$a Identidade de gênero \$w g 670 \$a LCSH 750 0 \$a Transgender people Sx Identity 930 \$a 120006315413 \$b 30/07/2019</p>	2	1

50	Teoria queer	<p>Autoridade: 1080875 Campo: 150 - Sa Teoria queer</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por \$d BR-BhUFM 150 Sa Teoria queer 550 Sa Identidade sexual. 670 Sa Liv cat.: Sullivan, N. A critical introduction to queer theory, c2003. 670 Sa LC online. 750 0 Sa Queer theory. \$5 DLC 930 Sa 120001144301 \$b 10/04/2012</p>	2	25
51	Transexuais	<p>Autoridade: 787410 Campo: 150 - Sa Transexuais.</p> <p>150 Sa Transexuais. 930 Sa 120000323273 \$b 15/02/2007</p>	3	1
52	Transexualidade	<p>Autoridade: 1241317 Campo: 150 - Sa Transexualidade</p> <p>35 Sa 100033114250338212 40 Sa Br Sc Br Sf Br \$d BR-BhUFM 150 Sa Transexualidade 450 Sa Transexualismo 450 Sa Transexualidade 450 Sa Transexualismo 450 Sa Transexualidade 670 Sa LCSH Sa Usado para obras que tratam da condição em que a identidade de gênero de um indivíduo não 680 corresponde às suas características físicas, uma condição frequentemente resolvida ao passar por uma mudança de sexo anômico. 750 0 Sa Transexualismo 930 Sa 120006315413 \$b 27/06/2019</p>	3	8

53	Transexualismo	<p>Autoridade: 1063707 Campo: 150 - \$a Transexualismo.</p> <p>40 \$a BIRjFGVB \$b por \$c BIRjFGVB 150 \$a Transexualismo. 450 \$a Change of sex. \$5 DLC 450 \$a Transexuality 450 \$a Sex-role inversion. \$5 DLC 450 \$a Inversão sexual. 450 \$a Sex change. \$5 DLC 450 \$a Transexualism. \$5 DLC 450 \$a Sex, Change of. \$5 DLC 450 \$a Sexo \$x Mudança. 450 \$a Mudança de sexo. 550 \$a Transexuais. 550 \$a Aparelho genital. 550 \$a Papel sexual. 667 \$a Para o Brasil usar a forma direta. 667 \$a Pode ser subdividido geograficamente. 750 0 \$a Transsexualism. \$5 DLC 930 \$a 120006315413 \$b 30/06/2019</p>	5	40
54	Transtornos sexuais e da identidade sexual	<p>Autoridade: 739341 Campo: 196 - \$a Transtornos sexuais e da identidade sexual \$c DeCS</p> <p>196 \$a Transtornos sexuais e da identidade sexual \$c DeCS 930 \$a -2 \$b 15/08/2005</p>	2	13

55	Travestis	<p>Autoridade: 938245 Campo: 150 - Sa Travestis.</p> <p>40 Sa BIRjFGVB \$b por 150 Sa Travestis. 450 Sa Cross-dressers. \$5 DLC 450 Sa Femmiphilliacs. \$5 DLC 550 Sa Pessoas. 670 Sa BN online. Si Usado para obras que tratam de pessoas, especialmente do sexo masculino que assumem o modo de vestir e as maneiras do sexo oposto por gratificação psicológica. Obras que tratam de homens personificados em mulheres, entram em Personificações femininas. Obras que tratam de mulheres personificadas em homens entram em Personificações masculinas. 680 750 0 Sa Transvestites. 930 Sa 120000323273 \$b 14/08/2008 930 Sa 120000323273 \$b 14/08/2008</p>	6	16
56	Travestismo	<p>Autoridade: 274599 Campo: 150 - Sa Travestismo.</p> <p>150 Sa Travestismo.</p>	4	7

Fonte: Dados extraídos do Sistema Pergamum Web, 2022.

APENDICE B – Terminologia Contemporânea LGBTQIAP+

Nº	TERMO	DEFINIÇÃO
1	Ageneridade	Termo que designa uma identidade definida pela ausência de gênero (REIS, 2018).
2	Agênero(s)	Pessoas que não se identificam ou não se sentem pertencentes a nenhum gênero (REIS, 2018).
3	Alossexualidade	Termo utilizado para caracterizar pessoas que não estão nos espectros das Assexualidades (ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual). Neste sentido, o termo Alossexualidade diz das pessoas que sentem de forma constante ou permanente atração sexual por outras pessoas (REIS; CAZAL, 2021).
4	Androginia	Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social comum a ambos os gêneros (REIS; CAZAL, 2021).
5	Andrógino(s)	Pessoas que performam uma estética unissex (corpo, cabelo, vestimentas e acessórios) comum a ambos os gêneros e que apresentam uma sexualidade mais plástica (COLLING; TEDESCHI, 2019).
6	Assexuais	São pessoas que não possuem a atração sexual como atração primária. Pessoas assexuais podem experimentar a ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outras pessoas (REIS; CAZAL, 2021).
7	Assexualidade	Termo que designa um conjunto de identidades sexuais em que o sexo não é o referencial primário do desejo ou da atração sexual voltada para um relacionamento íntimo por outra pessoa. Diz da ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outras pessoas (REIS; CAZAL, 2021).
8	Assexualidade estrita	Termo que designa a ausência total de atração sexual (REIS; CAZAL, 2021).

9	Assexualidade fluída	Termo que designa uma assexualidade que não é fixa, e que muda ao longo do tempo (REIS; CAZAL, 2021).
10	Binarismo de Gênero	Concepção que naturaliza e classifica a ideia de sexo-gênero em duas formas distintas e opostas: macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher (REIS; CAZAL, 2021).
11	Bissexuais	Pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros (REIS; CAZAL, 2021).
12	Bissexualidade	Termo referente à orientação sexual de pessoas que se sentem atraídas física, sexual, afetiva e emocionalmente por pessoas de ambos os sexos/gêneros (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
13	Casal homoafetivo	Termo que ressalta a conotação emocional e afetiva da relação amorosa entre indivíduos do mesmo sexo/gênero (REIS; CAZAL, 2021).
14	Casamento homoafetivo	Termo que se refere ao casamento civil e/ou religioso de indivíduos do mesmo sexo/gênero. (REIS; CAZAL, 2021).
15	Cisgeneridade	Termo utilizado para descrever pessoas, cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
16	Cisgênero	Termo que se refere ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído no nascimento. Refere-se à pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-” (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
17	Cross-dresser	Termo utilizado para se referir a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Tipicamente tais homens se identificam como heterossexuais. Esta prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada para fins artísticos. Os cross-dressers não querem mudar permanentemente o sexo ou viver o tempo todo como mulheres (REIS; CAZAL, 2021).
18	Demissexualidade	Termo que se refere à ausência de atração sexual, exceto quando há forte vínculo afetivo e

		emocional (REIS; CAZAL, 2021).
19	Diversidade de gênero	Termo abrangente para se referir à diversidade de gênero.
20	Diversidade sexual	Termo abrangente para se referir à diversidade de orientações sexuais e de gênero.
21	Diversidade sexual e de gênero	Termo abrangente para se referir à diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.
22	Drag	Termo que se refere à performance artística de homens que se vestem com roupas femininas e mulheres que se vestem com roupas masculinas. É uma forma de arte e entretenimento que se utiliza do exagero para realizar uma sátira. As performances envolvem música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas (REIS; CAZAL, 2021).
23	Drag king	Mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho artístico. As performances envolvem música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
24	Drag queen	Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. As performances envolvem música, atuação, dança, comédia, entre outras expressões artísticas (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
25	Expressão de gênero	Termo que se refere à forma como a pessoa manifesta publicamente o seu gênero, por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas. Nem sempre é possível saber o gênero de uma pessoa apenas observando sua expressão de gênero (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
26	Família Homoafetiva	Termo utilizado para descrever os aspectos emocionais e afetivos envolvidos nas relações entre pessoas do mesmo sexo/gênero (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
27	Família Homoparental	Termo que se refere à família constituídas por pais ou mães homossexuais (ZAMBRANO <i>et al.</i> , 2006).

28	Família Homotransafetiva	Termo utilizado para descrever os aspectos emocionais e afetivos envolvidos nas relações de pessoas homossexuais e/ou pessoas trans.
29	Família Homotransparental	Termo que se refere às famílias constituída por uma ou mais pessoas que vivencie a orientação homossexual e/ou identidade de gênero trans. Ela pode ser composta por somente uma pessoa ou por um casal, cisgênero ou transgênero, com ou sem filhos biológicos ou adotados, bem como por pais heterossexuais que tenham filhos homo e/ou trans (REIS; CAZAL, 2021).
30	Gays	Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino (cis ou trans). Termo de origem inglesa preferido por homossexuais masculino para se autodescreverem (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
31	Gênero fluído	Termo utilizado para caracterizar pessoas que se identificam tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outros (REIS, 2018).
32	Grayssexualidade	Termo “guarda-chuva” utilizado para todas as identidades do espectro Assexual em que as pessoas podem sentir atração sexual em algum nível (REIS; CAZAL, 2021).
33	Homoafetividade	Termo utilizado no campo do Direito para enfatizar o aspecto emocional e afetivo envolvidos no relacionamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
34	Homoafetivo	Termo utilizado no campo do Direito para descrever os aspectos emocionais e afetivos envolvidos nas relações entre pessoas do mesmo sexo/gênero (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
35	Homoerotismo	Termo muito utilizado na literatura e nas artes visuais para estudar as correlações entre as expressões artísticas e estéticas ao retratar relações entre pessoas do mesmo sexo (COLLING; TEDESCHI, 2019).
36	Homofobia	Termo utilizado para descrever qualquer atitude ou comportamento de medo, aversão, preconceito ou ódio irracional contra os homossexuais (COLLING; TEDESCHI, 2019; REIS; CAZAL, 2021).

37	Homoparental	Termo que se refere às família constituídas por pais ou mães homossexuais (ZAMBRANO <i>et al.</i> , 2006).
38	Homoparentalidade	Termo que se refere às relações de parentalidade exercida por homens e mulheres homossexuais. O conceito de Homoparentalidade nomeia um tipo de família até então sem nome, o que permite que ela adquira uma existência discursiva, permitindo o seu estudo e sua problematização (ZAMBRANO <i>et al.</i> , 2006).
39	Homossexuais	Pessoas que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Se refere a homossexuais femininos (lésbicas) ou homossexuais masculinos (gays) (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
40	Homossexualidade	Termo referente à orientação sexual de pessoas que se sentem atraídas física, sexual, afetiva e emocionalmente por indivíduos do mesmo sexos/gêneros (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
41	Homotransfobia	Termo utilizado para descrever qualquer atitude ou comportamento de medo, aversão, preconceito ou ódio irracional contra homossexuais, travestis e transexuais.
42	Homotransparental	Termo que se refere às famílias constituídas por pessoa que vivencie a orientação homossexual e/ou identidade de gênero trans, tais como: o casal gay sem filhos; a mulher lésbica com filho ou filha heterossexual, os pais heterossexuais com ao menos um filho ou filha gay, lésbica ou trans (REIS; CAZAL, 2021).
43	Homotransparentalidade	Termo que se refere às relações familiares, cuja composição existe ao menos uma pessoa que vivencie a orientação homossexual e/ou identidade de gênero trans. Pode ser composta por somente uma pessoa ou por um casal, cisgênero ou transgênero, com ou sem filhos, seja biológicos ou adotados (REIS; CAZAL, 2021).
44	Identidade de gênero	Termo utilizado para se referir à experiência interna e individual que uma pessoa tem de si, percebendo-se como sendo do gênero masculino, feminino, agênero, de gênero não binário ou de alguma combinação de dois ou mais gêneros. Essa compreensão é incorporada à forma como ela se apresenta socialmente, independentemente do sexo biológico atribuído no

		nascimento (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
45	Intersexuais	São pessoas que não se enquadram nas definições típicas do feminino ou do masculino. As pessoas intersexo podem nascer com características sexuais de ambos os sexos, ou com ausência de algum atributo biológico necessário à típica categorização binária de masculino ou feminino (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
46	Intersexualidade	Termo guarda-chuva utilizado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) de pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos. Ocorre uma variação nas características genéticas e/ou somáticas da pessoa, fazendo com que sua anatomia reprodutiva e sexual não se ajuste às definições típicas do feminino ou do masculino (BRASIL, 2017; REIS, 2018).
47	Lesbianidade	Termo utilizado para caracterizar a homossexualidade feminina.
48	Lésbicas	Pessoas do gênero feminino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino (cis ou trans). Em outras palavras são mulheres (cis ou trans) que são atraídas afetiva e/ou sexualmente por outras mulheres (cis ou trans) (REIS, 2018; REIS; CAZAL, 2021).
49	LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
50	LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais.
51	LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e demais identidades sexuais e de gênero.
52	LGBTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais e de gênero.
53	LGBTifobia	Termo utilizado para descrever qualquer atitude ou comportamento de medo, aversão, preconceito ou ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou

		identidade/expressão de gênero diferente dos padrões cisheteronormativos (REIS; CAZAL, 2021).
54	LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais e de gênero.
55	Orientação sexual	Termo utilizado para se referir à inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero, do mesmo gênero ou não sentir atração sexual. As orientações sexuais mais comuns são: Heterossexualidade, Homossexualidade, Bissexualidade e Assexualidade. Entretanto, existe outras possibilidades (BRASIL, 2017; REIS; CAZAL, 2021).
56	Pansexuais	Pessoas que se relacionam física, sexual, afetiva e emocionalmente por outras pessoas, independente da identidade de gênero ou sexo biológico (REIS; CAZAL, 2021).
57	Pansexualidade	Termo referente à orientação sexual de pessoas que se sentem atraídas física, sexual, afetiva e emocionalmente por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (REIS; CAZAL, 2021).
58	Pessoas LGBTI+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e demais identidades sexuais e de gênero.
59	Pessoas LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e demais identidades sexuais e de gênero.
60	Pessoas LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais identidades sexuais e de gênero.
61	Pessoas não binárias	Termo utilizado para descrever pessoas que não são exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações (REIS; CAZAL, 2021).

62	Pessoas transgênero	Pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. Travestis e transexuais são transgêneros por definição (REIS; CAZAL, 2021).
63	Queer	Termo utilizado por algumas pessoas, em especial mais jovens, para descrever sua identidade e/ou expressão de gênero (REIS; CAZAL, 2021).
64	Readequação de sexo e gênero	Termo que se refere a um conjunto de estratégias assistenciais para transexuais que pretendem realizar modificações corporais do sexo, em função de um sentimento de desacordo entre seu sexo biológico e seu gênero – em atendimento às legislações e pareceres médicos (REIS; CAZAL, 2021).
65	Teoria queer	A teoria queer, como o próprio nome sugere, “é uma teoria sobre o gênero e sexualidade que afirma a identidade sexual e/ou a orientação sexual e de gênero como resultados de um construto social e que, portanto, não existe essencialmente o masculino ou feminino biologicamente inscritos na natureza humana, ou seja, as diversas e diferentes masculinidades e feminilidades só são construções produzidas em diferentes esferas sociais: na esfera discursiva, na esfera urbana, na esfera cultural, dentre outras, discursivamente, socialmente e historicamente entrelaçados” (PAGNAN, 2020, p. 742).
66	Transexuais	São aquelas pessoa que tem uma identidade de gênero diferente do sexo biológico designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero, seja recorrendo a terapias hormonais ou intervenções médico-cirúrgicas (REIS, 2018).
67	Transexualidade	Termo utilizado para descrever pessoas, cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento.
68	Transformistas	Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas (REIS; CAZAL, 2021).
69	Transgeneridade	Termo utilizado para descrever pessoas, cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento.

70	Transgêneros	Pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade. Travestis e transexuais são transgêneros por definição (REIS; CAZAL, 2021).
71	Travestilidade	Termo utilizado para descrever pessoas que nasceram com o sexo genital masculino, mas que vivenciam diariamente o gênero feminino.
72	Travestis	São pessoas que vivenciam uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Existe o grupo dentro deste segmento que se autoafirma 'mulheres travestis'. Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo (REIS; CAZAL, 2021).
	+	Símbolo acrescentado às siglas para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

Fonte: Compilado pelos autores, 2022.